



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Felipe Baptista Campanuci Queiroz

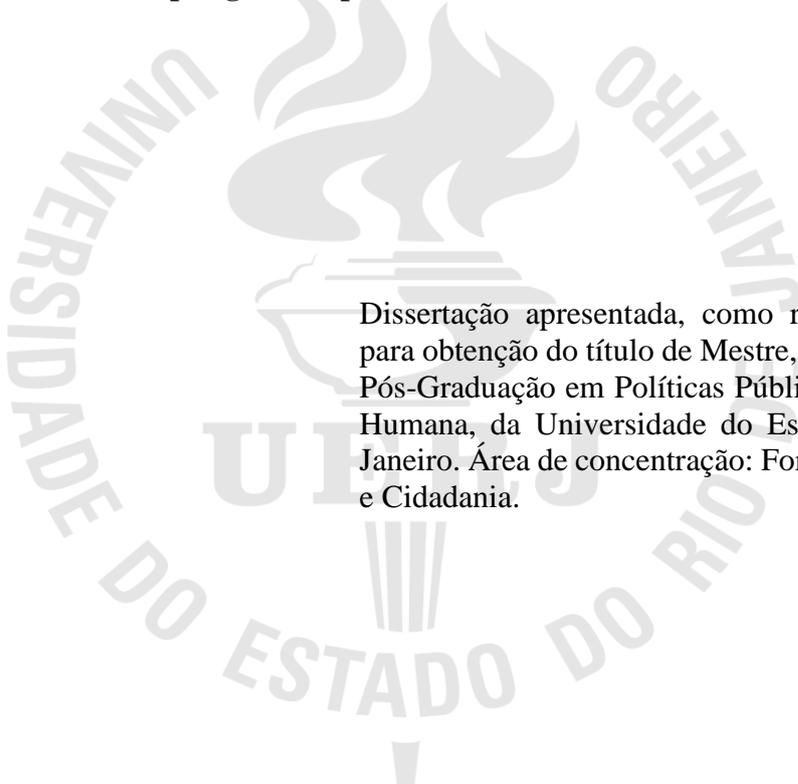
Produzindo o perigoso: imprensa e lei nas Jornadas de Junho

Rio de Janeiro

2017

Felipe Baptista Campanuci Queiroz

Produzindo o perigoso: imprensa e lei nas Jornadas de Junho



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Formação Humana e Cidadania.

Orientadora: Prof.^a Dra. Estela Scheinvar

Rio de Janeiro

2017

Felipe Baptista Campanuci Queiroz

Produzindo o perigoso: imprensa e lei nas Jornadas de Junho

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Formação Humana e Cidadania.

Aprovada em 23 de maio de 2017.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Estela Scheinvar (Orientadora)

Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof.^a Dr.^a Esther Arantes

Faculdade de Educação - UERJ

Prof.^a Dr.^a Vera Malaguti Batista

Faculdade de Direito - UERJ

Prof. Dr. Acácio Augusto Sebastião Júnior

Universidade de Vila Velha

Rio de Janeiro

2017

DEDICATÓRIA

Às memórias de Agrinaldo e Lizete, cujos exemplos de vida me inspirarão sempre.
Para Gisele, Pedro e Lucas, esteios da minha existência!

AGRADECIMENTOS

É difícil a tarefa de agradecer, pela imperdoável possibilidade de esquecimento de alguém que foi peça importante na construção dessa conquista. Mas, mesmo assim, existem pessoas admiráveis cuja gratidão não se mede em palavras.

Primeiramente gostaria de agradecer ao professor Antônio Carlos de Azevedo Ritto, pelo incentivo e por me fazer crer ser possível a ascensão intelectual e profissional.

Depois, à grande e querida amiga professora Esther Arantes, por ter me convidado a participar de suas aulas e grupo de pesquisa, fazendo com que brotasse em mim o desejo do intelectual, do pesquisador; e agradeço também por sua participação em minha banca e pelas contribuições ao texto.

Ao querido professor Gaudêncio Frigotto, pelo companheirismo, ética, e simplesmente por acreditar na potência das pessoas.

Aos professores Acácio Augusto e Vera Malaguti, pelas participações na banca e pelas valiosas contribuições ao texto final.

À Viviane Marques, pela inestimável revisão final do texto.

Aos meus colegas do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, por entenderem a importância dos estudos e do posicionamento crítico frente aos incansáveis ataques daqueles que não conseguem enxergar a saída pelo coletivo e pela diversidade.

Aos meus colegas de turma e, principalmente, às queridas Ana Paula, Francine e Adriana, pelas trocas de conhecimento e de sentimentos durante esse tempo em que caminhamos lado a lado.

Especialmente à minha Orientadora, professora Estela Scheinvar, por sua imensa generosidade acadêmica e de extremo respeito às individualidades de seus alunos.

Não poderia, também, de deixar meus agradecimentos à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na figura de seus trabalhadores, pela marca de luta e superação que deixa naqueles que passam por seus bancos. Em meio à maior crise de sua história, seus profissionais docentes e técnicos, mesmo abatidos com tantos ataques e tentativas de desmonte a uma instituição de excelência, resistem e persistem em teimar existindo com qualidade. Meu muito obrigado pela oportunidade de poder fazer um curso de mestrado em uma Universidade como a UERJ!

| As pessoas que têm o poder de verdade são as donas da sociedade.

Chomsky, N.

RESUMO

QUEIROZ, Felipe Baptista Campanuci. *Produzindo o perigoso: imprensa e lei nas Jornadas de Junho*. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Esta dissertação coloca em análise as potentes Jornadas de Junho, manifestações populares que aconteceram em junho de 2013 em várias cidades do Brasil. Apresenta o surgimento dos levantes brasileiros no contexto de revoltas em diversos países, provocadas pela grave crise mundial causada pela falência do banco Lehman Brother's, em 2008. Põe em exame a relação entre os textos legais (projetos de leis federais) que visavam a contenção, modelização e criminalização dos manifestantes conhecidos como vândalos e os processos de subjetivação conduzidos pelo conteúdo do jornal O Globo em suas reportagens, fotos, artigos e editoriais. Também busca problematizar o modo como a mídia - especificamente o Jornal O Globo - intervém nas produções subjetivas tornando as manifestações populares no Brasil um meio para criar de modo ampliado a sensação de insegurança.

Palavras-chave: Jornadas de Junho. Produção de subjetividade. Jornal O Globo. Risco. Segurança.

ABSTRACT

QUEIROZ, Felipe Baptista Campanuci. *Producing the dangerous: press and law in the Jornadas de Junho*. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

The text analyzes the potency of the so-called Jornadas de Junho, popular demonstrations that took place in June 2013 in several cities in Brazil. It presents the emergence of the Brazilian uprisings in the context of riots in several countries, caused by the serious world crisis caused by the bankruptcy of Lehman Brother's bank in 2008. It examines the relationship between legal texts (federal draft bills) that aimed at restraining, modeling and criminalizing of the demonstrators taken as vandals, and the processes of subjectivity led by the content of the newspaper O Globo in its reports, photos, articles and editorials. It also seeks to problematize the way the media - specifically newspaper O Globo - interferes on subjective productions, popular manifestations in Brazil a mean to create an increased sense of insecurity.

Keywords: Jornadas de Junho. Subjective production, Newspaper O Globo, Risk, Security.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Charge sobre a revolta do vintém.....	14
Figura 2 – Estação Cantareira depredada pelos manifestantes	15
Figura 3 – Manifestantes cortando com canivetes a mangueira de água dos bombeiros	15
Figura 4 – Assembleia de fundação do MPL.....	16
Figura 5 – Foto de Mohamed Bouazizi	28
Figura 6 – Mapa das insurreições da Primavera Árabe	29
Figura 7 – Charge de Khaled Said conclamando a revolução	31
Figura 8 – Manifestantes na Praça Tahrir	32
Figura 9 – Convocação da revista <i>Adbusters</i>	36
Figura 10 – Acampamento no Zuccotti Park, Nova York.....	37
Figura 11 – Assembleia geral do Occupy Wall Street.....	38
Figura 12 – Manifestação do dia 6 de junho de 2013.....	46
Figura 13 – Dia 6 de junho de 2013	46
Figura 14 – PM avançando sobre os manifestantes.....	54
Figura 15 – Jovem conduzido por PM.....	54
Figura 16 – Avenida Rio Branco	60
Figura 17 – Carro incendiado nas cercanias da ALERJ	61
Figura 18 – Manifestantes ocupando o teto do Congresso Nacional.....	62
Figura 19 – Carros incendiados no ataque à ALERJ no dia 18 de junho	66
Figura 20 – Centro de Niterói, dia 19 de junho de 2016	70
Figura 21 – Capa da edição do dia 21 de junho de 2013.....	74
Figura 22 – Panfleto distribuído pela PM no dia 20 de junho de 2013	77
Figura 23 – Passeata do dia 10 de junho de 2013 na Avenida Presidente Vargas/Rio de Janeiro	82
Figura 24 – Página 14 do jornal.....	83
Figura 25 – Belo Horizonte, dia 26 de junho de 2013.....	94
Figura 26 – Manifestantes atirando coquetéis molotov, no Chile	96
Figura 27 – Estética dos manifestantes após a saída do MPL-SP das manifestações	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 FERRAMENTAS CONCEITUAIS	20
2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	23
3 AS JORNADAS DE JUNHO E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO.....	27
3.1 Tunísia: aqui começou a primavera	28
3.2 O Egito da Praça Tahrir	31
3.3 O momento Tahrir em Wall Street.....	34
3.4 A primavera chegou ao Brasil.....	38
4 O JORNAL <i>O GLOBO</i>	43
4.1 Análise das reportagens do jornal <i>O Globo</i>	44
5 A PRODUÇÃO LEGISLATIVA PUNITIVA	100
CONCLUSÃO	109
REFERÊNCIAS	113
ANEXO A - Carta de princípios do Movimento Passe Livre.....	120
ANEXO B - Mensagem de Giuliana Vallone, repórter do jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , atingida por uma bala de borracha enquanto cobria as manifestações do dia 13 de junho de 2013, na capital de São Paulo.....	123
ANEXO C - Discurso da Presidente Dilma Roussef, proferido no dia 21 de junho de 2013, em cadeia nacional de rádio e televisão.....	124
ANEXO D - Moção de repúdio da Plenária de Decanos e Diretores da UFRJ à violência promovida pelas forças policiais do Estado do Rio de Janeiro contra os manifestantes reunidos no Centro do Rio no dia 20 de janeiro de 2013	127

INTRODUÇÃO

O que faz um profissional do Direito se enveredar por estes árduos caminhos de uma pesquisa que se propõe a lançar olhares sobre manifestações, mídia e um sujeito dito perigoso? Esta foi uma indagação que me fiz desde o momento em que vi meu nome na lista dos aprovados para o mestrado para o Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH). Inquietações e dúvidas que me faziam perguntar se eu estava realmente no caminho certo foram parceiras constantes em todo este tempo, por sua vez bastante rico em experiências, encontros, trocas e, por que não, desencontros.

Por necessidade de ter que trabalhar desde muito cedo, fui obrigado a fazer uma graduação em uma instituição que não me possibilitou descortinar os horizontes das atividades da pesquisa, importantes para aqueles que desejam enveredar por este belo caminho de incertezas e muita dedicação. Para ser absolutamente sincero, a atividade de pesquisa era sequer por mim conhecida. Era algo distante, inalcançável.

O pragmatismo se impôs e sempre falou mais alto na minha trajetória de vida, pois minha origem pobre não me permitia pensar diferente disso. Trabalhar sempre foi minha meta e a subsistência era imperiosa para um jovem como eu. Por isso, após estudar em um colégio particular, pago com bastante dificuldade por meus pais, o mínimo que eu poderia fazer era trabalhar durante o dia para poder custear os meus estudos de graduação no turno da noite. E foi assim.

O contato com o universo acadêmico de verdade veio depois e por uma via curiosa: meu trabalho. Aprovado em concurso público para Técnico Universitário da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no ano de 1995, inicialmente não fui lotado em uma unidade de ensino superior, mas sim, em uma escola, o famoso Colégio da Aplicação da UERJ (CAp-UERJ). Só alguns anos mais tarde consegui transferência para o Instituto de Psicologia, onde comecei a ter contato com a graduação, a pesquisa e a extensão universitárias de forma mais próxima. Foram anos muito ricos, no entanto, esse contato com a pesquisa só se tornou efetivo e direto quando fui convidado para trabalhar no PPFH. Ali, em meu ambiente de trabalho, é que pude ter a real noção do que é a atividade de pesquisa acadêmica. A proximidade com discentes, docentes e outros atores envolvidos com a atividade fizeram com que em mim brotasse a centelha de participar daquilo não como um mero trabalhador técnico, mas efetivamente como um pesquisador capaz de manejar tais ferramentas. Trabalhar auxiliando

essa engrenagem que é a pesquisa fez com que eu me perguntasse: por que não eu e por que não no PPFH?

A escolha pelo PPFH se deu por causa de uma característica marcante do programa, o forte compromisso com a análise crítica das políticas públicas e das relações humanas por parte de todos os docentes, seja qual fosse sua linha de pesquisa. Além disso, por conta da multidisciplinaridade e interdisciplinaridade do PPFH, imaginei ter ali a possibilidade de descortinar novos horizontes e ter contato com importantes autores de campos do saber até então inexplorados por mim e que poderiam contribuir com minha formação como profissional da área do Direito, me possibilitando, assim, uma formação mais sólida e plural. Após conseguir uma transferência do PPFH para o Laboratório de Políticas Públicas, onde atualmente exerço minhas atividades profissionais, pude enfim participar do processo seletivo para o mestrado e ser aprovado.

Como passei minha infância, adolescência e uma parte da vida adulta vivendo em um local pobre, sempre me deparei com dificuldades. Coleta de lixo, rua asfaltada e água encanada regular não faziam parte de minhas realidades até meados de minha adolescência, que apesar de tudo isso, foi riquíssima em experiências. Para se ter uma ideia, a primeira cobertura de cimento da rua onde morávamos foi conseguida com muito custo pela luta infatigável de meu falecido avô, líder comunitário. Até hoje lembro exatamente como fizemos aquela rua, de cima para baixo, em linhas horizontais, um belo exemplo do que a união de pessoas em prol de um objetivo comum pode realizar.

Mas é importante ressaltar que, apesar de todos os percalços, minha família nunca passou necessidades materiais. Entretanto, pessoas muito próximas a nós não tinham a mesma sorte. Além dessas questões, todos sabem que no dia-a-dia desses lugares a total ausência ou até mesmo a mera perspectiva de direitos básicos faz parte da realidade. Pessoas com moradias precárias e a falta de uma série de outros direitos como escolas de qualidade, assistência médica básica, transporte de qualidade, saneamento básico e muitos outros que podem ser resumidos num só: direito à dignidade. Além da falta das condições mínimas de dignidade mencionadas, some-se que os moradores desses lugares têm de conviver com a presença do Estado através de seu braço mais letal – a polícia, que vê nos moradores alvos em potencial. A violência policial nos becos era banalizada e várias pessoas conhecidas já haviam sentido literalmente na pele os seus efeitos. Posso dizer que sou um privilegiado por nunca ter acontecido qualquer violência direta contra mim. Talvez pela minha cor da pele.

Assim, inserido nesse contexto social, brotou em mim uma inquietude que teimava em questionar tais realidades. Influenciado por meu avô paterno, grande referência em minha

trajetória, líder comunitário que passava parte do seu tempo lutando para ver atendidos aqueles direitos básicos para a sua comunidade, sempre busquei perceber a realidade ao meu redor com um olhar mais aguçado e, assim, me acostumei desde cedo a pensar no coletivo. Talvez por isso, antes de optar pela graduação em Direito, tinha como certo que fazer uma graduação em Jornalismo seria a escolha mais acertada, pois imaginava que poderia auxiliar aqueles que mais necessitavam, tornando evidentes e públicas aquelas situações indignas. Além disso, o universo das notícias e da comunicação social sempre atraiu muito minha atenção. Lembro-me que em minha escola, religiosa e administrada por freiras franciscanas, já no Ensino Médio, eu e mais dois colegas resolvemos editar um jornal de humor crítico e logo na primeira edição fomos convocados pela diretora para prestar explicações a respeito de uma charge retratando um professor. Fomos formalmente censurados! Argumentamos que era um jornal estudantil e que iríamos continuar editando, ao que a diretora assentiu, mas desde que o jornal fosse revisado por um professor. Como vimos que não haveria forma de mantê-lo sem a revisão do censor, concordamos, mas desde que o censor fosse escolhido por nós. Ela teve que permitir e nós escolhemos nosso professor de História, que era um grande amigo e um dos que mais instigava nosso raciocínio crítico. Mesmo vocacionado para o trabalho com a Comunicação, o tal pragmatismo que sempre teimava em se impor em minha vida me dizia que fazer uma graduação em Direito me daria condições de uma vida futura mais próspera e com mais segurança financeira.

Quando em junho de 2013, a partir do aumento das passagens do transporte público, uma multidão de insatisfeitos tomou as ruas do Rio de Janeiro e do Brasil com pleitos que na essência representavam tudo aquilo que a população mais pobre também desejava e necessitava, vi ali um fenômeno que não poderia deixar de ser analisado. Os ingredientes que mais me instigavam estavam todos juntos ali naquele caldeirão: manifestações populares, mídia, polícia e direitos.

Analisar a onda de protestos que tomou conta das grandes cidades do Brasil no mês de junho de 2013 e que até hoje carecem de respostas mais consistentes e aprofundadas sobre a emergência e os efeitos que produziu, me pareceu uma tarefa árdua por conta da proximidade histórica dos fatos analisados, mas também desafiadora. Vi que poderia, através da minha pesquisa e minha narrativa, contribuir para a leitura daquele fenômeno.

Alguns autores pesquisados preliminarmente defendem que o ponto de partida das Jornadas de Junho teriam sido as manifestações capitaneadas pelo Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP). Entretanto, minhas pesquisas iniciais revelaram, e o próprio MPL-SP ressaltou, que as revoltas populares de junho de 2013 contra o aumento de tarifas dos transportes

públicos no Brasil não eram novidades e que o ato “não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo”.¹ Além do que, convulsões sociais em grandes cidades estão longe de serem inéditas. As inovações foram a magnitude e o modo de organização das Jornadas!

Historicamente, é possível verificar que, de tempos em tempos, as grandes metrópoles são agitadas por levantes populares, principalmente quando o tema envolve uma questão tão sensível para a camada mais humilde da população. Assim, o transporte coletivo sempre foi uma espécie de estopim de manifestações no Brasil. (MARICATO, 2013) Podemos citar como exemplo a chamada “Revolta do Vintém”, considerada como a primeira revolta popular contra o aumento da tarifa de transporte público no país, ocorrida no fim do ano de 1879, quando pessoas foram mortas e outras dezenas feridas, transformando a cidade do Rio de Janeiro em uma verdadeira praça de guerra:

Para protestar contra a cobrança do vintém adicional, os manifestantes tomavam os bondes, espancavam os condutores, esfaqueavam os animais utilizados como tração, despedaçavam os carros, retiravam os trilhos e, com eles, arrancavam as calçadas. Os focos de tumulto pipocaram em vários pontos do centro do Rio de Janeiro, com barricadas e depredação. Manifestantes entraram em conflito com a polícia, que respondeu à bala, matando três pessoas. (LOPES, 2013)

Na Revolta do Vintém, tal como ocorreu com as Jornadas de Junho, o aumento da tarifa dos transportes públicos funcionou como ponto de partida para outras reivindicações, principalmente contra o regime imperialista brasileiro. A população, liderada pelo jornalista republicano Lopes Trovão, voltou sua energia contra a monarquia e o alvo escolhido foi o imperador D. Pedro II.² Pode se verificar a identidade do movimento ocorrido no segundo império com as Jornadas de Junho quando Carvalho (2007) ressalta que “(...) a revolta não foi republicana (...) Muitos interesses feridos nela se fundiram, de grandes e de políticos, de gente miúda e de simples cidadãos. Uma grande explosão social, detonada por um pobre vintém”. (grifos nossos)

Na figura abaixo, que ilustrava um dos jornais da época, vemos uma charge que pode exemplificar a maneira como a mídia já tratava os manifestantes nos idos do século XIX. É possível visualizar de um lado a polícia, empunhando espadas e acuada em posição de defesa, sendo atingida por objetos arremessados por revoltosos das camadas mais populares,

¹ Título do artigo assinado pelo Movimento Passe Livre no livro *Cidades Rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, 2013, Boitempo Editorial.

² Este episódio também contou com forte influência dos jornais que faziam oposição ao imperador e ao imperialismo. O próprio Lopes Trovão, organizador dos protestos, era proprietário do jornal *A Gazeta da Noite*. Para mais informações, acesse: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/a-guerra-do-vintem/>>.

caracterizados com vestimentas mais humildes. O destaque interessante é que a legenda da charge deixa evidente uma prática discursiva que se mantém até os dias atuais – “pois que, covardemente lançadas por detraz (*sic*) de pacíficos cidadãos” – que qualifica os manifestantes com roupas mais simples como sendo os covardes por estarem atirando objetos contra a polícia, que empunhava espadas, e contra aqueles que representam a elite da época, que estão trajando cartolas, como pacíficos cidadãos, prática que bem caracteriza a diferença de classes da época e também um método de desqualificação que a mídia utiliza até hoje quando se depara com aqueles manifestantes que não se adéquam aos padrões que ela própria e os governantes entendem como normal para uma manifestação.

Figura 1 – Charge sobre a revolta do vintém



Fonte: Revista de História da Biblioteca Nacional

Outra manifestação popular de destaque e que agitou o país ocorreu na cidade de Niterói, então capital do município do Rio de Janeiro, e ficou conhecida como “Revolta das Barcas”. Ocorrida em 22 de maio de 1959, o levante popular fluminense deixou 5 mortos e quase 120 pessoas feridas. O conflito teve início por conta de uma greve dos marítimos, que se recusavam a trabalhar enquanto o Grupo Carreiros, dono da Companhia Cantareira, que explorava o serviço de transporte de travessia aquaviária entre o Rio de Janeiro e Niterói, não pagasse o valor da quinzena trabalhada aos seus empregados. Com a greve, a concentração de pessoas nas estações da Praça Martin Afonso,³ em Niterói, e Praça XV, no Rio de Janeiro, aumentou devido ao atraso das embarcações. Já insatisfeitos com a qualidade da prestação dos serviços e com o preço da tarifa, que era considerada alta, a população começou a depredar a estação Cantareira, em Niterói.

³ A praça Martin Afonso é mais conhecida como Praça Araribóia, em homenagem ao cacique fundador da cidade de Niterói.

Figura 2 – Estação Cantareira depredada pelos manifestantes



Fonte: acervo O Globo

A capa do jornal *O Globo*, edição do dia 23 de maio de 1959, estampava várias fotos da revolta e assim destacava logo após a foto principal:

A tradicional estação Cantareira, situada na Praça Martin Afonso, foi o primeiro objetivo dos populares revoltados. Seria pouco mais de oito horas quando a turba enfurecida invadiu suas dependências e começou a atear fogo na parte onde estavam situadas as bilheterias da Frota Barreto. Minutos depois, enquanto bombeiros combatiam o fogo, outro grupo de manifestantes incendiava a ala esquerda do edifício, onde estava localizado o Restaurante Miramar. Em poucos minutos, o velho prédio foi transformado em uma imensa fogueira, com grossos rolos de fumo a invadir toda a praça. De nada adiantou a presença dos bombeiros, pois o povo, lutando corpo a corpo com os soldados do fogo, impediu que as chamas fossem extintas. (grifos nossos)

Figura 3 – Manifestantes cortando com canivetes a mangueira de água dos bombeiros



Fonte: acervo *O Globo*

Em artigo,⁴ o MPL-SP destaca que a maior influência sobre sua organização e gênese partiu de dois fortes e emblemáticos movimentos reivindicatórios contemporâneos que também tinham a questão do transporte como a principal bandeira de luta. Um teve como palco a cidade de Salvador, Bahia, no ano de 2003, e que ficou conhecido como a “Revolta do Buzu”.⁵ Além deste, de acordo com o MPL-SP, outro movimento que influenciou a criação do próprio Passe Livre foi o que ocorreu no ano seguinte, em 2004, desta vez em Florianópolis, Santa Catarina, denominado de “Revolta da Catraca”, bastante influenciado pelo movimento baiano. Ambos os movimentos foram deflagrados a partir de anúncios ou implementações de aumentos nas tarifas de transportes públicos urbanos.

Como movimento estruturado e institucionalizado, o MPL-SP só passou a existir a partir da assembleia de fundação do Movimento Passe Livre Brasil (MPL-Brasil), ocorrida no V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no ano de 2005.⁶ Sua carta de princípios estabelece que o movimento deve ser “horizontal, autônomo, independente, apartidário, mas não antipartidário”, além de ser “independente em relação a partidos, ONGs, instituições religiosas, financeiras etc”.

Figura 4 – Assembleia de fundação do MPL



Fonte: <http://tarifazero.org/>

⁴ Publicado no livro *Cidades Rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, 2013, organizado pela Boitempo Editorial.

⁵ A eRvolta do Buzu foi um importante movimento pela a redução das passagens de transportes em Salvador, Bahia. Por suas características, influenciou muito outro movimento, a Revolta da Catraca, ocorrido em Florianópolis, e os próprios movimentos que viriam a ocorre quase dez anos depois. Para saber mais sobre a Revolta do Buzu, acesse: <<http://www.passapalavra.info/2011/09/46384/>>.

⁶ Em anexo a este trabalho está a carta de princípios do MPL.

Além dos movimentos reivindicatórios da Bahia e de Florianópolis, não se pode esquecer que os de 2013 também foram fortemente influenciados pelos que ficaram conhecidos com Primavera Árabe, que tiveram início em 2011 e se alastraram para países do bloco Europeu e outras partes do globo. Nos Estados Unidos, o movimento influenciado pelos árabes ficou conhecido como Occupy e apresentou um viés mais voltado para o questionamento do sistema financeiro e da penosa situação da população mais pobre daquele país. Todos esses movimentos, suas características principais e a sua influência sobre as Jornadas de Junho, serão objetos de uma breve contextualização e análise em capítulo próprio.

As lutas e as estratégias do MPL-SP giram em torno da reivindicação da “tarifa zero”, que deu início à discussão acerca da melhoria no sistema de transporte coletivo, tido hoje como um dos maiores, se não o maior problema da estrutura de nossas cidades. O movimento rechaça a concepção privatista e mercadológica na qual hoje se insere o tema do transporte público, fora da concepção de direitos. E, de fato, não se consegue vislumbrar na prática uma livre circulação de pessoas nos espaços urbanos, seja por falta de oferta adequada de transporte, seja pela impossibilidade da maior parcela da população ter condições de arcar com os altos custos deste serviço essencial e que deveria ser efetivamente público.

Ausência de direitos básicos e um contexto histórico de opressão aos pobres e negros, a estrutural desigualdade em que nossa sociedade está inserida, somada à transformação implementada pelo sistema capitalista e agravada pelo neoliberalismo, faz com que vivamos em cidades divididas e fragmentadas, tendentes ao conflito. (MARICATO, 2013) Não é muito difícil imaginar que ambientes fragmentados e de segregação como esses das grandes cidades brasileiras se tornam propícios para movimentos reivindicatórios, tal como uma grande e seca pradaria, onde basta apenas uma fagulha para o fogo se alastrar. E foi justamente o que ocorreu em junho de 2013.

Podemos dizer que a fagulha foi a reivindicação do MPL-SP contra o aumento das passagens dos coletivos e a pradaria toda a situação de ausência de conexão entre os representantes políticos e a grande massa da população, toda a segregação, opressão, violência e controle social a que os grandes contingentes populacionais estão propositadamente submetidos, além da estagnação do modelo econômico que vem sendo adotado em nosso país, mesmo com indicadores apontando que nos anos de governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores(PT), a pobreza extrema foi significativamente atenuada.⁷

⁷ O PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, considera que o Brasil foi um dos países que mais contribuiu para a redução da pobreza extrema no mundo, baixando o índice de 25,5% para 3,5% de sua população, no ano de 2012.

Todas essas insatisfações são exponencialmente aumentadas pela grande mídia que diariamente espetaculariza notícias sobre corrupção no setor público e os altíssimos gastos realizados para a construção de estádios de futebol e outras obras realizadas para dotar as cidades da infraestrutura necessária para a realização de um dos maiores eventos esportivos do planeta, a Copa do Mundo da FIFA,⁸ que viria a ser disputada no ano seguinte no Brasil. Tudo isso contribuiu para que presenciássemos um dos maiores levantes populares da história, com características marcantes e formas de organização jamais vistas, que “pôs em xeque muitos paradigmas considerados estáveis do cotidiano brasileiro”. (MORAES, 2015)

Grandiosidade. Se alguma palavra pudesse traduzir o que foram as Jornadas de Junho, essa poderia ser a escolhida. E como não poderia deixar de ocorrer, um evento desta magnitude implica, com tantos atravessamentos e desdobramentos, uma cobertura forte da mídia. Por isso, esta pesquisa se debruçará primordialmente na análise da cobertura jornalística dada ao tema, em especial a do jornal fluminense *O Globo*, no período de junho de 2013. A mídia tem sua importância ressaltada por Coimbra (2001, p.29, grifos nossos), que alerta que “(...) é atualmente um dos mais importantes equipamentos sociais no sentido de produzir esquemas dominantes de significação e interpretação do mundo e que os meios de comunicação, portanto, falam pelos e para os indivíduos”.

Nesse sentido, vários foram os fatos que suscitaram a atenção da mídia nas Jornadas de Junho, mas a pesquisa destacará a cobertura dada pelo jornal aos atos praticados pelos manifestantes e qualificados pelo veículo jornalista como violentos.

É sabido que alguns manifestantes se utilizaram de violência contra os símbolos dos alvos escolhidos para serem atingidos. Nesse contexto, vidraças de bancos foram quebradas e caixas eletrônicos danificados, em claro movimento contra o sistema econômico capitalista; carros de polícia e prédios públicos depredados, em ação contra os poderes estatais constituídos, principalmente o Poder Legislativo, foco de grande insatisfação dos manifestantes por sua incapacidade de exprimir em atos os desejos da maioria da população; repórteres de grandes emissoras de televisão foram expulsos das manifestações acusados de manipularem informações e militantes partidários foram impedidos de empunhar suas bandeiras sob a acusação de tentarem utilizar politicamente as manifestações em benefício próprio.

Logo após essas ações, os veículos de comunicação começaram a apontar de forma repetitiva que nas manifestações existiam indivíduos indesejáveis. Ressaltavam a importância

⁸ Justamente em junho de 2013 estava acontecendo no país a Copa das Confederações, evento organizado pela FIFA e de teste que visa avaliar as condições para a realização da Copa do Mundo que viria a ocorrer em 2014. Várias manifestações ocorreram nas cercanias dos novos estádios, em cidades como Brasília e Rio de Janeiro.

e a magnitude das manifestações, mas desde que fossem ordeiras e pacíficas. O jornal, em sua lógica de produção de sentidos, e articulado ao discurso das autoridades públicas das mais diversas perspectivas políticas, não admitia o uso de violência, que se percebeu desde o início das ações contundentes e diretas contra os alvos escolhidos, dentre eles o próprio jornal, e tratou logo de evidenciar que tais atitudes não eram provenientes de indivíduos normais, mas daqueles que seriam destacados como vândalos, em uma clara produção de discurso que seleciona o indivíduo a ser objetivado e controlado.

E foi assim que surgiu na narrativa midiática aqueles indivíduos que foram apontados como *black-blocs*. A tática, e não um grupo como a mídia se arvorou em noticiar, surgiu na Alemanha no início dos anos oitenta, onde eram identificados mais pela vestimenta utilizada (trajavam roupas pretas) e pelo engajamento aos movimentos de resistência feministas e anarcopunks, se espalhou na década seguinte, principalmente em movimentos nos Estados Unidos como, por exemplo, em 24 de abril de 1999, na cidade de Filadélfia:

[...] quando um black-bloc de aproximadamente mil e quinhentas pessoas participou de uma manifestação pela soltura do ativista pelos direitos dos negros norte-americanos e dirigente do grupo denominado de Panteras Negras Mumia Abul-Jamal. Entretanto, foi em novembro do mesmo ano que a mídia divulgou a imagem do black-bloc para o mundo durante as manifestações contra a reunião da Organização Mundial do Comércio, em Seattle, nos Estados Unidos. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.5)

Com todo esse contexto, não é difícil de imaginar que os poderes constituídos se apressariam em tentar restituir as coisas à sua normalidade. Assim, a pesquisa também analisará a resposta estatal dada através do poder legislativo. Hoje existem vários projetos de lei tramitando no Congresso Nacional, em Brasília, tentando se utilizar do Direito Penal como instrumento de criminalização dos movimentos reivindicatórios e um consequente direcionamento de decisões no terreno das políticas públicas no sentido de recrudescer o tratamento dado aos manifestantes. Dessa maneira, serão analisadas as proposições, suas justificativas, autores e desdobramentos.

Assim, ao final, espera-se que a pesquisa possa colocar em análise a relação entre os processos de subjetivação conduzidos pelo jornal *O Globo* a partir das Jornadas de Junho e os textos legais construídos sobre tal evento, que visam a contenção, modelização e criminalização dos manifestantes e também a problematização sobre o modo como a mídia – especificamente o jornal *O Globo* – intervém nas produções subjetivas em torno das manifestações populares no Brasil, na criação e no incremento da sensação de insegurança.

1 FERRAMENTAS CONCEITUAIS

A pesquisa se baseou em alguns conceitos tais como governamentalidade, biopolítica, segurança e risco. Para isso, buscou apoio nos estudos do filósofo Michel Foucault e de outros importantes pensadores sobre a analítica do poder e das ferramentas utilizadas pelos poderes hegemônicos para governar e obter dos governados a resposta que se deseja. Problematiza questões que foram colocadas em xeque pelas manifestações de junho no Brasil à luz desses conceitos. Assim, além de todos os pontos que envolvem os conceitos de governamentalidade e biopolítica nas relações de poder, e toda a produção e construção de subjetividades que daí derivam, principalmente nas atuais sociedades neoliberais, também analisou temáticas fundamentais para o estudo, como a democracia representativa e cidadania, seguridade e risco, tidos como pontos sensíveis e marcadamente presentes nos idos de junho de 2013.

Observa-se a importância dos conceitos eleitos como eixos para a pesquisa quando, por exemplo, Foucault (2008, p.143-144) ressalta a amplitude da importância do termo governamentalidade ao lhe atribuir três sentidos:

[...] o conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e práticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por governamentalidade entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente (*sic*), não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV ou XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado”.

Podemos asseverar que as relações de poder não estão apenas circunscritas à esfera estatal de poder, mas sim espalhadas por todas as relações sociais. Assim, o jornal pesquisado é tido como uma das instituições a serviço da governamentalidade, que atua como potente instrumentalizador dela. Desse modo, o jornal *O Globo*, articula-se como parceiro do Estado e destaca-se como instituição apta a operacionalizar este poder através do trabalho com as informações, direcionadas a moldar condutas e discursos. E, na contemporaneidade, seu objetivo de regulação da população vem articulado com a “regulação das atividades econômicas” e da vida inserida nesta lógica (FOUCAULT, 2008, p.72-74), daí serem estes

conceitos tão caros quando analisados na perspectiva das Jornadas de Junho, levante popular que contesta todo um modo de ser, questionando fortemente o poder instituído.

O jornal, ao reportar as Jornadas de Junho e sempre destacar a figura do vândalo como o sujeito perigoso a ser eliminado, pode ser considerado essencial para a implementação do dispositivo de segurança necessário à governamentalidade pois, com essa prática, potencializa todo um ambiente de insegurança nas manifestações e dá ao Estado a justificação necessária para a edição de mais normas legais aptas ao governo da população, o que efetivamente ocorreu com a propositura de vários projetos de lei que criminalizavam as manifestações e sua estética, e a aprovação da lei 13.260/16, que acabou tipificando o crime de terrorismo.

Também foi utilizado na pesquisa o conceito de biopoder ou biopolítica, que é uma tecnologia de poder não baseada na disciplina. Apesar disso, não a exclui e até se vale dela, no dizer de Foucault (1999, p.289), pois “está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes”. O filósofo nos ensina que após as técnicas de poder incidirem sobre os indivíduos, o que se tem como biopoder é uma técnica que incide sobre as massas, sobre o “homem espécie”. (FOUCAULT, 1999, p.289). Essa tecnologia reclama o denominado dispositivo de segurança que

[...] se exerce sobre o conjunto de uma população apoiada sobre um conjunto de dados materiais, maximizando os elementos positivos e minimizando “o que é risco e inconveniente”. (FOUCAULT, 2008a, p.26) Os dispositivos de segurança agem sobre uma realidade de maneira a anular, frear e regular, ou seja, identificar o que é perigoso, calcular os riscos e intervir sobre as crises. (TÓTORA, 2011, p.86, grifos nossos)

O dispositivo de segurança atua baseado em uma imensa rede legislativa, o que dá ao Estado mecanismos quase infinitos de regulação da atividade social. É aqui que se situa a questão central para esta pesquisa, que é a análise do jornal *O Globo* como produtor de subjetividades e, neste caso, produtor da relevantíssima sensação de insegurança, indispensável para a governamentalidade das sociedades de controle na lógica neoliberal.

Sobre o neoliberalismo, conjunto de teorias desenvolvidas a partir das escolas de Freiburg, na Áustria, e Chicago, nos Estados Unidos, e implementadas a partir do final dos anos setenta e início dos anos oitenta com os governos de Augusto Pinochet, no Chile, Ronald Reagan, nos Estados Unidos e Margareth Thatcher, na Inglaterra, Harvey (2008, p.12), entende ser:

[...] em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional

caracterizada por sólidos direitos da propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas. (...) Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu benefício próprio.

Assim, apesar de mínimo na esfera econômica, no que diz respeito aos investimentos e ofertas de serviços públicos, o Estado neoliberal opera um modelo de governamentalidade que se assenta em uma grande interferência do Estado na vida social, sempre em benefício do grande capital e das iniciativas da ordem privada, “forjando uma intensa judicialização das relações sociais”. Os mecanismos de segurança dessa lógica neoliberal reclamam uma incessante demanda por lei e ordem. Cria um sistema que se baseia em cálculos de risco e perigos, “analisando economicamente e politicamente as decisões em termos de prejuízos, danos e gastos com os dispositivos de punição selecionados”. Assim, “todas as tomadas de decisão políticas e econômicas passam a ser calculadas pelos fatores de risco, uma espécie de antecipação virtual de acontecimentos”. (LEMOS et al, 2015, p.333-334, 336) Por sua vez, Harvey (2008, p.13), enfatiza que o neoliberalismo se tornou hegemônico como prática discursiva a ponto de afetar substancialmente o pensamento contemporâneo, chegando a se incorporar às maneiras cotidianas de “muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo”.

O papel da mídia nas sociedades neoliberais é destacado por Lemos, que ensina que:

A grande mídia jornalística, televisiva e de conglomerados na internet seria responsável por fazer circular notícias que constroem a sensação de medo e de insegurança, de modo generalizado, engendrando subjetividades em pânico, criminalizando os protestos e as subversões de movimentos sociais críticos ao neoliberalismo, o que vem gerando intenso sofrimento para essas lideranças, na medida em que essas são também desqualificadas por esses veículos de comunicação e, correlatamente, pela sociedade que se subjetiva por tais informações editadas e organizadas para fomentar a indústria da segurança. (LEMOS, 2015, p.335, grifos nossos)

Desse modo, espera-se que as ferramentas conceituais possam ser úteis na aferição do papel do jornal no incremento da sensação de insegurança no interior das manifestações de junho, na lógica de construção do sujeito tido como vândalo e na consequente resposta estatal consubstanciada no aumento da legislação penal sobre o tema.

2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para a realização da pesquisa optou-se, inicialmente, como procedimento metodológico principal, a análise das manchetes diárias do jornal *O Globo* que se referiam ao tema das Jornadas de Junho. A escolha do veículo ocorreu por sua importância no cenário brasileiro e por ser considerado um grande formador de opinião no Brasil, que diariamente lança “ideias que potencialmente modelarão a opinião majoritária dos indivíduos, a começar pelos estratos capazes de reproduzi-las”. (FONSECA, 2005, p.31) Além disso, pesquisas revelam que o periódico ocupa posição de destaque no ranking de circulação diária de jornais impressos no país. Assim, com todas essas características, o jornal *O Globo* pode ser considerado como forte máquina produtora de subjetividades.

Sobre a produção de subjetividade no sistema capitalista atual, Felix Guattari (2013, p.34) entende que tal produção é mais importante que qualquer outra, “mais essencial até do que a produção de energia”. Com exemplo, o autor nos permite verificar a importância que tem a produção de subjetividade para a dominação e o controle social, e como um jornal com grande distribuição pode auxiliar nesta tarefa:

Quando uma potência como os Estados Unidos quer implantar suas possibilidades de expansão econômica num país do assim chamado Terceiro Mundo, ela começa, antes de mais nada, a trabalhar os processos de subjetivação. Sem um trabalho de formação prévia das forças produtivas e das forças de consumo, sem um trabalho de todos os meios de semiotização econômica, comercial, industrial, as realidades sociais locais não poderão ser controladas. (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p.36, grifos nossos)

Podemos definir como subjetividade tudo aquilo que concorre para a produção de um “si”, um modo de existir, um estilo de existência. (SOARES; MIRANDA, 2009, p.416, grifo nosso) Neste sentido, os autores prosseguem na construção do conceito e deduzem que:

Todos os seres humanos, adultos, crianças, idosos, homens e mulheres, assim como todos os grupos sociais, sejam eles grupos de oração, amigos conversando ou megacorporações bancárias e mediáticas, produzem processos de subjetividade [ou subjetivações].

Guattari e Rolnik (2013, grifo nosso) trabalham com a premissa de que a subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Toda a produção de sentido, de eficiência semiótica, não são centrados em agentes individuais nem em agentes grupais, mas em máquinas de expressão, “sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos,

etológicos, de mídia". E o conceito de máquina aqui se refere a "uma organização de fluxos e forças plurais e heterogêneas, ou seja, são 'acoplamentos heterogêneos que agenciam'". (SOARES; MIRANDA, 2009, p.417) Portanto, pode-se afirmar, sem medo de errar, que "habitamos um estranho mundo povoado por máquinas de todos os lados" (SOARES; MIRANDA, 2009, p.418), e o jornal pesquisado é uma potente máquina de agenciamento coletivo de enunciação e forte produtora de subjetividades.

Moldando discursos e falando pelos indivíduos, o jornal exerce com maestria o que Foucault (1979, p.171) vem chamar de "tirania dos discursos englobantes", relegando ao descrédito e ao segundo plano os discursos que confrontem suas ideias totalizantes. Lemos (2014, p.7) ressalta que para fazer uma análise detida das práticas discursivas, "Foucault propõe interrogá-las, questionar suas pretensões de evidência, colocar em questão os postulados instituídos no campo social com seus efeitos de verdade" e, como consequência, indaga que "poderíamos interrogar que táticas e estratégias foram agenciadas para a produção de documentos, como foram produzidos estes documentos que analisamos e de que modo ganharam visibilidade na cena pública e foram transformados em memória a ser venerada?". (LEMOS, 2014, p.8)

De forma secundária e não menos importante para a pesquisa, também se buscou uma análise das sessões internas do jornal, tais como editoriais, opiniões de articulistas e reportagens, importantes complementos que auxiliarão na investigação do posicionamento do veículo em face dos relevantes acontecimentos das ruas naquele junho de 2013.

A pesquisa das manchetes diárias e das sessões internas do jornal sobre as Jornadas de Junho tem o intuito de realizar uma cartografia apta a desenhar as relações, táticas e estratégias que o periódico busca criar/alterar com seu discurso. Para Lemos (2014), a cartografia é relevante porque busca apontar quais são os novos perigos em nosso tempo, tentando efetuar uma história de acontecimentos que nos influenciam no presente. Neste sentido, cartografar é marcar os traçados das lutas, tensionando os consensos que visam silenciar vozes dissonantes e aplacar a "coragem da verdade".

A pesquisa também apresenta, com uma análise dos textos, posições das manchetes e nível de destaque dado aos títulos, a opinião editorial do veículo a respeito das Jornadas de Junho e, por consequência, seu papel como potente equipamento de modelização de condutas e produtor sistemático de subjetividades através da reiteração diária de ideias e imagens, produzindo mensagens com capacidade real de interferência na agenda nacional (FONSECA, 2005). A trajetória histórica do jornal *O Globo* demonstra isso de forma inequívoca. Com papel relevante nos fatos históricos mais importantes do país, fica claro que o veículo vem atuando

sistematicamente a serviço de uma construção de um saber/poder, tendo em vista sua alta capacidade de formar opinião. Fonseca (2005) ressalta essa característica ao destacar a importância da imprensa escrita na elaboração e divulgação de saberes e do jornal pesquisado como vulgarizador de ideias que o autor denomina de ultraliberais.

De forma a situar o papel das manifestações de junho de 2013 no Brasil, o contexto histórico das Jornadas de Junho também será considerado pela pesquisa. Assim, foram analisados os movimentos globais que se espalharam por todo o globo terrestre a partir da crise econômica de 2008, desde as primeiras manifestações que ocorreram na Tunísia no ano de 2011, influenciando outros países do norte da África, e ficaram conhecidas por “Primavera Árabe”.⁹

Lançando mão das ferramentas genealógicas propostas por Foucault na análise da relação do saber com o poder e do poder com o saber e, através dessas perspectivas, investigou-se datas, contextos, tempo, espaço, racionalidades econômicas, políticas, sociais e subjetivas destas ricas manifestações populares, pois

“um documento e um arquivo são agenciamentos organizados por uma multiplicidade, um rizoma que funciona do dispositivo que constitui e, portanto, não deve ser lido para ser compreendido, mas para fazer passar algo e, desse modo, poder operar conexões. (LEMOS, 2014, p.3, grifo nosso)

Assim, a pesquisa foca nas relações de poder envolvidas neste processo e a influência do jornal pesquisado como produção de um saber/poder que possui relevante influência sobre seus leitores e, conseqüentemente, nos legisladores e na proposição de leis que criminalizam condutas e criam mais um sujeito a ser temido, o vândalo. Neste sentido, Lemos (2014, p.12, grifo nosso) destaca que:

Descrever e analisar historicamente documentos por meio das ferramentas arqueogenealógicas nos permite acessar a possibilidade de interrogar práticas, problematizar o que nos é apresentado como dado e conformado e, portanto, mais do que uma perspectiva de pesquisa e teoria metodológica falamos e trabalhamos com jogos políticos de resistência e singularização com uso dos documentos em dispositivos de diferenciação e ruptura, em uma atitude crítica.

A análise se circunscreveu no período entre o dia 7 de junho, data da primeira manifestação do Movimento Passe Livre de São Paulo, ocorrida em São Paulo e em outras

⁹ Pelo escopo deste trabalho, não se analisará o movimento ocorrido em todos os países árabes. A Primavera Árabe será analisada pelos levantes que ocorreram na Tunísia e no Egito, pois se acredita que deles possa ser possível extrair as principais características dos movimentos árabes e sua influência nos demais.

idades do Brasil, até o dia 30 de junho, quando os movimentos de rua começaram a se tornar menos frequentes e intensos, devido à repressão violenta com que foram tratados, em que pese outras manifestações muito importantes terem ocorrido ao longo do ano de 2013 e também no ano de 2014.

A partir desta primeira análise do jornal, a pesquisa seguiu nas investigações de leis e projetos de lei (PL) que ora tramitam ou tramitaram no Congresso Nacional e que mencionem em suas justificativas os movimentos de rua, manifestações, vandalismos, danos ao patrimônio público ou privado a partir de manifestações de rua e outras palavras ou expressões correlatas que busquem alterar o Código Penal Brasileiro ou criar leis penais sobre o tema, criando novas prescrições legais que tendam a limitar o direito de manifestação e criminalizar os manifestantes.

É importante que se saiba que no período entre a seleção para este curso de mestrado e o exame de qualificação, um desses projetos de lei, o PL 2016/2015, foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República em 16 de março de 2016. Trata-se da lei nº 13.260/16 que, regulamentando o inciso XLIII do artigo 5º da Constituição, passou a disciplinar o crime de terrorismo, o que, por sua importância e influência para os movimentos reivindicatórios, também foi objeto de análise dessa pesquisa.¹⁰

¹⁰ Também é relevante informar o contexto histórico da escrita desta dissertação. No período entre 2015 a 2016, a presidente democraticamente reeleita, Dilma Roussef, do Partido dos Trabalhadores, sofreu um golpe através de um *impeachment* aprovado pelo Congresso Nacional. A partir da não aceitação do resultado das eleições presidenciais, o candidato derrotado e seu partido, Aécio Neves e o PSDB, conseguiram desestabilizar o ambiente político, o que contaminou uma parcela da população mais alinhada com o pensamento liberal, conservador, e até ultraconservador, que tomaram as ruas com gigantescos protestos contra a presidente. Importante ressaltar que tais protestos ganharam muito fôlego com o apoio explícito da grande mídia hegemônica, que noticiavam com entusiasmo as “manifestações verde-amarelas” (estética adotada pelos manifestantes, que se vestiam majoritariamente com as cores da bandeira do Brasil). Com a adesão do partido do então Vice-presidente Michel Temer, o PMDB, que antes fazia parte da base de sustentação da presidente nas Casas Legislativas, e sob uma frágil acusação de ter praticado manobras fiscais que ficaram conhecidas como “pedaladas fiscais”, o ambiente para o afastamento de Dilma ficou propício e acabou ocorrendo definitivamente em agosto de 2016.

3 AS JORNADAS DE JUNHO E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO

O gigante adormecido¹¹ acordou? Essa foi a indagação mais presente no segundo semestre do ano de 2013, notadamente após aquele mês de junho, inesquecível para todos nós. Pelo menos naqueles dias, o gigante que jazia em sono profundo desde os idos de 1984,¹² e que acordou meio sonolento em 1992 com as manifestações dos "caras pintadas"¹³ e logo voltara a adormecer, despertou com uma potência e abrangência jamais vistas em terras tupiniquins. O movimento, que aconteceu em junho de 2013, recebeu diversas alcunhas: Revolta do Vinagre, Revolta dos Governados do Inverno, Primavera no Brasil, Jornadas de Junho, etc.¹⁴

Muitos questionamentos ainda se fazem sobre o que foi aquele movimento de 2013, que se reputa sem precedentes na história de nosso país. Alguns podem até argumentar que já tivemos passeatas maiores, mas a dimensão nacional das manifestações, a simultaneidade de sua ocorrência e a ausência de lideranças formais, deu ao fenômeno características jamais vistas. Para se ter uma noção, no dia 20 de junho de 2013 registraram-se protestos em mais de 126 cidades brasileiras e também em algumas do exterior.

O que chamou muito a atenção nas Jornadas de Junho foi que a partir da pauta do transporte, insistentemente levantada pelo MPL, houve grande participação popular, heterogeneidade de reivindicações e também uma assustadora velocidade de massas tomando ruas e avenidas. Como num passe de mágica, um grande volume de pessoas tomou o caminho das ruas como há muito não se via em nosso país. Estudiosos ainda se perguntam como um movimento aparentemente sem uma liderança formal e sem uma agenda fechada de propostas pôde surgir, se fortalecer com tamanha velocidade e tomar grandes avenidas de todas as capitais do país. No Rio de Janeiro, até em bairros como Vila Isabel, Barra da Tijuca, Rocinha e Cidade de Deus, fora do tradicional eixo de passeatas, foram registradas manifestações.

Vários são os fatores envolvendo esses movimentos que se mostram relevantes e instigantes para a realização de uma pesquisa, e o contexto é um deles. Pesquisas preliminares

¹¹ Referência ao Brasil a partir de uma cadeia de montanhas localizada na cidade do Rio de Janeiro, que pelo seu tamanho pode ser vista de diversos pontos da cidade e lembra a silhueta de uma pessoa deitada.

¹² Ano das grandes manifestações pelas eleições diretas para Presidente da República no Brasil.

¹³ Movimento estudantil que no ano de 1992 tomou as ruas para exigir o afastamento do então presidente da república acusado de corrupção, Fernando Collor de Mello, o que de fato aconteceu.

¹⁴ Por questão de estilo, se utilizarão as expressões manifestações, movimentos, jornadas, entre outras, para fazer menção às Jornadas de Junho.

nos permitem afirmar que as Jornadas de Junho se inserem em um movimento global de contestação que teve início com a grave crise financeira que levou à falência grandes corporações financeiras no ano de 2008. Como reflexos dessa crise, a partir do ano de 2011, surgiram em vários países espalhados pelo globo, cada um com suas peculiaridades, grandes manifestações populares com múltiplos propósitos. A seguir, serão detalhados os movimentos considerados mais emblemáticos e que podem ser considerados como grandes influenciadores de outros.

3.1 Tunísia: aqui começou a primavera

Conforme já destacado, longe de ser um movimento isolado, as Jornadas de Junho do Brasil aconteceram na esteira de vários outros movimentos reivindicatórios que tiveram início no norte da África, no ano de 2011, e tomaram uma dimensão global. Com a aguda crise econômica que teve início em 2008,¹⁵ as populações destes países já assolados por altos índices violência e grande autoritarismo estatal, puderam sentir os efeitos da crise global de forma mais acentuada. Com altos índices de desemprego e desigualdade social, o povo partiu desesperadamente para as ruas em busca de mudanças.

Figura 5 – Foto de Mohamed Bouazizi

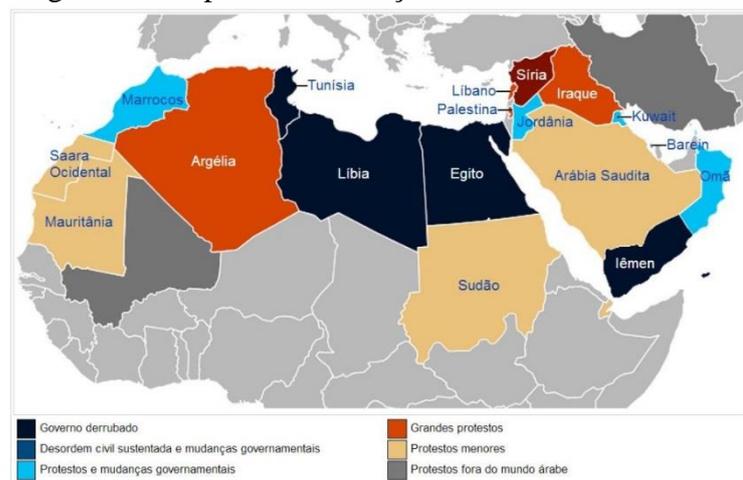


Fonte: <https://upload.wikimedia.org>

¹⁵ A crise de 2008 foi considerada a maior crise econômica depois da grande depressão de 1929. Teve início nos Estados Unidos após o colapso do mercado imobiliário norte-americano, detonada pela falência do banco Lehman Brothers e a recusa do FED (Banco Central dos Estados Unidos) em socorrer a instituição. Em poucos meses, a crise havia se espalhado para várias partes do mundo. Para mais informações, acesse: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/500801-origem-causas-e-impacto-da-crise/>>. Acesso em 16 jun. 2016.

O vendedor de frutas tunisiano Mohamed Bouazizi nem imaginaria que sua atitude de atear fogo ao próprio corpo em protesto contra a apreensão de suas mercadorias por guardas corruptos, na pequena cidade de Sidi Bouzid, literalmente tocaria fogo na situação política de seu país e seria a faísca para que quase simultaneamente inúmeras revoltas eclodissem em outros. Nos países árabes, o movimento ficou conhecido como “Primavera Árabe”¹⁶ e as revoltas que tiveram início na Tunísia logo se espalharam para o Egito, Líbia, Iêmen, Bahrein, Síria, Argélia, Iraque, Jordânia, Kuwait, Marrocos, Sudão, Mauritânia, Omã, Arábia Saudita, Djibuti e o Saara Ocidental. (GUZZI, 2014, p.177) Em comum, os levantes nos países árabes tinham como objetivo a derrubada dos regimes ditatoriais como, por exemplo, o de Muammar al-Gaddafi, na Líbia, Ben Ali, na Tunísia, e Hosni Mubarak, no Egito; a ampliação da participação popular nos processos políticos e a melhora das condições de vida das populações afetadas economicamente pela grave crise econômica mundial de 2008.¹⁷

Figura 6 – Mapa das insurreições da Primavera Árabe



Fonte: <http://observadoresxxi.tumblr.com>

Castells (2013, p.27) indaga qual seria o fio condutor que “unia, na mente das pessoas, suas experiências de revolta, a despeito de contextos amplamente diversos em termos culturais, econômicos e institucionais” dos países? Como povos de diferentes matizes políticos e sociais puderam encontrar uma união de propósitos que os pudesse conduzir para além daquilo que já havia sido tentado até então? São diversas indagações que o próprio autor procura responder dizendo que a indignação:

¹⁶ O termo Primavera Árabe faz clara alusão aos movimentos conhecidos como “Primavera de Praga”, ocorrida na ex-república soviética da Tchecoslováquia, em 1968.

¹⁷ Para se ter um exemplo, na época das manifestações a taxa de desemprego na Tunísia era de 13,1% e subia para 21,1% entre os jovens com diploma de ensino superior.

[...] nasceu do desprezo por seus governos e pela classe política, fossem eles ditatoriais ou, em sua visão, pseudodemocráticos. Foi estimulada pela indignação provocada pela cumplicidade percebida entre as elites financeira e política (...) tornou-se possível pela superação do medo, mediante a proximidade construída nas redes do ciberespaço e nas comunidades do espaço urbano.

Safatle (2012, p.51) adiciona outro ingrediente à receita dada por Castells. Para o autor, é a angústia do desencanto que une as intenções, que faz com que o mesmo sentimento apareça em locais tão distintos política e culturalmente, como Túnis e São Paulo, Cairo e Nova York.

Além de indignação e desencanto, dentre tantos outros motivos que poderiam incitar uma revolta, outra razão que dava aos manifestantes árabes o combustível necessário para seus levantes era a esperança de que mudanças concretas ocorreriam, pois na Tunísia os levantes surtiram rápidos efeitos concretos. Em poucas semanas, o Presidente Zine El-Abidini Ben Ali, general que chegara ao poder no país por meio de um golpe de Estado no ano de 1987, renunciou ao cargo e fugiu para a Arábia Saudita. Para se ter uma noção da rapidez dos acontecimentos naquele país, a autoimolação do vendedor Bouazizi, estopim dos levantes, ocorreu no dia 17 de dezembro de 2010, e menos de um mês depois, em 14 de janeiro de 2011, após manifestações e repressão por parte da polícia, que matou pelo menos 147 pessoas e deixou outras centenas feridas, o então Presidente Ben Ali e sua família buscaram refúgio no país saudita.

Mesmo com a rápida capitulação do ditador tunisiano Ben Ali, a busca por abertura política na Tunísia havia só começado, e então a luta dos manifestantes passou a ser por ampliação da participação popular na política, liberdade de imprensa e por uma nova lei eleitoral (CASTELLS, 2013). Nesse contexto, o uso da ferramenta da internet foi fundamental para o movimento. Castells (2013, p.29) destaca que:

[...] os manifestantes não se contentaram com esta vitória [a deposição do ditador Ben Ali]. Na verdade, sentiram-se encorajados para pressionar pelo afastamento de todo o pessoal de comando do regime (...) A difusão em vídeo dos protestos e da violência policial pela internet foi acompanhada de convocação à ação nas ruas e praças das cidades de todo o país, começando nas províncias centro-ocidentais e depois atingindo a própria Túnis. A conexão entre comunicação livre pelo Facebook, YouTube e Twitter e a ocupação do espaço urbano criou um híbrido espaço de liberdade que se tornou uma das principais características da rebelião tunisiana, renunciando os movimentos que surgiram em outros países.

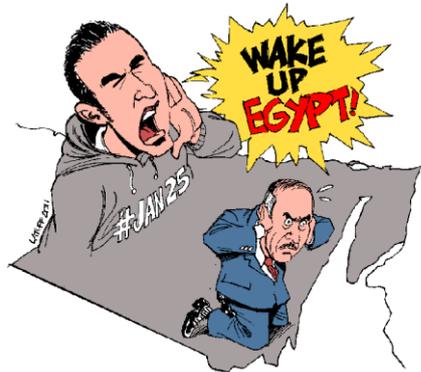
Os manifestantes tunisianos permaneceram protestando durante todo o ano de 2011, apesar da repressão policial e da insistência da classe política em manter no governo provisório integrantes do antigo governo de Ben Ali. O exército tunisiano, por sua vez, parecia apoiar o processo de democratização, após a recusa do general Rachid Ammar em abrir fogo contra os

manifestantes, logo no início dos levantes. Assim, em 21 de outubro de 2011, foram realizadas eleições abertas,¹⁸ inaugurando uma nova era de perspectivas para o povo tunisiano.¹⁹

3.2 O Egito da Praça Tahrir

Como na Tunísia, a revolução no Egito também teve seu mártir: Khaled Said, ciberativista, espancado até a morte pela polícia em um cybercafé da cidade de Alexandria, após distribuir na internet um vídeo que mostrava imagens de violência policial. Foi em sua homenagem que foi criado um grupo na rede social Facebook denominado "Todos Somos Khaled Said", importante na convocação de uma manifestação na praça Tahrir, contra a violência policial, que inauguraria a série de protestos no país. A data escolhida foi o dia 25 de janeiro de 2011. (CASTELLS, 2013) Também seguindo o macabro exemplo do vendedor de frutas tunisiano, seis pessoas se autoimolaram no Egito, atitudes extremas que caracterizavam bem o desespero do povo frente à situação econômica precária que atravessava o país e o reinante autoritarismo do Estado.

Figura 7 – Charge de Khaled Said conclamando a revolução



Fonte: <http://ambassadors.net/archives/issue30/profile.ht>

¹⁸ “O Ennahad, coalizão islâmica moderada, tornou-se a principal força política do país após as eleições, recebendo 40% dos votos e obtendo 89 das 271 cadeiras da Assembleia Constituinte, e seu líder, o intelectual islamita Rached Gannouchi, tornou-se primeiro-ministro”. (CASTELLS, 2013, p.35)

¹⁹ Em 2015, o Quarteto de Diálogo Nacional da Tunísia, criado em 2013 para consolidar o processo de mudanças no país, iniciados a partir dos levantes de 2011, e integrado pelo sindicato União Geral Tunisiana do Trabalho, União Tunisiana da Indústria, do Comércio e do Artesanato (Utica, representando o patronato), Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia (ONAT) e Liga Tunisiana dos Direitos Humanos (LTDH) foi agraciado pelo Prêmio Nobel da Paz. Segundo o comitê do Prêmio Nobel, o quarteto de instituições “estabeleceu uma alternativa, um processo político pacífico em um período no qual o país estava à beira de uma guerra civil”. Para mais informações, acesse: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/10/grupo-da-tunisia-vence-nobel-da-paz-2015.html/>>. Acesso em 25 jun. 2016.

Os protestos do Egito encontraram no governo um adversário encarniçado. No poder desde 1981, Muhammad Hosni Said Mubarak, ex-oficial da força aérea egípcia, era o Vice-presidente da república quando Anwar Al Sadat, então presidente, foi assassinado. Alçado ao poder em outubro daquele ano e disposto a continuar pelo menos até a realização das eleições que ocorreriam em setembro de 2011, quando pretendia ser sucedido por seu filho Gamal, Mubarak respondeu com extrema dureza e violência a todos os desafios perpetrados contra a autoridade estatal. Castells (2013, p.57) ressalta, em relação à revolução egípcia, que a disposição do governo era de que “nenhum desafio à autoridade do Estado ficaria sem resposta”. Como se viu, o governo de Mubarak pôs em prática medidas que nenhum outro país ousou fazer até então, como bloquear totalmente a internet, sinais de telefonia celular e a troca de mensagens SMS. Mas as medidas não surtiram o efeito desejado. Castells (2013, p.58-59) destaca que ao tentar bloquear a internet, o governo sofreu um imediato contra-ataque de uma resistência que:

[...] vem da vigilância da comunidade global da web, que inclui *hackers*, *techies*, empresas, defensores dos direitos humanos, redes de militantes como a *Anonymous* e pessoas do mundo todo para os quais a internet se tornou tanto um direito fundamental quanto um modo de vida. Essa comunidade veio ao socorro do Egito como fizera na Tunísia em 2010 e no Irã, em 2009. Além disso, a engenhosidade dos manifestantes egípcios tornou possível a reconexão com o movimento, assim como entre este, O Egito e o mundo em geral. (...) [para se ter um exemplo] Uma organização internacional de *hackers*, a *Telecomix*, desenvolveu um programa que recuperava automaticamente mensagens telefônicas provenientes do Egito e as repassava para todas as máquinas de fax do país. Muitas delas operavam em universidades que frequentemente eram usadas como centro de comunicação.

Figura 8 – Manifestantes na Praça Tahrir



Fonte: <http://oglobo.globo.com/fotos/2011/02/18/?p=2>

Assim, o bloqueio²⁰ implementado pelo governo egípcio caiu por terra e as autoridades logo foram obrigadas a restaurar os serviços.²¹ O povo já estava nas ruas e havia a mobilização necessária para a revolução em marcha. Outros tipos de rede foram criadas e funcionavam a pleno vapor e mecanismos diversos foram utilizados pelos manifestantes em sua comunicação. Suspender a internet se revelou um ato desesperado que logo demonstrou sua ineficácia, de modo que o bloqueio foi rapidamente levantado. Mas o levantamento do bloqueio também se deu por razões econômicas. A OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) estimou que o Egito perdera cerca de 90 milhões de dólares nos dias sem internet.²²

Mesmo com a renúncia de Mubarak, que veio acontecer em 11 de fevereiro de 2011, a situação dos manifestantes pouco se alterou. Alçado ao poder, o Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA), disposto a manter o privilégio dos militares, exerceu uma repressão mais violenta do que o antigo governante. Castells (2013, p.63, grifos nossos), relata que

O CSFA tentou apaziguar e desativar o movimento revolucionário, cobrindo-se do manto da revolução para garantir que, ao mudar, tudo permanecesse do mesmo jeito (...) O ano de 2011 como um todo testemunhou um confronto sem tréguas entre o CSFA e o movimento (...) O pleito para o Parlamento Constituinte de fato teve lugar, iniciando-se em 28 de novembro e prosseguindo por várias semanas. Mas foi só finalmente aceito pelo CSFA após uma série de confrontos sangrentos entre o movimento e os militares durante todo o ano, com 12 mil civis condenados em tribunais militares, cerca de mil manifestantes mortos e dezenas de milhares de feridos.

Após muita repressão perpetrada pelo CSFA, só em junho de 2012 foram realizadas eleições e foi eleito para a presidência do país Mohamad Morsi, candidato da irmandade muçulmana, tornando-se o primeiro civil eleito de forma democrática para governar o Egito. Porém, em 3 de julho de 2013 Morsi foi deposto e a constituição suspensa, dando segmento às indefinições políticas no país. O general Abdul Fatah Saeed Hussein Khalil Al-Sisi, ex-Ministro

²⁰ Para mais informações sobre o bloqueio e como os egípcios o superaram, acesse: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/02/saiba-como-o-egito-se-desligou-da-web-e-o-que-e-feito-para-furar-bloqueio.html>>. Acesso em 16 jun. 2016.

²¹ O bloqueio teve início no dia 28 de janeiro e no dia 2 de fevereiro foi restaurado.

²² Os serviços de telecomunicações e internet representam entre 3% e 4% do Produto Interno Bruto (PIB) do Egito. Para mais informações, acesse: <<http://idgnow.com.br/internet/2011/02/03/corte-da-internet-no-egito-custou-us-90-milhoes-a-economia-do-pais/>>. Acesso em 16 jun. 2016.

da Defesa e ex-Chefe das Forças Armadas, personagem principal da deposição de Morsi, foi eleito presidente do Egito nas eleições realizadas em 2014.²³

Assim, apesar das incertezas que ainda norteiam o Egito, a revolução ocorrida no país em 2011 foi importantíssima para o contexto das revoluções e dos movimentos reivindicatórios que se alastraram por vários países árabes, alguns países europeus, Estados Unidos e também aqui no Brasil. O que o mundo pôde vislumbrar através da internet e de outras mídias era a possibilidade de mudança efetiva. Se um país assolado pelo autoritarismo e dividido política e religiosamente como o Egito pôde colocar em prática uma revolução que abalou os alicerces de um regime ditatorial que há décadas dominava o país, por que não outros? A Tunísia mostrou ser possível e, no Egito, a Praça Tharir foi o interruptor que ligou a conexão com as múltiplas redes globais de resistência aos poderes estabelecidos. (CASTELLS, 2013, p.63)

3.3 O momento Tahrir em Wall Street

Com este turbilhão de novos acontecimentos iniciados na Tunísia e com uma conjuntura econômica desfavorável, o movimento árabe se espalhou como um vírus para quase todas as partes do globo. Sobre a sincronia dos movimentos e a identidade na forma de ação, Carneiro (2012, p.8, grifos nossos) destaca que:

Houve uma sincronia cosmopolita febril e viral de uma sequência de rebeliões quase espontâneas surgidas na margem sul do Mediterrâneo e que logo se manifestaram na Espanha, com os Indignados da *Puerta del Sol*, em Portugal, com a Geração à Rasca, e na Grécia, com a ocupação da praça *Syntagma*. Em todos os países houve uma mesma forma de ação: ocupações de praças, uso de redes de comunicação alternativa e articulações políticas que recusavam o espaço institucional tradicional.

Apesar das especificidades de cada um, as características organizativas destes variados movimentos em muito se assemelhavam e a utilização das redes sociais digitais revelou-se uma forma inovadora de organização das atividades, o que possibilitou a ampliação da área de intervenção territorial e também facilitou a mobilização das massas, produzindo, assim, o que Alves (2012, p.33) chamou de “sinergias sociais em rede”, facilitando estratégias de luta “num cenário de crise social ampliada”. Então, não seria difícil apostar que a área de influência da

²³ Para mais informações sobre os desdobramentos da queda do ditador Hosni Mubarak e a situação política no Egito, acesse: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/no-egito-a-primavera-arabe-acabou-4458.html/>>. Acesso em 20 jun. 2016.

Primavera Árabe tomaria sua nau Santa Maria²⁴ e, tal qual Cristóvão Colombo, atravessaria o oceano atlântico e aportaria no coração da crise mundial que assolou o mundo em 2008 e contribuiu fortemente para a eclosão dos conflitos – Wall Street. Com o movimento Occupy, as massas voltavam seus canhões agora para o coração do sistema financeiro internacional.

Já com uma situação de caos na economia desde a crise do ano de 2008, causada pela falência do banco Lehman Brothers, e o socorro do governo norte-americano a esta e a outras instituições financeiras em dificuldades econômicas com recursos dos contribuintes,²⁵ a “indignação estava no ar” naquele ano de 2011. (CASTELLS, 2013, p.121) A Tunísia e a praça Tahrir foram os exemplos de que os americanos também poderiam derrubar ditaduras. Desta vez, a ditadura escolhida para ser deposta era a do dinheiro e a da influência que as grandes corporações financeiras exerciam sobre os governos.²⁶ Harvey (2012, p.58), diz que o “Partido de Wall Street”:

Controlou os Estados Unidos sem dificuldades por tempo demais. Dominou completamente (...) as políticas dos presidentes por pelo menos quatro décadas (para não dizer mais), independente de presidentes individuais terem ou não sido seus agentes por vontade própria. Corrompeu legalmente o Congresso por meio da dependência covarde dos políticos de ambos os partidos em relação ao poder de seu dinheiro e ao acesso à mídia social que controla (...) domina muito o aparato estatal, bem como do Judiciário, em particular a Suprema Corte, cujas decisões partidárias estão crescentemente a favor dos interesses venais do dinheiro.

Americanos acreditaram na promessa de mudanças no lema que levou Barack Obama à vitória na eleição presidencial, *yes we can!* Entretanto, das mudanças que foram prometidas poucas foram implementadas. Todos estes ingredientes juntos, crise financeira, dependência estrutural das esferas de poder aos ditames do sistema financeiro e as insurreições ocorridas em países árabes e da Europa, propiciaram o surgimento de movimentos reivindicatórios em solo americano, que foram chamados de Occupy.

²⁴ Em alusão à embarcação principal da expedição do navegador Cristóvão Colombo rumo à América no ano de 1492.

²⁵ Estima-se que a ajuda do governo norte-americano ao sistema financeiro na crise de 2008 chegou à impressionante cifra de 2,6 trilhões de dólares.

²⁶ Para se ter uma noção de como a camada menos favorecida dos americanos vinham sofrendo com um sistema econômico que privilegia a especulação e o lucro, Castells (2013, p.121-122) informa que “a parcela da renda americana apropriada pelo 1% mais rico pulou de 9% em 1976 para 23,5% em 2007”. Além disso, “o crescimento cumulativo da produtividade entre 1998 e 2008 chegou a cerca de 30%, mas os salários reais cresceram somente 2% durante a década”. Informa também que o lucro do setor financeiro teve um crescimento de 40% em 2007, contra 10% da década de 80. “Na década anterior à crise, os salários reais por hora aumentaram 2%, enquanto a renda dos 5% mais ricos aumentou 42%”. Resumindo, a parcela dos 1% mais ricos apropriou-se de 58% do crescimento econômico no período.

A convocação para a manifestação inicial partiu da revista de crítica cultural *Adbusters*,²⁷ com sede em Vancouver. Em 13 de julho de 2011, a revista publicou em seu blog um texto com a convocação #occupywallstreet: “Você está preparado para um momento Tahrir? No dia 17 de setembro,²⁸ invada Lower Manhattan, monte barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocupe Wall Street”. (CASTELLS, 2013, p.124)

Figura 9 – Convocação da revista *Adbusters*



Fonte: <https://www.adbusters.org>

Como aconteceu nos países árabes, a manifestação inicial convocada para o dia 17 de setembro, em Wall Street, sofreu uma dura repressão por parte das forças policiais. E quanto maior era a repressão policial, mais os manifestantes disponibilizavam imagens das ações nas redes sociais, o que aumentava a indignação e também a mobilização dos manifestantes, tanto que:

[...] em 1º de outubro, 5 mil pessoas tomaram a Brooklyn Bridge, onde a polícia montou uma armadilha, conseguindo prender mais de 700. Em resposta, no dia 8 de outubro, atendendo a uma convocação do Occupy Wall Street, juntamente com os sindicatos, 15 mil pessoas manifestaram-se desde a Foley Square, em Lower Manhattan, até o Zuccotti Park. (CASTELLS, 2013, p.127)

Para as autoridades, seria um acinte uma multidão de dezenas, talvez centenas de milhares de indignados tomarem as ruas e montarem suas barracas. Mas a dura reação estatal não teve o poder de conter os manifestantes, que prosseguiram nas ocupações. A partir das imagens da repressão policial contra as manifestações do dia 17 de setembro, ocupações começaram a surgir espontaneamente em dezenas de cidades americanas, e até em bairros e em pequenas cidades do interior do país.

²⁷ O endereço eletrônico da revista é: <<http://www.adbusters.org/>>.

²⁸ Data simbolicamente escolhida por ser o aniversário de assinatura da Constituição americana.

Figura 10 – Acampamento no Zuccotti Park, Nova York



Fonte: www.flickr.com

É interessante destacar uma característica dos movimentos Occupy que também se verificou nas Jornadas de Junho: a ausência de lideranças formais. Não havia líderes locais, nacionais e nem globais. Coordenações ajudavam na tomada de decisões e a internet era largamente utilizada como instrumento de consulta da opinião dos manifestantes e as deliberações eram tomadas por uma assembleia geral, descrita como um “encontro aberto, horizontal, sem liderança, baseado no consenso”. (CASTELLS, 2013, p.143) Apesar de ser um procedimento difícil de ser instrumentalizado, as decisões tomadas sempre pela coletividade reunida revelavam uma das principais demandas do movimento e também um sentimento dos manifestantes de que o sistema representativo oficial estava falido. O desejo dos participantes era que a democracia pudesse ser exercida de outra forma também pelos políticos, por mais difícil que isso pudesse ser na prática.

O movimento se mostrou forte e contundente, apesar de intelectuais e analistas afirmarem que a falta de uma pauta de reivindicações seria um erro político.²⁹ Mas, como bem escreveu a ativista Meghann Sheridan, na página do Facebook do Occupy Boston: “O processo é a mensagem”. (CASTELLS, 2013, p.147) Todo o movimento em si passa uma mensagem inequívoca de anseio por mudanças profundas e urgentes. Além disso, é importante destacar que o movimento Occupy é formado por muitos outros que foram reunidos em busca de um objetivo comum que seria uma nova ordem política e social, sem o nefasto domínio das instituições financeiras nas decisões políticas.

²⁹ Apesar do movimento Occupy Wall Street ter uma demanda concreta e comum inicial: a nomeação de uma comissão vinculada à Presidência da República com a intenção de implementar a independência do governo em relação ao sistema financeiro.

Figura 11 – Assembleia geral do Occupy Wall Street



Fonte: <http://artspiral.blogspot.com.br>

Diferente do que aconteceu nos países árabes, onde a revolta teve efeitos práticos imediatos e palpáveis, como a queda de ditadores e a realização de eleições, o movimento do Occupy não obteve esses êxitos, até porque não eram esses seus alvos. Mas algo de muito positivo pode ser extraído do movimento. As ocupações e passeatas maciças trouxeram para a ordem do dia problemas que eram sensíveis à maioria da população pobre americana e expuseram para o mundo inteiro a desigualdade que existe debaixo do “*american dream*”, expressando um violento descontentamento com o sistema representativo e com as esferas de governo dominadas por interesses financeiros.

3.4 A primavera chegou ao Brasil

Vinte centavos. Este foi o valor proposto para o aumento na tarifa das passagens de ônibus na cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro, estopim da revolta da população que tornou aquele ano de 2013 histórico. O que no início era uma reivindicação por melhoria das condições do transporte público das grandes metrópoles, pleito que nunca deixou de ser perseguido pelo MPL, arrebentou o dique que represava inúmeras outras demandas, de vários matizes políticos. Pode-se afirmar que o ínfimo valor do aumento da tarifa possuía um grande e ignorado valor subjetivo (MORAES; GUTIÉRREZ; PARRA et al, 2014) e, a partir daí, uma série de questões que estavam adormecidas, fixadas no cotidiano como naturais, e até mesmo esquecidas como se fossem consensos petrificados, foram despertadas, questionadas e ressignificadas.

É certo que a questão do transporte sempre foi um estopim de manifestações e revoltas, desnudando o histórico de desigualdade, opressão e exploração em que a grande maioria dos trabalhadores se encontra perversamente inserida. Para o MPL-SP (2013, p.13, grifos nossos):

Os bondes virados, os trens apedrejados, os ônibus incendiados, os catracas, os muros pixados com as vozes das ruas, as barricadas erguidas contra os sucessivos aumentos de passagens são expressões da digna raiva contra um sistema completamente entregue à lógica da mercadoria. Num processo em que a população é sempre objeto em vez de sujeito, o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação do valor.

As constantes revoltas populares envolvendo esta demanda, como as já citadas do Buzu, da Catraca, e agora com as Jornadas de Junho, deixam transparecer a baixa qualidade deste serviço que deveria ser público e poderia ser de qualidade. Raríssimos são os exemplos nas cidades brasileiras onde o transporte público não é explorado por empresas privadas e mais raro ainda são os exemplos de cidades que não cobram tarifas dos usuários.³⁰ A realidade brasileira é sim a da mercantilização deste direito e sua problematização passa pela análise das cidades que estão inseridas no perverso sistema capitalista, agravado ainda mais pela lógica neoliberal, ambos fatores que contribuem fortemente para o incremento da desigualdade social, tão aguda em nosso país. Vainer destaca que (2013, p.37):

A adoção das diretrizes e concepções neoliberais que reconfiguraram as relações entre capital, Estado e sociedade a partir da última década do século passado teve profundas repercussões a respeito do lugar e do papel da cidade no processo de acumulação (...) a cidade deveria ser regida por necessidades mais gerais de acumulação do capital (...).

Maricato (2013), ao comentar ser impossível não associar os protestos de junho à condição em que estão inseridas as cidades neste xadrez do capitalismo neoliberal, ressalta que nem toda melhoria das condições de vida da população ocorre apenas com o incremento dos salários e melhor distribuição de renda, mas destaca ser imprescindível políticas urbanas sérias de moradia, saneamento, saúde e, claro, de transporte, tido como o serviço que demanda um maior sacrifício por parte dos moradores das cidades.³¹

³⁰ De acordo com reportagem da Rede Brasil, no Brasil, apenas 12 cidades contam com tarifa zero no transporte público municipal. Tem-se o exemplo da cidade fluminense de Maricá, com 150 mil habitantes, e de Agudos, no interior de São Paulo, com 40 mil habitantes. Para mais informações, acesse: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/01/tarifa-zero-e-adoptada-em-86-cidades-de-24-paises-no-brasil-sao-12-municipios-que-aboliram-a-cobranca-3066.html>>. Acesso em 1 mar. 2016.

³¹ Os usuários do transporte público gastam muito tempo nos deslocamentos para seus trabalhos e no retorno para seus lares. Maricato (2013) informa que os congestionamentos na cidade de São Paulo chegam a 295 quilômetros nas vias e que a velocidade média aferida em 2012, entre 17 e 20 horas, é de 7,6km/h, a mesma

Nobre (2013, p.28), ao analisar as Jornadas de Junho, conclui que outro fator também contribuiu para o aumento do descontentamento popular. O autor entende que “as manifestações de junho de 2013 colocaram a nu o esgotamento do modelo político econômico que corresponde à fase lulista do projeto social-desenvolvimentista”. Castells (2013, p.183) corrobora com este posicionamento ao considerar que o governo brasileiro praticou uma política econômica que chamou de “neodesenvolvimentismo destrutivo” ao adotar “um modelo centrado no crescimento a qualquer custo, ainda que (...) acompanhado de uma redução da pobreza e de políticas sociais redistributivas, mas sem assumir a nova cultura da dignidade e do florescimento da vida para além do consumo”.

Para se ter um exemplo de como atuava o governo federal, ao optar por políticas de desonerações fiscais para as empresas automobilísticas esperando uma contrapartida com a geração de empregos,³² fez com que o número de veículos aumentasse de forma considerável no país, sem que as cidades estivessem dotadas de uma infraestrutura viária compatível e que fosse capaz de absorver este aumento. Em 2001, o número de automóveis circulando pelas cidades do Brasil era de onze milhões e meio de veículos. Dez anos depois, em 2011, este número quase dobrou, atingindo a impressionante marca de vinte milhões e meio. No mesmo período, o número de motocicletas aumentou mais de quatro vezes, passando de quatro milhões e meio para dezoito milhões. (CASTELLS, 2013, p. 183) Os números traduzem de forma inequívoca que ao optar pela desoneração de tributos para as empresas montadoras de automóveis, o governo joga o jogo do capitalismo incrementando o transporte individual em detrimento do transporte público de massa.

A prioridade ao transporte individual é complementada pelas obras de infraestrutura dedicadas à circulação de automóveis. Verdadeiros assaltos aos cofres públicos, os investimentos em obras de viadutos, pontes e túneis, além de ampliação de avenidas, não guardam qualquer ligação com a racionalidade da mobilidade urbana, mas com a expansão do mercado imobiliário (...). (MARICATO, 2013, p.25, grifos nossos)

Ao optar pelo enquadramento aos ditames do sistema capitalista, escolhendo uma política econômica baseada na concessão de créditos e no consumo, foram deixadas de lado políticas que privilegiavam o coletivo e a diversidade inerente às metrópoles brasileiras, pois é

velocidade de uma simples caminhada. Recentemente, foi divulgada uma pesquisa que revela dados estarrecedores e coloca a cidade do Rio de Janeiro como a mais congestionada do Brasil e a quarta cidade com pior trânsito do mundo, atrás apenas da Cidade do México, Bangkok e Istambul. Para mais informações, acesse: <<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/100000799160/rio-de-janeiro-%C3%A9-campe%C3%A3o-de-congestionamentos.html/>>. Acesso em 1 mar. 2016.

³² Em detrimento dos vultuosos recursos que deixavam de ser recolhidos diretamente a título de tributos.

sabido que o capital não se ocupa do bem-estar das pessoas e nem de suas necessidades, mas sim com o dinheiro e com a busca incansável pelo lucro. E, ao inserir a cidade neste jogo onde todos sabem de antemão quem são os ganhadores e os perdedores, as autoridades permitiram que o ambiente fosse alterado sem a anuência daqueles que lá vivem e sofrem os maiores impactos dessas políticas.

Outra questão que também contribuiu (e ainda contribui) para a grande insatisfação popular é o modo de atuar do sistema político e, principalmente, o sistema representativo brasileiro. Nobre (2013), ao comentar sobre o que entende por democracia, defende que o Brasil possui uma cultura política de baixo teor democrático e vive uma séria crise de representação, que foi, certamente, um dos combustíveis para as Jornadas de Junho. O autor (2013, p.12-13) entende que “a democracia no país é pouco democrática de fato”, e que a “democracia é uma forma de vida que penetra no cotidiano, que se cristaliza em uma cultura política pluralista”. Ao comentar um modo de fazer política que denomina de “pemedebismo” e a blindagem contra a sociedade que caracteriza esse *modus operandi* político, que também foi adotado pelos governos do PT a partir do final da primeira década dos anos 2000, o autor vê aí um dos fatores que aprofundou sobremaneira a crise de representação na sociedade brasileira, adicionando mais um ingrediente à insatisfação de uma população agora conectada em rede.

Aliás, tal qual ocorrera nos movimentos árabes, a conexão das pessoas pela internet foi também um fenômeno a ser destacado na dinâmica das Jornadas de Junho. Foi essa a ferramenta que possibilitou que novas formas de comunicação e, conseqüentemente, de compartilhamento de informações e de indignações fossem possíveis. Pode-se afirmar que as redes sociais digitais funcionaram como um verdadeiro centro de mídia democrática como jamais se imaginou. Cada aparelho de telefone celular conectado à internet se tornou um ponto de divulgação de informações sem intermediação, sem manipulação, direto ao fato que se queria divulgar. Essa prática de divulgação direta, que se tornou corriqueira nas manifestações populares no mundo todo, foi capaz de retirar da mídia tradicional, e ainda hegemônica, o monopólio da transmissão da informação. Nobre (2013, p.9-10) diz que a “internet tirou da mídia tradicional o monopólio da formação de opinião e da vocalização de insatisfações” e isso pôde ser visto nas manifestações nos países árabes, na Europa e nos Estados Unidos com os movimentos Occupy.

Com a economia começando a sentir os efeitos da crise que começara lá em 2008, adicionada à influência das insurreições já ocorridas no Brasil centradas na questão do transporte, e de outras que apareceram em várias partes do mundo questionando os sistemas, somada a uma demanda reprimida de participação nas decisões coletivas e da estagnação de um modelo econômico, a “primavera”, enfim, chegava ao Brasil em junho de 2013.

Ao contrário de algumas interpretações mais apressadas, os levantes de 2013 não surgiram no nada, sem um motivo aparente. Além da conjuntura acima exposta, é importante ressaltar que o ano de 2008 registrou a maior crise econômica desde a histórica quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929. E os efeitos desta crise, que rapidamente afetou vários países do mundo e demorou um pouco mais para afetar o Brasil, foram devastadores devido à globalização das transações comerciais e à dependência recíproca entre os mercados dos países. Primeiro a crise econômica encontrou os países árabes e a Europa e não tardaria a chegar por aqui. Moraes, Jourdan e Ferreira (2015, p.4) entendem que, além da crise, no Brasil:

Todos esses acontecimentos foram gestados pelas contradições produzidas pelo desenvolvimento petista e pelo avanço do processo de precarização e superexploração no Brasil entre 2008 e 2012 combinadas pela crise mundial e das ofensivas aos direitos coletivos (...) [e a adoção de] um modelo econômico que combinou reformas neoliberais que intensificaram a exploração do trabalho³³ e a precarização dos serviços públicos e da vida.

Portanto, podemos afirmar que os levantes não foram mera obra do acaso, mas de diversos fatores econômicos, políticos e sociais, que, unidos, fizeram com que a população se insurgisse e tomasse as ruas em protestos.

³³ Os autores dão como exemplo dessa exploração do trabalho o aumento da precarização dos contratos, pois mesmo com um aumento da quantidade de trabalhadores com carteira assinada, a terceirização aumentou mais de 40% no período entre 2007 e 2012 e a participação do trabalho no Produto Interno Bruto (PIB), que era de 43% em 2002, em 2014 passou para 34%.

4 O JORNAL *O GLOBO*

O periódico *O Globo*, que será objeto da pesquisa, foi concebido pelo jornalista Irineu Marinho e sua primeira edição foi lançada no dia 29 de julho de 1925. Menos de um mês após o lançamento do novo jornal, Irineu veio a falecer vitimado por um infarto, em 21 de agosto. O substituto natural de Irineu Marinho seria seu filho mais velho, Roberto, que chegou a ser indicado para o posto por sua mãe, mas devido à sua juventude e inexperiência para o importante encargo de redator-chefe de um jornal, decidiu conferir a tarefa de conduzir o então vespertino para o também jornalista e poeta Eurycles de Mattos, muito amigo do falecido Irineu, que ficou à frente do *O Globo* até o ano de sua morte, em 1931, quando finalmente foi sucedido por Roberto.

Roberto Marinho veio a dirigir o jornal e depois o poderoso conglomerado de mídia no qual se transformou as Organizações Globo, tornando-se uma das personalidades mais influentes do Brasil, participando dos grandes acontecimentos da história recente do país³⁴ e administrando pessoalmente o conglomerado até perto de sua morte, em 6 de agosto de 2003, aos 98 anos de idade.

Com uma circulação média diária girando em torno de 183 mil exemplares,³⁵ o jornal *O Globo* se revela um forte influenciador do cotidiano do Rio de Janeiro, onde está sua sede, e também do Brasil. Por isso, é importante para esta pesquisa destacar qual a linha editorial do periódico, para que se possa melhor compreender o seu papel na produção de subjetividade, especialmente no que se refere às Jornadas de Junho, e sua influência na resposta estatal a partir da produção de leis que endurecem o tratamento penal aos manifestantes.

É possível afirmar que o jornal *O Globo* é um periódico voltado para o estrato da classe média urbana brasileira e possui uma linha editorial com forte viés liberal, o que certamente o afasta de uma neutralidade jornalística, ou melhor, de uma desejada imparcialidade ética que seria possível exigir de todo veículo de comunicação. Articulados à poderosa rede de televisão TV Globo e à rede de canais de televisão por assinatura Globosat, emissoras de rádio, editora,

³⁴ Como, por exemplo, o suicídio do Presidente Getúlio Vargas e o golpe militar de 1964. Amorim (2015, p.57-67) reporta que “o detrator mais encarniçado de Vargas era Roberto Marinho”, tanto que populares tentaram invadir a sede da Rádio Globo, gritaram palavras de ordem contra a emissora e depredaram carros do jornal *O Globo* após a divulgação do suicídio de Getúlio. O jornal também apoiou fortemente outro importante momento histórico do Brasil, que foi o golpe civil-militar de 1964 e, recentemente, o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

³⁵ Números divulgados pela Associação Nacional de Jornais referentes ao ano de 2015.

portal de internet, outros jornais e empresas do conglomerado de mídia formado por Roberto Marinho, o jornal literalmente pauta o cotidiano nacional impondo questões, comportamentos, modas, tendências, definindo modelos, direcionando as políticas públicas e, o que é objeto dessa pesquisa, a produção de leis. Sodré, citado por Coimbra (2001), corrobora com este entendimento, aduzindo que:

[...] o sistema de informação (tecnologias informacionais) impõem-se contemporaneamente como lugar de produção do real do ocidente moderno. A informação é um modo de organizar – atualmente, de forma administrativa ou gerencial – o espaço social contemporâneo.

Essa capacidade de organizar o fluxo de saberes/poderes no espaço social é realizada pelo jornal em parceria também com outros importantes veículos de mídia que podemos chamar de “grande imprensa brasileira”, considerada por Fonseca (2005, p.29) como instituições aptas a “simultaneamente publicizar, universalizar e sintetizar as linhagens ideológicas”. E o autor ressalta a importância da periodicidade diária do veículo pesquisado nesta organização do fluxo de informações dizendo que “(...) com todo o aparato das manchetes, editoriais, artigos, charges, fotos, reportagens, dentre outros recursos, possibilita aos jornais uma influência sutil, capaz de sedimentar – embora de forma não mecânica – uma dada ideia, opinião ou representação”.

E essas opiniões, ideias ou representações são direcionados a um público não tão grande e heterogêneo quanto os espectadores dos telejornais, mas sim às classes média e também superiores de nosso estrato social, que possuem importante capacidade de formar suas convicções a partir dessas ideias, sendo, assim, chamados de “formadores de opinião”. (*ibidem*) Assim, pautando nosso cotidiano, direcionando até mesmo simples conversas informais, o jornal vai subjetivando a sociedade e orientando as ações sociais e de governo, tal como aconteceu com os magníficos eventos de junho de 2013.

4.1 Análise das reportagens do jornal *O Globo*

Aqui, é importante dar um aviso ao leitor. Como já é sabido, foi utilizado o método de pesquisa arqueogenealógico, tal como proposto por Foucault, para a análise das reportagens. Nesse sentido, não se pode esperar uma análise perfunctória dos materiais pesquisados. Foucault (1979) propõe que o trabalho do genealogista deve ser demorado, detalhista e atento

a questões que passariam despercebidas a leitores mais apressados. De acordo com o filósofo, “(...) para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar as singularidades dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreita-lo onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história”. (1979, p.171)

Lemos (2009, p.356), corroborando com o pensamento de Foucault, explicita que:

Há uma polícia discursiva (...) que filtra os discursos, apagando alguns, jogando luz sobre outros, controlando quem fala e o que fala, fixando limites de fala, estabelecendo critérios para a fala, qualificando algumas falas, desautorizando outras, conservando alguns discursos em arquivos e banindo outros, distribuindo alguns discursos e impedindo a circulação de outros, definindo fronteiras de discursos em disciplinas específicas, produzindo veneração de determinados discursos, recortando-os e os recompondo sob novas roupagens.

Assim, a presente análise das relações de poder através das páginas do jornal *O Globo* e seus mecanismos subjetivantes foi realizada por uma pesquisa minuciosa que se propôs buscar os detalhes, as omissões, destacar os discursos, as falas e os silêncios, problematizando as linhas e as entrelinhas. A análise, assim, poderá parecer, às vezes, repetitiva, mas justamente a repetição de termos e de sentidos nas reportagens é o que fará com que se possa extrair aquilo que o jornal, como potente máquina de produção de subjetividade e de modelização de condutas, deseja afinal.

Nessa pesquisa, ao todo, foram analisadas 25 (vinte e cinco) capas de jornal no período de junho de 2013, 6 (seis) editoriais, 26 (vinte e seis) colunas, 39 (trinta e nove) artigos de opinião e 250 (duzentas e cinquenta) reportagens.

O primeiro protesto organizado pelo MPL contra o aumento de vinte centavos³⁶ no preço das passagens de ônibus municipais foi no dia 6 de junho e aconteceu em São Paulo, onde reuniu cerca de três mil manifestantes, e também em outras capitais, tais como Rio de Janeiro e Natal. No dia seguinte ao início dos protestos, o jornal pesquisado já deixa clara a sua diretriz no processo de subjetivação. Na edição do dia 7 de junho, apesar de não ser a principal manchete de capa, o jornal já faz questão de apontar os manifestantes como arruaceiros, destacando a notícia com uma grande foto central de pessoas ateando fogo a objetos em uma rua da cidade de São Paulo.

³⁶ Com o aumento, a passagem passou a custar R\$3,20 (três reais e vinte centavos) na cidade de São Paulo.

Figura 12 – Manifestação do dia 6 de junho de 2013



Fonte: acervo *O Globo*

A reportagem na página 4 do jornal traz um breve relato das manifestações que ocorreram em várias cidades brasileiras. Também tem estampada a foto de um estudante com o rosto coberto, com a seguinte legenda: “Estudantes protestam na Avenida Paulista; a mobilização para atos começou pelas redes sociais”, dando destaque a uma tendência também observada nos protestos dos países árabes e também no Occupy norte-americano, o uso das redes sociais da internet como elemento aglutinador e divulgador dos protestos. A reportagem enfatiza o ato dos estudantes colocarem barricadas nas ruas do centro de São Paulo, “em pleno horário de pico”, e a reação da polícia militar atirando balas de borracha e bombas de efeito moral. Destaca, também, a truculência da polícia ao noticiar que pelo menos trinta manifestantes do MPL-SP foram feridos pelos disparos dos projéteis de borracha.

Figura 13 – Dia 6 de junho de 2013



Foto: Michel Filho

Fonte: acervo *O Globo*

A cobertura tem prosseguimento na edição do dia 8 de junho de 2013, um sábado. Reporta a manifestação ocorrida no dia anterior, dia 7 de junho. O título da reportagem da página 8 é “Grupo interdita ruas em novo dia de tensão em SP”. Já no subtítulo, que traz uma fala do governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, do Partido da Social Democracia

Brasileira (PSDB), de que o vandalismo seria uma prática “inaceitável”, podemos perceber a utilização do termo “vandalismo” e suas derivações, que viriam a ser associados aos manifestantes pela grande mídia hegemônica e, especialmente, pelo veículo jornalístico pesquisado, num claro propósito de esvaziar qualquer sentido político daquelas práticas. Já se pode evidenciar o início da fabricação da sensação de insegurança (FOUCAULT, 2008b), ao dar excessivo relevo ao vandalismo em detrimento da questão central da reivindicação dos manifestantes.

Logo no início, a reportagem informa a continuidade dos protestos que tiveram início no dia 6 de junho contra o aumento das tarifas, mas destaca que o movimento foi menor do que no dia anterior. Nesse ponto, a reportagem apresenta uma curiosidade ao mencionar que os movimentos tinham por volta de cinco mil pessoas, e que era menor do que o do dia anterior. Mas o que chama a atenção, e vai destacar a importância do trabalho do genealogista na busca pelos detalhes que poderiam passar por uma simples leitura menos atenta, é que a reportagem do dia anterior mencionava que os protestos tinham entre duas e quatro mil pessoas. Não há sequer a preocupação de manutenção da coerência entre as reportagens do jornal.

Outro dado importante e que também poderia passar despercebido é a associação do movimento aos partidos políticos de esquerda. Apesar do MPL-SP ser um movimento horizontal, autônomo e independente, conforme consta em sua carta de princípios³⁷ e, diga-se de passagem, informação que é citada no texto da matéria, a reportagem sutilmente menciona que o movimento conta com “simpatia e organização da esquerda”, em claro induzimento do leitor a uma determinada percepção.

A reportagem também induz o leitor à construção de que o MPL-SP teria ciência de que seu pleito é utópico e que nunca se realizaria, pois luta pela “tarifa zero” e por um transporte público coletivo fora da concepção de mercadoria e da sua exploração por empresas privadas, a despeito de ser essa a lógica na qual opera a maioria das cidades. Entretanto, raríssimas e interessantes exceções³⁸ permitem considerar que o pleito não é tão utópico assim. A reportagem praticamente joga no meio do texto a informação de que a aspiração do MPL seria “considerada utópica até mesmo para alguns de seus integrantes”, numa tentativa flagrante de desqualificar o pleito e o próprio movimento. No final desta mesma reportagem, o texto volta a tratar do tema do vandalismo ao trazer uma fala do governador do Estado de São Paulo,

³⁷ Mais detalhes podem ser obtidos na Carta de Princípios do Movimento Passe Livre, em anexo a este trabalho.

³⁸ Como a cidade fluminense de Maricá, onde a prefeitura implantou o sistema de transporte público sem o pagamento de tarifas, conforme já citado neste trabalho.

Geraldo Alckmim, em que diz aceitar manifestações pacíficas, mas que vandalismo é inaceitável, retomando a chamada do seu título.

Na mesma página, outra reportagem, que também se relaciona às manifestações, tem o seguinte título: “Após protestos coordenados, a ABIN³⁹ eleva risco para grandes eventos⁴⁰”. No entanto, o que se lê no texto é que a agência elevou o risco do “ponto de vista da segurança”, sem detalhar as implicações acerca do significado dessa informação, simplesmente jogada no texto, logo abaixo se preocupa, mais uma vez, em associar os movimentos a partidos políticos e agora à UNE (União Nacional dos Estudantes), em uma clara desconexão entre o conteúdo do texto da reportagem e seu título.

O que pôde ser percebido de imediato na análise desses dois dias iniciais da cobertura jornalística sobre as Jornadas de Junho é uma “estratégia de poder” (FOUCAULT, 1979) que dá realce a uma clara tentativa de desqualificar o movimento logo no seu nascimento ao rotulá-lo como “utópico” por pleitear medidas que seriam impossíveis de serem realizadas na prática. Além disso, nesse mesmo sentido, a todo tempo o jornal associa o movimento a partidos políticos de esquerda. Mas no que o veículo jornalístico mais investiu foi na associação do movimento a práticas que elegeram denominar de “vandalismo”, sem sequer contextualizar um possível direcionamento de ações a alvos específicos e extrair um sentido político de tais ações. É possível visualizar o jornal como potente máquina de expressão que inicia o agenciamento coletivo com a organização das reportagens e da disposição dos assuntos nos textos, direcionando os modos de ver e pensar o MPL-SP como sendo esquerdistas e utópicos. Batista (2003, p.33) alerta para essa característica dos veículos de mídia ao dizer que:

Os meios de comunicação em massa, principalmente a televisão, são hoje fundamentais para o exercício do poder de todo o sistema penal, seja através da fabricação da realidade para a produção da indignação moral, seja pela fabricação do estereótipo do criminoso.

Os protestos voltaram no dia 11 de junho e a edição do jornal do dia 12 os reportam, dessa vez, em duas sessões. Na sessão “País”, trata dos protestos da cidade de São Paulo, e na sessão “Rio”, dos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro. Porém, nesse dia 12 a palavra que

³⁹ Agência Brasileira de Inteligência, órgão da Presidência da República, responsável por fornecer ao presidente da República e a seus ministros informações e análises estratégicas necessárias ao processo de decisão, segundo seu site institucional.

⁴⁰ Sempre é oportuno lembrar que no mesmo período das Jornadas de Junho ocorria no Brasil a Copa das Confederações, evento organizado pela FIFA e preparatório para a Copa do Mundo, que ocorreria no ano de 2014.

marcaria todo o trabalho da mídia de rotular e criminalizar alguns manifestantes foi utilizada na capa do jornal pela primeira vez: “vandalismo”.

A reportagem da sessão “País” destacou que mais uma manifestação organizada pelo MPL-SP seguia pacífica até tentar “invadir o terminal rodoviário D. Pedro”, local público, onde estavam postados cerca de 30 policiais. Destaca-se que a publicação utiliza a expressão “invadir” ao se referir a um terminal rodoviário público e aberto à circulação de pessoas, claramente direcionando a parcialidade na leitura da notícia. O jornal informa que neste momento os policiais “foram surpreendidos com o lançamento de garrafas, pedras e pedaços de paus”. A partir daí, noticia uma confusão que se espalhou por vários outros lugares da região do centro da cidade de São Paulo. Destaca, também, que a manifestação era bem expressiva, com cerca de 10.000 (dez mil) participantes.

Observa-se, quase no final de reportagem, uma informação que tenta, mais uma vez, desqualificar o pleito do MPL e a legitimidade das manifestações. Diz:

Embora tenha a passagem mais cara do país, de R\$3,20, São Paulo ocupa o quarto lugar do ranking que mostra quantas passagens é possível comprar com a renda média da população das 10 maiores cidades do país, de acordo com o IBGE. Ficando atrás de Manaus, Salvador e Fortaleza, onde a relação renda/passagem é pior.

Percebe-se, mais uma vez, o expediente de lançar a informação no texto sem qualquer contextualização. Ao fazer isso, o que o jornal deseja é diminuir o cerne da luta do MPL, que é contra o aumento das tarifas de transporte público e a própria concepção do transporte público como mercadoria. O que a reportagem deixa de citar, mas não o faria, pois todo o sentido desejado pelo jornal se perderia, é que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurou no censo de 2010 que o estrato dos 1% mais ricos de São Paulo enriqueceram ainda mais no período entre os anos 2000 e 2010, aumentando sua apropriação de valores, passando de R\$13,00 (treze reais) para R\$20,00 (vinte reais) em cada R\$100,00 (cem reais) do montante arrecadado entre salários, aluguéis e investimentos. No mesmo período, a população mais pobre e, conseqüentemente aquela que efetivamente utiliza o transporte público, viu sua participação neste montante cair de R\$11,65 (onze reais e sessenta e cinco centavos) para R\$10,57 (dez reais e cinquenta e sete centavos).⁴¹ Assim, de posse dessas informações que não são colocadas no texto, o ranking trazido à colação pela reportagem só serve para a manipular informações e diminuir a potência do movimento e de suas concretas e justas reivindicações.

⁴¹ Para informações mais detalhadas, ver: CORREA, V. 1% mais rico de SP abocanha 20% da renda da cidade; há dez anos eram 13%. Disponível em: <<http://folha.com/no1494444/>>.

No mesmo dia 12 de junho, o jornal, agora na sessão “Rio”, destaca o que denominou de “vandalismo sem causa” contra o patrimônio público e da Igreja Católica. É importante que, mais uma vez, o jornal usou do termo vandalismo em destaque no título da reportagem. A notícia relata que duas igrejas históricas do centro do Rio de Janeiro e o tradicional prédio do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) foram alvos de pedras atiradas pelos vândalos. Apenas no sexto parágrafo a reportagem cita que os manifestantes acusaram os próprios policiais de terem atirado as pedras contra as igrejas e contra o prédio do CCBB, funcionando como agentes provocadores, que legitimam as atuações violentas da polícia contra os manifestantes. Sobre isso, Dupuis-Déri (2014, p.192) alerta não ser nenhuma surpresa pessoas estranhas aos movimentos e até policiais se infiltrarem e detonar atitudes violentas para insuflar as massas. “Agentes provocadores podem cometer atos ilegais e talvez até violentos para manipular os manifestantes”, o que permitiria uma cobertura mais dura por parte da mídia, e um consequente “sinal verde” para uma intervenção policial mais agressiva.

Ressalte-se que, tal como aconteceu nos dias anteriores, a reportagem também dá relevo ao fato de que um dos organizadores do ato no Rio de Janeiro, um estudante universitário, seria filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), seguindo a toada de querer vincular as manifestações a partidos políticos de esquerda.

Já na noite do dia 12 de junho, registrou-se uma série de violentos protestos, tanto na cidade de São Paulo, quanto no Rio de Janeiro. Houve um acirramento da violência nos atos, o que levou os meios de comunicação a reagirem de forma grave contra os manifestantes. Aqui, apesar de não ser objeto específico desta pesquisa, vale mencionar o comentário de Arnaldo Jabour, realizado na mesma noite dos protestos, no último telejornal da Rede Globo de Televisão, e que serviu como um modelo de discurso para os meios de comunicação e, em especial, os jornais do dia seguinte. O comentarista teve a audácia de comparar as ações que causaram danos em vidros e na lataria dos coletivos aos atos realizados pelo grupo de criminosos da organização Primeiro Comando da Capital (PCC), que em uma audaciosa ação coordenada, em maio de 2006, deixou pessoas mortas, ônibus incendiados e a maior cidade do país em choque.

O discurso do comentarista procura realçar a negação do viés político das ações diretas perpetradas por certos grupos nas manifestações e não é muito distinto das abordagens realizadas pela mídia mundo afora quando diante de movimentos de massa organizados que utilizam a violência contra alvos simbólicos. Dupuis-Déri (2014, p.13-33) cita, por exemplo, várias frases ditas por autoridades quando enfrentaram manifestantes que utilizavam as táticas *black-bloc* e que se confundiam com os discursos da mídia hegemônica e de várias autoridades

das três esferas da federação, como se verá a seguir. O autor cita, como exemplo, o comandante da polícia metropolitana de Londres, que assim se referia aos manifestantes: “eu não os chamariam de manifestantes. Eles querem apenas praticar ações criminosas”. Já o porta-voz da polícia do distrito francês de Voud, Jean-Claude Sauterel, manifestou que “essas pessoas têm como único objetivo destruir”. Florent Gagné, diretor da polícia de Quebec, afirmou que os manifestantes seriam “grupos violentos e sem ideologia real. São vândalos, anarquistas”, destituindo, propositalmente, o sentido do anarquismo como proposta de intervenção política.

Além de associar o movimento reivindicatório a uma organização criminosa, Jabour engrossa a fila de discursos vazios de conteúdo e também afirma que não vê causas para tanto “ódio à cidade” e que os jovens que estavam em luta seriam de classe média, afirmação que estaria estampada nos jornais no dia seguinte, como também se verá a seguir. Vai na mesma linha argumentativa do jornal pesquisado quando chama os manifestantes de “caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos cinquenta, que a velha esquerda ainda defende aqui”. Jabour, que dias mais tarde iria se retratar publicamente desse comentário, encerra com uma frase que pode ser a tônica da abordagem da mídia hegemônica sobre os movimentos até então: “os revoltosos de classe média não valem nem os vinte centavos”.⁴²

Ao comparar os manifestantes com os criminosos do PCC, o comentarista realiza bem o seu papel de construtor da sensação de insegurança, com o nítido propósito de enfatizar o medo das manifestações. Sobre o tema, a importante lição de Lemos et al (2015, p.335), que enfatizam que:

A grande mídia jornalística, televisiva e de conglomerados de internet seria responsável por fazer circular notícias que constroem a sensação de medo e de insegurança, de modo generalizado, engendrando subjetividades em pânico, criminalizando protestos e as subversões de movimentos sociais críticos ao neoliberalismo.

Apesar dos protestos terem sido violentamente reprimidos pela polícia no dia anterior e destacados e condenados duramente pelos telejornais na noite do próprio dia 12 de junho, o jornal *O Globo* do dia 13 de junho não trouxe em sua capa qualquer manchete alusiva aos atos. (grifos nossos) Sobre essa técnica, Fonseca (2005, p.28) aponta que “(...) a omissão deliberada é uma forma de posicionamento, pois a ausência implica a presença do que se quer ocultar”. Entretanto, a página 3 da sessão “País”, a mais importante e “porta de entrada” das reportagens do jornal, tratou inteiramente do assunto, assim como as páginas 4 e 5. A técnica do jornal ficou escancarada ao se ler a terceira linha da reportagem da página 3: “O Movimento Passe Livre

⁴² Para ver o comentário na íntegra, acesse: <<https://globoplay.globo.com/v/2631566/>>.

(MPL) ameaça parar mais uma vez os centros de Rio de São Paulo (...)”. O que se pode observar aqui, sem sombra de dúvidas, é o jornal como instrumento de poder/saber, atuando nas lógicas das relações de poder, procurando diminuir o ímpeto do movimento ao não mencionar em sua capa os fatos ocorridos na noite anterior, como se não tivessem ocorrido, querendo negar a sua potência, numa clara atitude contra insurrecional. Sobre o tema, Foucault (2010, p.44, grifos nossos) adverte que:

[(...) aquele que fala, aquele que diz a verdade, aquele que narra a história, aquele que recobra a memória e conjura os esquecimentos, pois bem, este está forçosamente de um lado ou do outro: ele está na batalha, ele tem adversários, ele trabalha para uma vitória particular.

Seguindo a análise das reportagens da página 3, o jornal destaca que os atos do MPL “provocaram quebra-quebras”. Realça que os atos da noite anterior foram os mais violentos na cidade de São Paulo e deixaram 85 ônibus danificados, “sendo 41 com vidros quebrados e 44 foram alvo de pichações e outros danos na lataria”. Entretanto, apesar de todo o relevo dado à violência dos manifestantes e os danos que eles teriam causado ao “sistema de transporte”, a mesma reportagem informa que a empresa de trânsito da cidade de São Paulo esclareceu que a operação de todo o sistema estava normal no dia seguinte. Em um período muito menor do que 24 horas os veículos estavam reparados, o que evidencia uma grande desproporção entre o que o jornal noticiou e o que ocorreu na realidade, numa clara evidência de dirigir a compreensão da leitura para um viés de associação dos manifestantes a arruaceiros e gerar sensação de insegurança, confirmando a advertência de Foucault acima transcrita. Não se pode inferir que se trate de um equívoco ou pressa para a publicação do jornal, mas sim a obediência a uma lógica para a construção de práticas de segurança. (SCHEINVAR, 2014, p.482)

A reportagem corrobora o que foi possível evidenciar logo no início dessa pesquisa, que os alvos escolhidos pelos manifestantes eram simbólicos e representam os ícones contra os quais os vários movimentos que se incorporaram às manifestações lutavam, quando diz que “Na Avenida Paulista, o cenário de destruição repetiu o da primeira passeata contra o reajuste da tarifa, com vidros de fachadas de bancos quebrados, guaritas de policiais destruídas, paradas de ônibus pichadas e barricadas incendiadas no meio da via”. (grifos nossos)

É importante também evidenciar a opinião formal do jornal, trazida nesta mesma página 3, que exalta a democracia como o “regime das liberdades” e apoia e legitima o Estado a utilizar o monopólio da força, leia-se polícia, contra os alvos escolhidos, “vândalos e anarquistas”, textualmente citados pelo periódico e eleitos como os inimigos da última hora, e exatamente o

mesmo termo que foi utilizado pelo diretor da polícia canadense, acima mencionado. Sobre o assunto, é necessário que se tenha a capacidade de interpretar os atos violentos praticados, concordando ou não,

É preciso olhar para os alvos atingidos e abandonar a saída fácil que consiste em identificar certos jovens como arruaceiros infiltrados. Quebraram (...) entradas de bancos, vitrines de shopping centers e postos policiais. Quebraram o que lhes é, era e será insuportável e ponto. Quebraram a manobra jornalística que pretendia confundir pacifismo com passividade. (NU-SOL, 2013, Flecheira Libertária nº 299)

A grande cobertura dada às manifestações segue na página 4, agora afirmando que alguns integrantes do MPL são ligados a movimentos estudantis e a partidos políticos de esquerda, como se a organização política fosse uma conduta ilícita. É claro o tom pejorativo que a reportagem atribui a esse fato. Não só isso, o jornal faz questão de acentuar, como fez o comentarista do telejornal da TV Globo, na noite anterior, de que os organizadores dos atos não seriam afetados pelo aumento da tarifa por pertencerem à classe média. Também são passíveis de relevo as falas do então Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, do Partido dos Trabalhadores (PT), e do Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, do PSDB, que fizeram questão de pontuar que não aceitavam o vandalismo, expressão mais uma vez utilizada, desta vez pelos representantes do governo federal e do Estado de São Paulo, antagonistas no cenário político nacional, fazendo coro com as adjetivações utilizadas por vários veículos de mídia.

A página 5 foca nos protestos que ocorreram no centro da cidade do Rio de Janeiro. Dessa vez, dizem que alguns dos manifestantes foram “recrutados” pelas redes sociais, sem se preocupar em explicar como seria possível este recrutamento pela internet. Também volta na questão da vinculação a partidos políticos de esquerda e da rebeldia sem causa dos jovens de classe média, que nada perderiam com o aumento das tarifas.

No dia 14 de junho, o jornal destaca em sua manchete principal de capa, o agravamento dos “confrontos”⁴³ entre policiais e manifestantes em São Paulo, e o aumento de prisões e de feridos. Sublinham o fato dos manifestantes mais uma vez terem quebrado os vidros de agências bancárias e depredado prédios públicos. Pela primeira vez desde o início da cobertura jornalística, realçou-se a truculência e a violência das polícias militares na tentativa de controlar as manifestações. A chamada de capa destaca o fato de jornalistas terem sido presos e feridos

⁴³ É preciso deixar claro que o autor não concorda com a expressão “confronto”, largamente empregada pela mídia quando há o enfrentamento de forças policiais armadas e treinadas contra manifestantes, dada a disparidade de forças.

durante a cobertura dos protestos, e enfatiza uma nota da Anistia Internacional condenando a repressão policial e também um realce para o artigo do conhecido jornalista Elio Gaspari, intitulado “A PM começou a batalha”.

Figura 14 – PM avançando sobre os manifestantes



Foto: Michel Filho
Fonte: acervo *O Globo*

As duas fotos da capa são bem emblemáticas. Uma, que pode ser vista acima, mostra a polícia em posição de ataque a jovens que parecem gritar por clemência, e na outra, logo abaixo, se vê um jovem totalmente imobilizado por policiais equipados para a guerra. Percebe-se que com as fotos escolhidas para ilustrar a capa do jornal, as reportagens adotaram um tom diferente do que fora utilizado desde o início dos protestos até aqui. Saía de cena, mesmo que momentaneamente, os jovens vândalos e arruaceiros e entrava a PM violenta.

Figura 15 – Jovem conduzido por PM



Foto: Pedro Kirilos
Fonte: acervo *O Globo*

Assim, o jornal desse dia 14 de junho foi o que destinou maior número de páginas à cobertura das manifestações, até então. As páginas 3, 4, 6 e 8 apresentaram reportagens com menção aos protestos da noite anterior.

Na página 3, o jornal segue o tom adotado na chamada de capa e destaca que a manifestação seguia pacífica até que na esquina das ruas da Consolação e Maria Antônia, no centro da cidade de São Paulo, a Tropa de Choque da PM avançou sobre os manifestantes e jornalistas, sem qualquer pretexto ou ato violento que pudesse justificar a desastrosa ação. Num artigo publicado na página, Gaspari (2013) destaca que:

[...] os distúrbios de ontem começaram às 19h10m, pela ação da polícia, mais precisamente um grupo de uns 20 homens da Tropa de Choque, com suas fardas cinzentas, que, a olho nu, chegaram com esse propósito (...) Formaram um bloco no meio da pista. Ninguém parou. Nenhum megafone mandando a passeata parar. Nenhuma advertência. Nenhum bloqueio sem disparos, coisa possível em diversos trechos do percurso. Em menos de um minuto, esse núcleo começou a atirar rojões e bombas de gás lacrimogêneo.

Outra informação que é frisada duas vezes pela reportagem revela algo que, infelizmente, se verifica no dia a dia das práticas policiais. Foram “detidas para averiguação” 137 pessoas, inclusive um repórter que levava em sua mochila um frasco com vinagre, produto que supostamente alivia os efeitos do gás lacrimogêneo. Ocorre que a prisão para averiguação não existe formalmente na lei brasileira, só podendo alguém ser preso em flagrante pela prática de um crime ou por ordem escrita e fundamentada de um juiz. Todas as prisões fora das estritas modalidades previstas em lei (em flagrante, temporária e preventiva) são ilegais, e os agentes públicos que persistirem nessa prática deveriam ser punidos pela prática do crime de abuso de autoridade. Tais informações explicitam bem o que Zaffaroni (2007) chama de sistema penal cautelar, que acaba por legitimar a periculosidade do mero suspeito, que deve ser retirado do convívio social apenas por causa do virtual risco que ele representa à ordem pública. O que se vê na prática é o que o penalista argentino denomina de um “mero confinamento de contenção” do sujeito tido como perigoso. (ZAFFARONI, 2007, p.114) É a exclusão social “não somente a partir do que os homens fazem, mas a partir do que eles são ou daquilo que se supõe que ele sejam. (FOUCAULT, 2006, p.24)

A página 4 continua a cobertura dos protestos e foca nas declarações das autoridades públicas. Destaca a do Ministro da Justiça, que mais uma vez fala em vandalismo e violência, e também as declarações do Governador de São Paulo e do Prefeito da cidade de São Paulo,⁴⁴ reafirmando que não revogariam os aumentos das tarifas. O contraponto da reportagem vem pela notícia de uma nota da Anistia Internacional manifestando preocupação com o aumento da

⁴⁴ O Prefeito da cidade de São Paulo era Fernando Haddad, do PT.

repressão contra os movimentos reivindicatórios e pelos discursos das autoridades que sinalizavam uma radicalização da repressão.

A página 6 trata dos protestos na cidade do Rio de Janeiro e a foto principal mostra uma pichação no palácio Tiradentes, sede do Poder Legislativo do Estado (ALERJ), com os dizeres “2,95 não”, em alusão ao valor da passagem na cidade após o aumento. O título diz “No Rio, protesto termina com a pichação do Palácio Tiradentes”. O subtítulo da reportagem também merece destaque: “Manifestantes depredaram bancos e entraram em confronto com PMs”. Mais uma vez aparecem dois dos símbolos escolhidos pelos manifestantes como alvo de suas ações: o Poder Legislativo e os bancos. A reportagem principal da página destacou as ações dos manifestantes que terminaram em ações de “vandalismo” contra a ALERJ, Tribunal de Justiça, bancos. Também seguindo a mesma linha das coberturas iniciais, destaca que “misturados entre os estudantes havia também integrantes do movimento funk, militantes com bandeiras de partidos como o PSOL e PSTU, além de membros do Movimento dos Sem Teto”, como se a manifestação fosse exclusiva de estudantes e que, repita-se, seria algo ilícito ser filiado a partidos políticos ou participar de movimentos sociais. Pela primeira vez uma reportagem destacou o fato de uma emissora de TV, a Rede Globo, ter sido expulsa pelos manifestantes, fato esse que se repetiu em outras oportunidades durante as Jornadas de Junho.

Também é digno de destaque uma outra reportagem, na mesma página 6, que traz uma entrevista com a socióloga da PUC-Rio, Ângela Paiva. Como o viés da reportagem é sempre de desqualificação dos movimentos, a acadêmica termina por cancelar a opinião do jornal quando compara os manifestantes ao célebre personagem Carlitos, interpretado pelo magistral Chaplin, que no filme *Tempos Modernos*, ao pegar uma bandeira vermelha que acabara de cair de um caminhão e correr atrás do veículo para devolvê-la, acaba por reunir atrás de si uma multidão de trabalhadores que se manifestavam, acreditando ser ele também um manifestante. A socióloga, com esta associação, corrobora com o jornal ao se referir aos manifestantes como “rebeldes sem causa”, que não sabiam o que estavam fazendo e nem contra o que estavam lutando. Infelizmente, alguns importantes intelectuais, inclusive alguns da esquerda mais alinhada aos governos, também criticaram as ações diretas e não destacaram o óbvio viés político delas.

Apesar de no dia anterior, 14 de junho, não ter havido manifestações, a edição do dia 15 de junho, um sábado, deu bastante destaque às manifestações e fez uma análise da semana que teve quatro dias de protestos. A manchete de capa destacou que o prefeito da cidade de São Paulo, o petista Fernando Haddad, convocara uma reunião para negociar com os manifestantes.

Digna de relevo é a informação, ainda na capa, de defesa da desastrosa ação da PM de São Paulo, realizada pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, do PSDB.

A página 3 traz em letras garrafais a frase “Chamado ao diálogo”, para frisar que o prefeito Haddad chamou o MPL-SP para uma reunião. O texto da reportagem, relembra os quatro protestos que ocorreram em apenas uma semana, sem deixar de mencionar que houve violência policial e vandalismo de manifestantes, além de realçar a tentativa de diálogo por parte do prefeito paulistano, em contraponto às declarações do governador, que preferiu exaltar a violenta ação policial. Óbvio é o foco que a reportagem adota de contraposição entre o PT e o PSDB, ao citar os atores e principais adversários no cenário político nacional.

Na página 4, com uma foto do fotojornalista Sérgio Silva em um hospital, com o olho esquerdo inchado por ter sido atingido por um projétil de borracha atirado pela PM de São Paulo, a reportagem contém várias declarações de dirigentes de entidades de jornalismo condenando com veemência a violência policial. A mesma página traz uma outra reportagem denunciando excessos na atuação policial, que reprimiram duramente até mesmo voluntários de uma organização não-governamental (ONG), que havia montado um posto de atendimento a pessoas feridas nos protestos. Uma das ativistas entrevistadas, identificada como Rebeca Lerer, deu uma declaração que permite se ter uma noção da truculência policial: “(...) ao revirarem as sacolas de primeiros socorros e encontrarem algodão, gaze e ataduras, desistiram de levá-los para averiguação. Entretanto, vidros de remédios e frascos de álcool foram quebrados ali mesmo na calçada”.

A página 5 apresenta duas reportagens. Uma delas, com o intuito de marcar ainda mais a violência policial praticada pela PM de São Paulo, informa que nas redes sociais é possível visualizar vídeos com os flagrantes da violência praticada pelos militares. A outra relata uma manifestação ocorrida na cidade de Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro e, mais uma vez, ressalta que os protestos culminaram com momentos de vandalismo e que “os estudantes eram maioria, mas misturados a militantes de partidos como PSOL, PSTU e PDT”. Não se sabe como os repórteres que assinam a reportagem conseguiram distinguir, dentre os manifestantes, quais eram estudantes e os que eram ou não filiados a partidos políticos. Nitidamente seguem na produção de sentidos, associando os manifestantes a militantes de partidos políticos de esquerda sempre com um viés negativo.

Na página 8, é de se destacar que o governo de Minas Gerais, cujo governador era Antônio Anastasia (PSDB), consegue uma curiosa liminar, proferida pelo desembargador mineiro Barros Levenhagen, que impede “qualquer manifestação que atrapalhe o trânsito e impeça o acesso a serviços públicos durante a Copa das Confederações”, em clara contradição

ao texto constitucional, que traz o princípio da liberdade de manifestação. Parece claro o receio do governador mineiro de que as manifestações prejudicassem os jogos daquela competição que seriam realizados em Belo Horizonte.

A página 18 mostra com clareza a qual serviço o jornal pesquisado se presta. Num texto de opinião editorial, o jornal sintetiza o que se pôde evidenciar com as análises dos textos jornalísticos até aqui. Em vez de exaltar manifestações populares ou focar na análise dos pleitos que emergem das ruas e que seria o foco das insatisfações, a opinião oficial do jornal é claramente contrária às manifestações, chamando os manifestantes de “uma mistura de grupos de extrema-esquerda”, de “rebeldes sem causa da classe média, anarquistas” e um termo curioso, chamando-os de “vândalos em geral”. Ao falar da polícia, entra em frontal contradição com as críticas à truculência policial denunciada nas reportagens, principalmente da edição do dia anterior, onde a violência indiscriminada da PM atingiu até repórteres em serviço. Vale a pena até citar textualmente parte do editorial:

Gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral, balas de borracha e cassetetes são usuais na repressão de surtos de violência pública em qualquer país do mundo, nos mais ou menos democráticos. Mas todo este aparato bélico de pouco vale se não houver uma inteligência por trás, não for acompanhado de outros instrumentos de Estado para coibir depredações de bens públicos. Deter, fichar, processar e cobrar judicialmente a indenização pelos danos são medidas-padrão a serem tomadas no caso. (grifos nossos)

O editorial legitima o uso da violência policial quando diz que armas não letais, gases, cassetetes e todo “aparato bélico” devem ser utilizados em coordenação com medidas como detenção e fichamento, práticas corriqueiras na época da ditadura brasileira e proibidas pela legislação atual. Mesmo assim, mais de duas centenas de pessoas foram levadas ilegalmente para averiguação e registro nas delegacias desde o início das manifestações, número esse que parece não ter sido suficiente para os editores do jornal *O Globo*.

Foucault (2010, p.44-45) mais uma vez nos alerta sobre o lugar daquele que fala, que narra a verdade. O filósofo enfatiza que o discurso nunca é neutro e, assim, quando o editorial chancela o uso da violência e do “aparato bélico” das forças de segurança do Estado, o faz para fazer valer o seu direito, sua posição, num trabalho firme para uma “vitória particular”. Quando o jornal se posiciona, quando realiza uma prática discursiva, “fala da verdade”, que “não é, tampouco, a verdade universal”, “Ele só visa à totalidade entrevendo-a, atravessando-a, transpassando-a de seu ponto de vista próprio. Isto quer dizer que a verdade é uma verdade que só pode se manifestar a partir de sua posição de combate, a partir da vitória buscada (...)”. (FOUCAULT, 2010, p.44-45)

A edição do dia 16 de junho, um domingo, não trouxe destaque em sua capa para as várias manifestações ocorridas durante a semana. Mas na lateral da capa, traz, sob o título “Tensão Urbana”, um destaque para as reportagens sobre o tema no interior do jornal. Na página 4 da sessão “País”, o colunista Merval Pereira realizou uma análise sobre os movimentos. Iniciou desqualificando as lutas, e incorrendo no erro comum daqueles que quiseram se arvorar em realizar uma análise rápida dos protestos ao chamar de “difusas” as insatisfações e dizer que a insurreição contra o aumento das tarifas de transporte público seria um pretexto que “serve à manipulação de atividades políticas de grupos radicais e anárquicos que não se sentem representados pelos partidos políticos do *“mainstream”*”. O colunista segue a mesma cantilena dos jornalistas do *O Globo* ao associar as manifestações a partidos políticos e agora aos “anárquicos”, utilizando a palavra de forma genérica e imprópria. Sobre o tema, oportuna a colocação do Nu-Sol, para quem:

Confunde-se anarquia com baderna pelo simples fato das pessoas não conseguirem viver sem uma autoridade central constituída. No entanto, em dias que se fala de movimentos sem lideranças como um traço libertário é preciso diferenciar. Na sociedade de controle a horizontalidade das relações, que dinamiza a convocação democrática, não prescinde de um quadro moral e jurídico que faz e refaz as relações de mando e obediência, retroalimentando a cultura do castigo. A alegada horizontalidade renova o exercício da autoridade centralizada em torno de uma moralidade que unifica o que deve ser comum (...). (NU-SOL, 2013, Flecheira Libertária nº 300)

Na página 5 da mesma sessão, o jornal noticiou que em Belo Horizonte cerca de oito mil manifestantes foram para as ruas, apesar da imprópria e genérica decisão judicial ter proibido manifestações de rua. Destacou que o movimento foi pacífico, mas, ao fazer isso, utilizou a seguinte frase: “não houve confronto com a polícia, nem vandalismo”. (grifo nosso) Aqui fica muito claro e fácil perceber o que a pesquisa tem revelado. Não houve qualquer fato que justificasse o uso da palavra vandalismo, ficando nítida a intenção de associação dos protestos à palavra, mesmo quando não há qualquer ato de violência a ser reportado.

A página 6 destaca uma entrevista com a estudante Mayara Vivian, do MPL-SP. Digno de nota é o destaque que o jornal dá à profissão da estudante, que é garçonete. É destacado na capa, no subtítulo da reportagem e na legenda de sua foto, em uma patente tentativa de desqualificar uma das pessoas que o jornal identifica como uma das líderes do movimento. Aliás, este rótulo é negado por ela ao destacar uma das características mais importantes e interessantes das Jornadas de Junho até então, a auto-organização. Diz que:

Uma coisa é você ser referência, outra coisa é você ser liderança. Não tô (*sic*) nem um pouco a fim de liderar ninguém. As pessoas se apropriam da luta delas, o que é correto, não precisam ficar esperando alguém dizer o que fazer (...) citando uma característica

que explica a dinâmica dos protestos de São Paulo, na medida em que permite a auto-organização dos manifestantes a cada tentativa de repressão e dispersão dos grupos.

Na mesma reportagem, Vivian dá uma dica do que move as pessoas a se juntarem aos movimentos reivindicatórios. Diz ela que as pessoas “apostam nessa luta como uma forma de ter uma cidade mais justa e alcançar seus direitos”, explicitando o caráter claramente político das ações do MPL-SP, em uma rara oportunidade em que manifestantes tiveram voz no jornal.

Neste mesmo “*O Globo*” de 16 de junho, o artigo da jornalista Dorrit Harazim faz uma significativa análise dos movimentos, pois contextualiza os protestos com os movimentos globais que vinham acontecendo desde 2011, e cita os exemplos de Grécia, Estados Unidos e Turquia. Toca em um ponto central das reivindicações das ruas, a profunda crise de representação no Brasil, ao citar que “as ruas têm servido de ponto dentro da curva da insatisfação crescente com a surdez dos governantes eleitos”. (Harazim, 2013)

No dia 17 de junho, o jornal dá destaque à repressão realizada pela polícia a um protesto realizado nas cercanias do estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, local onde acontecia jogo de futebol válido pela Copa das Confederações. A capa do jornal destaca que o protesto era pacífico e que a PM agiu com violência ao atirar bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha nos manifestantes. Já a página 3 destaca que haveriam novos protestos durante a semana e que o governo de São Paulo, dada a grave e negativa repercussão das ações da polícia, não colocaria a tropa de choque da PM nas ruas e que a força policial não utilizaria gás lacrimogêneo e nem armas não letais.

Devido às grandes manifestações ocorridas na noite daquela segunda-feira, dia 17 de junho, as maiores ocorridas até aquele momento, a cobertura do jornal no dia 18, foi ampla e pode ser considerada um “divisor de águas”, conforme será explicado adiante. A capa, com três belas fotos, é quase toda destinada à cobertura dos protestos. Uma enorme foto aérea mostra parte da Avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro, tomada por dezenas de milhares de pessoas.⁴⁵

Figura 16 – Avenida Rio Branco

⁴⁵ Na legenda da foto vem escrito “A nova marcha dos 100 mil”.



Foto: Genilson Araújo
 Fonte: acervo *O Globo*

Aqui, um detalhe aparentemente mínimo, mas de enorme conteúdo subjetivante, e que deve ser destacado, é o fato do título no alto da primeira página ter sido alterado a partir desta edição. Antes, tudo relacionado às manifestações vinham sob o título “Tensão Urbana”, com o periódico sempre relacionando as manifestações com conflitos, vandalismo e associando os eventos a partidos políticos de esquerda ou aos movimentos sociais. Agora, sob o título “Um País que se Mexe”, a capa do jornal destaca que o Brasil foi para as ruas após a convocação⁴⁶ realizada pelas redes sociais, e o texto de chamada da reportagem destaca o tamanho das mobilizações, que atingiram onze capitais e aproximadamente 240 mil pessoas. O texto também faz questão de realçar a ausência de partidos políticos, sindicatos e entidades estudantis na organização dos protestos. As outras duas fotos na lateral das capas vêm com uma legenda “no alvo de radicais”, destacando os atos que terminaram com depredações na ALERJ e com manifestantes no teto do Congresso Nacional.

Figura 17 – Carro incendiado nas cercanias da ALERJ

⁴⁶ Também aqui se percebe uma mudança na abordagem. Em reportagem anterior, com viés claramente depreciativo, o jornal apontava que os manifestantes eram “recrutados” pela internet.



Foto: Marcelo Carnaval
Fonte: acervo *O Globo*

Figura 18 – Manifestantes ocupando o teto do Congresso Nacional



Foto: Givaldo Barbosa
Fonte: acervo *O Globo*

Se afirma que esta edição foi um “divisor de águas”, pois, além do título, também pôde-se perceber uma mudança na abordagem das reportagens, que agora enfatizam a alteração na qualidade daquele sujeito que se manifesta, antes tido apenas como “vândalo”, vinculado a partidos de esquerda, ou “rebelde sem causa de classe média”. Essa percepção é corroborada pela reportagem da página 6, cujo título é “Tribos e convicções para todos os gostos em ato”, e também a da página 8, com o título “Protestar, ato que reúne diferentes tribos”, enfatizando a participação de mães de jovens manifestantes, empresários e moradores do exterior nos atos.

Ao verificar que as manifestações tomavam uma outra dimensão, com o surgimento de novos atores e múltiplos pleitos que até então não apareceram nas ruas até então,⁴⁷ o que se vê

⁴⁷ Necessário destacar a preocupação do MPL-SP com a mídia visto que, após as manifestações do dia 17 de junho, começaram a divulgar com entusiasmo novos manifestantes, novos pleitos e novas palavras de ordem. Em entrevista ao Portal Fórum, uma das expoentes do movimento, Luiza Mandetta, explicita a preocupação ao dizer “não vamos permitir que parasitem a nossa pauta”, enfatizando que a luta do MPL-SP era contra o aumento das tarifas dos transportes urbanos. Na entrevista, foi mencionado que um dos pleitos da noite anterior abrangia a contrariedade à PEC 37, que restringia as investigações por parte do Ministério Público, o fim da corrupção e até o *impeachment* da Presidente Dilma Roussef, pautas estranhas às reivindicações do

aqui é o início de uma nova estratégia do periódico, lógica que Coimbra (2001, p.36-37) vai denominar de “lógica da homogeneização, do espetáculo, e que nesta lógica, a mídia trabalha com dicotomias, binarismos, e com apenas ‘dois valores: o bom e o mau’”. A intenção desta técnica é justamente empobrecer as discussões, esvaziar as diferenças e impor formas únicas e dirigidas de pensar e sentir uma realidade e responder a ela. Foucault (2010, p.43) nos alerta sobre “uma estrutura binária de sociedade”, onde “estamos em guerra uns com os outros” e, aproveitando-se magistralmente disso, tendo em vista que as manifestações cresceram de forma exponencial, *O Globo* agora precisava diferenciar quem eram os pacíficos, os animais de rebanho, dóceis e domesticáveis, daqueles que partiam para atos radicais, os já conhecidos vândalos, imprescindíveis na função de produzir e definir perigos e causar medo, pois “o medo ao outro é um importante mecanismo de controle” (SCHEINVAR, 2014, p.483) e, através desse medo, também moldar o comportamento desejado e que deveria ser seguido pelos manifestantes.

A página 3 acentua o que teria sido “a maior mobilização contra o aumento das passagens de ônibus”. O texto da reportagem informa que o governo do Estado de São Paulo cumpriu a promessa de não utilizar a tropa de choque da PM contra os manifestantes e que não houve confronto na cidade. Segue dizendo que uma minoria atacou o prédio da ALERJ, no Rio de Janeiro, reforçando a tese de que a pobre lógica do binarismo passaria a ser adotada pelas reportagens. Esse ataque à sede do legislativo estadual reforça, mais uma vez, dado já levantado pelas pesquisas até aqui, que o Poder Legislativo era um dos alvos preferenciais dos manifestantes. Outro alvo atacado foi uma agência bancária, que teve seus vidros quebrados pelos ditos “vândalos”. A matéria ainda destaca, agora de forma positiva, a importância da internet como ferramenta mobilizadora, tal como ocorrera em outras manifestações pelo mundo.

A página 4 traz a coluna do jornalista Merval Pereira, cuja análise apresenta uma avaliação que se presta ao nítido propósito de crítica à classe política. Ao dizer que o que catalisava os sentimentos desses novos atores era “a descrença na democracia representativa”, Pereira diz que foram “os jovens da classe média que deflagraram esses movimentos por todo o país”, um equívoco, dado que quem iniciou todo esse processo das manifestações de junho foi o MPL-SP e outros movimentos com a mesma bandeira, após anos de lutas ininterruptas envolvendo a questão do transporte público no país.

Movimento. Entrevista disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2013/06/18/exclusivo-mpl-nao-vamos-permitir-que-parasitem-na-nossa-pauta/>>. Acesso em 20 set. 2016.

Na página 5 da sessão “País”, a matéria retratou atos perpetrados contra a ALERJ, carros da PM e agências bancárias. Também informa que um restaurante foi depredado e uma loja de chocolates foi saqueada pelos “vândalos”. Ao final, traz uma entrevista com o Presidente da ALERJ, o deputado Paulo Melo, que se manifestou “profundamente indignado” com o que chamou de depredação praticada por um “bando” e que tais atitudes não teriam “causa nenhuma”, manifestações semelhantes às de outras autoridades que se depararam com ações diretas ao redor do mundo e coletadas por Dupuis-Dèri (2014), acima expostas. É possível perceber a absoluta falta de conexão do deputado com a realidade que o cerca ao não conseguir perceber que os atos contra a ALERJ se inserem, sim, num contexto de repúdio à democracia representativa por parte de alguns manifestantes, configurando-se um ato de clara orientação política.

A página 6 apresenta uma grande foto ilustrando uma multidão estimada em 65 mil pessoas se manifestando na cidade de São Paulo. O início do texto da reportagem enfatiza que a manifestação foi pacífica por causa do comportamento da Polícia Militar, que apenas acompanhou os atos. Pela primeira vez o jornal informa de que haviam outros grupos de manifestantes que não eram liderados pelo MPL, o que demonstra, mais uma vez, que vários novos atores acorreram para as ruas com pleitos diversos dos originais.

Na reportagem da página 7, há um destaque à ocupação do teto do Congresso Nacional por manifestantes, e relata que alguns gritavam palavras de ordem contra a Presidente Dilma e que cantaram o Hino Nacional diversas vezes.⁴⁸ Na página 9 a reportagem diz que “grupos na internet orientam e mobilizam protestos em todo o Brasil”, e continuando na lógica do pacífico *versus* radical, reporta que os organizadores virtuais recomendavam o uso de roupas brancas, para destacar que o movimento era pacífico.

Uma entrevista com uma professora da UERJ, a cientista política Alessandra Aldé, é trazida na página 9. Para a acadêmica, a repressão policial foi o estopim para a grande mobilização em rede. Com efeito, houve uma grande mobilização após a repressão da PM de São Paulo e a transmissão dos abusos cometidos pelos policiais nas redes sociais, tal como ocorrera nas primeiras manifestações do Occupy, em Nova York, e também no Egito e Tunísia.

A página 10 traz uma grande reportagem destacando que manifestantes reagiam de forma negativa à presença de partidos políticos e faz, novamente, distinção entre manifestantes e militantes, que seriam os manifestantes que se apresentavam com trajes e bandeiras que identificavam partidos políticos. Será que tal repúdio aos militantes partidários pode ser

⁴⁸ Diferente do que ocorrera até aquele momento, o canto do hino brasileiro e a utilização de bandeiras do Brasil nos atos não faziam parte da dinâmica e nem da estética dos movimentos até então.

atribuído à influência do jornal pesquisado e da grande mídia hegemônica que adotou a estratégia de vincular, desde o início da cobertura dos atos de junho, os “atos de vandalismo” aos partidos de esquerda?

O editorial, publicado na página 18, também aposta que a crise de representatividade dos partidos poderia ter catalisado as grandes insurreições a partir do dia 17, corroborando o que a pesquisa põe em questão, que a partir do dia 17 de junho as manifestações mudaram. Logo no primeiro parágrafo, o editor denuncia sua parcialidade e má vontade com as manifestações antecedentes. Quando diz que os movimentos anteriores ao dia 17 eram compostos pelo " que parecia um pequeno grupo de estudantes" acompanhado "por grupos de anarquistas" oportunistas. A abordagem discursiva era sempre com intuito pejorativo e de desqualificação dos pleitos dos jovens coordenados pelo MPL. O próprio editorial agora diz que os protestos "ganharam outra dimensão" e também, de fato, o jornal deu um outro enfoque à sua cobertura. Quando apenas estudantes e movimentos sociais reivindicavam a melhoria do transporte e a revogação dos aumentos das passagens dos transportes públicos, havia, para o periódico, uma "tensão urbana", agora, é o "país que se mexe", com milhares de pleitos que estavam contidos e represados, por pessoas pouco afetas às ruas, cantando o hino nacional enrolados em bandeiras do Brasil. Percebe-se nitidamente, o início da disputa dos sentidos dos movimentos de junho de 2013 pós MPL, que segue, em certa medida, até os dias de hoje.

A edição do dia 19 de junho trouxe novo título para a edição: "O Brasil nas Ruas". A manchete principal da capa destaca que as capitais começavam a baixar as tarifas, mas que os protestos continuavam. Já no subtítulo da manchete, o jornal ressalta que, em São Paulo, radicais e pacifistas se enfrentaram na tentativa de invasão do prédio da prefeitura seguindo a lógica do binarismo acima destacada, e reporta, ainda na capa, que uma ação do que denominou de "grupos isolados" resultou em saques.

A imagem que ilustra a capa é uma foto da avenida paulista repleta de pessoas. Logo ao lado da foto, o jornal informa que vários prefeitos já anunciaram a revogação dos reajustes das passagens e, em São Paulo e Rio de Janeiro, as prefeituras já admitiam a redução também.

Em sua coluna diária, o jornalista Merval Pereira, inicialmente, alinhado ao editorial do dia anterior, enfatiza que a luta das ruas, doravante, era contra a corrupção. Depois, dois parágrafos abaixo, segue dizendo que foi a polícia repressiva e violenta que tinha catalisado os movimentos contra o aumento das passagens de ônibus, cuja reivindicação chamou de “justa”. Entretanto, criticou as corporações de segurança pública por terem ficado “paralisadas diante da violência de parte dos manifestantes” e por não terem “agido com o rigor devido”. A pergunta que fica para o colunista é: o que ele entende por mais rigor? Quais atos de repressão

deveriam ser utilizados além das balas de borracha, bombas de gás e as detenções ilegais? Aqui, o colunista critica a polícia por entender que foi ela quem deu vida aos movimentos de rua, para logo depois criticá-la novamente por não ter usado o rigor devido, endossando e autorizando uma atuação ainda mais violenta.

Seguindo na incansável labuta de associar os manifestantes – agora não os pacíficos, é claro – aos movimentos de esquerda, uma grande reportagem na página 5 enfatiza que três pessoas foram presas sob a acusação de furto a uma loja de bolsas no centro do Rio de Janeiro. Uma das pessoas presas foi uma universitária, Juliana Vianna. O realce dado pela reportagem ao fato do seu perfil do Facebook haver uma frase atribuída a um revolucionário cubano salta aos olhos e permite que se perceba o tipo de abordagem realizada pelo jornal. Vale transcrever o trecho para que se possa perceber o que Fonseca (2005, p.29) qualifica como uma “síntese ideológica do periódico” em sua “guerra de posições” na “busca do poder mediante a conquista cumulativa de espaços ideológicos na esfera cultural/ideológica”:

Juliana é descrita como uma feminista, que gosta de poesia, de usar vestidos largos e floridos. Faz a linha hippie contemporânea e gosta de discutir política e filosofia. Em seu perfil no Facebook, a frase “Nada mais causa horror à sua ordem do que mulheres que lutam e sonha (*sic*)” – de José Martí, pensador, jornalista e criador do Partido Revolucionário de Cuba – evidencia o espírito revolucionário da universitária, que segue na rede social grupos como Casa da América Latina e Comissão da Verdade, entre outros. (grifos nossos)

A página 6 tem uma enorme foto que preenche quase meia página mostrando dois carros depredados no ataque à ALERJ, na noite anterior. Na legenda da foto, o jornal destacava que a depredação fora obra de “vândalos”.

Figura 19 – Carros incendiados no ataque à ALERJ no dia 18 de junho



Foto: Gabriel Paiva
Fonte: acervo *O Globo*

A reportagem ocupou todo o restante da página e ressaltava que a ALERJ teria que dispende cerca de 2 milhões de reais para recuperar “luminárias e vidros quebrados”. Traz mais duas fotos, uma de um homem com chinelos saqueados de lojas e outra da fachada da Assembleia e a estátua de Tiradentes – que fica em frente ao prédio – pichados. A reportagem também realça que além da ALERJ, a Igreja São José, lojas e agências bancárias teriam sido depredadas. Outro ponto do texto que é interessante evidenciar na reportagem é o relato de que pessoas, até enroladas na bandeira do Brasil, foram até os locais que foram alvo das ações para limpá-los. Destaca-se a fala de uma delas: “A passeata foi pacífica. Isso [o vandalismo] não representa o nosso movimento”. Essa frase, por si só, densa em sentidos, é apta a retratar a abordagem do periódico pesquisado. Em resumo, o jornal agora destaca as manifestações pacíficas, incrementa uma divisão entre os manifestantes e repele, recrimina e criminaliza os atos que denomina de vandalismo, esvaziando qualquer sentido lógico que esses atos poderiam conter.

Essa divisão entre “vândalos” e “pacíficos” também é explorada para subjetivar a sociedade e produzir um maior repúdio àquele sujeito agora conhecido como “vândalo”. Vários exemplos disso já foram possíveis de vislumbrar nas páginas do jornal, como a fala do cidadão que diz que o vandalismo não representa o “seu” movimento, e o confronto entre os manifestantes que ocorreu nas passeatas em várias partes do país.

Foucault (2016, p.43) nos alerta para essa dicotomia, essa separação, quando enuncia que “uma estrutura binária perpassa a sociedade”, e que os indivíduos estão em uma guerra permanente uns com os outros. O jornal pesquisado explora muito bem esse binarismo definindo aquele contra quem devemos guerrear, pois:

[...] estamos em guerra uns com os outros; uma frente de batalha perpassa a sociedade inteira, contínua e permanentemente, e é essa frente de batalha que coloca cada um de nós em um campo ou no outro. Não há sujeito neutro. Somos forçosamente adversários de alguém.

Para além da questão de “ser adversário de alguém” e do empobrecimento trazido pela lógica do binarismo, que reduz uma multiplicidade de atravessamentos subjetivantes à pobreza do pacífico e do violento, também há o trabalho do jornal para a modelização das pessoas a fim de que entendam o vandalismo como um comportamento de risco, que deve ser repellido e aniquilado. Com essa prática discursiva, vai produzindo sistematicamente subjetividades, construindo e delineando o sujeito perigoso. Assim, quanto mais se fabrica a sensação de

insegurança, mais a sociedade fica a mercê dos controles policiais e aceita com mais facilidade o recrudescimento e a inflação das normas penais. (FOUCAULT, 2008)

Para poder fazer um contraponto interessante com o sensacionalismo da reportagem, o último parágrafo traz o balanço da Secretaria de Conservação do Município do Rio de Janeiro acerca dos danos causados ao patrimônio público: 19 cestas de lixo destruídas, pedras portuguesas arrancadas e 33 luminárias destruídas no pátio do Palácio Tiradentes, sede da ALERJ.

A página 9 destaca as manifestações na cidade de São Paulo e o título da reportagem principal da página é: “Em mais um dia de protesto, São Paulo se divide entre a paz e atos de vandalismo”, enfatizando, mais uma vez, a divisão entre manifestantes no ataque à sede da prefeitura de São Paulo.

A principal reportagem da página 10 reporta corretamente que o pleito inicial era o reajuste das tarifas de ônibus e que, agora, existe um “mar de reivindicações”, atestando que houve uma irrupção de sentimentos que antes estavam represados, como, por exemplo, o que o jornal pesquisado mais se apropriou até o momento, o repúdio à corrupção.

A página 11 estampa que novas manifestações estariam programadas em mais de 71 municípios, o que se denominou “Dia Nacional de Lutas”. O destaque vai para o fato da organização do ato no Rio de Janeiro pedir aos manifestantes que fossem às ruas com vestes na cor verde e amarelo, e que aqueles que não pudessem comparecer, que pendurassem bandeiras do Brasil nas janelas, indicando, claramente, a mudança na composição, organização e estética dos atos.

As páginas 12 e 13 também foram inteiramente dedicadas às manifestações, destacando que a Força Nacional de Segurança⁴⁹ seria deslocada para o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Distrito Federal, principalmente para “reforçar a segurança nos jogos da Copa das Confederações”. Na página 18, a coluna do jornalista Ancelmo Góis também dava destaque às manifestações, com fotos que faziam um paralelo entre maio de 1968 e junho de 2013, o que também fez o jornalista Zuenir Ventura, em sua coluna na página 23.

De semelhante entre os dois momentos, permanece a disposição estudantil que parecia anestesiada, como também naquela época (na França, um sociólogo perguntava: “Por que não acontece nada por aqui?” No dia seguinte, Paris pegou fogo). De igual, o

⁴⁹ De acordo do seu site institucional (acesso em 28 nov. 2016), a Força Nacional de Segurança Pública foi criada em 2004, durante o governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, do PT, para atender às necessidades emergenciais dos estados em questões onde se fizerem necessárias a interferência maior do poder público ou for detectada a urgência de reforço na área de segurança. Ela é formada pelos melhores policiais e bombeiros dos grupos de elite dos Estados, que passam por um rigoroso treinamento no Batalhão de Pronto Resposta (BPR). Para mais informações, acesse: <<http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/forca-nacional/>>.

sentimento difuso de insatisfação, que é cumulativo e não depende de uma única motivação ou pretexto. Vem vindo, vem vindo até que uma gota (ou alguns centavos) no pote até aqui de mágoa provoca o transbordamento (VENTURA, 2013, p.23)

Voltando à página 22, onde um novo e longo editorial dividia a página com um artigo do jornalista Elio Gaspari, dessa vez dizia que era preciso “decifrar as mensagens das rua”, atestando que a partir das manifestações antes apenas capitaneadas pelo MPL-SP, os protestos agora passaram a ter outra dimensão ainda pouco entendidas por todos. Destacando que as manifestações foram os fatos políticos e sociais mais importantes desde o início da redemocratização, defende reformas eleitorais – a cláusula de barreira, que diminuiria o número de representações partidárias no Congresso Nacional, e o fim das coligações partidárias em eleições proporcionais.

Mas, como não podia deixar de ser, o editorial adjetivou como “criminosas” a depredação de bancos e estabelecimentos comerciais, o ataque à ALERJ, e não esqueceu de utilizar a palavra vandalismo, quando se referiu às ações de parcela de manifestantes. *O Globo* se coloca claramente ao lado daqueles que consideram que “a luta contra o capitalismo e a propriedade parece constituir uma grave ameaça aos ‘cidadãos de bem’, tendo em vista que não se vandaliza pessoas, mas propriedades”. (NU-SOL, 2013, Flecheira Libertária nº 303)

Na sessão de economia do jornal, para não esquecer o tema que deu início às manifestações, a colunista Flávia Oliveira trouxe a relevante informação que em dez anos as tarifas de ônibus urbanos foram reajustadas em 113,21%, e as tarifas dos ônibus intermunicipais subiram 118,36%, enquanto que a inflação foi de 81,7%, ressaltando a lógica perversa do transporte público inserido na ciranda do lucro privado com a convivência dos governantes. Segundo a colunista “o preço é alto, o serviço é ruim e faltam alternativas” para o transporte.

Também sob o título “O Brasil nas Ruas”, a edição do dia 20 de junho destaca, em letras garrafais, que após 13 dias de protestos os aumentos das passagens no Rio de Janeiro e em São Paulo foram revogados. Também na capa, há realce na notícia que o MPL, mesmo com o recuo no aumento, manteve as manifestações previstas para o dia 20 e que a PM do Rio, “para evitar o vandalismo”, decidiu reforçar a segurança no centro da cidade.

A foto da capa destaca manifestantes com madeiras, ateando fogo em barricadas e a legenda informa que a ponte Rio-Niterói foi fechada e que a PM utilizou balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo para dispersar os manifestantes.

Figura 20 – Centro de Niterói, dia 19 de junho de 2016



Foto: Domingos Peixoto
Fonte: acervo *O Globo*

A página 3 da sessão “País” traz duas grandes fotos. Uma do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, junto ao governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, e outra do prefeito carioca, Eduardo Paes, do PMDB, anunciando a revogação dos aumentos das tarifas de transporte em suas cidades. Sob o título “O Efeito das Manifestações”, a grande reportagem destaca as falas dos governantes, sendo que a do prefeito do Rio de Janeiro, sem detalhar informações, enfatizou que a diferença referente à revogação da tarifa seria suportada pelo Poder Público e que cortes em investimentos em outras áreas seriam realizados para cobrir esse déficit.

A reportagem também realça a fala de um dos coordenadores do MPL, identificado como Caio Martins, confirmando a manutenção das manifestações do dia 20 e informando que a partir de agora o movimento partiria para outras reivindicações, como a tarifa zero.

O texto também informa que as atividades das empresas de transporte coletivo gozam de vários benefícios tributários. Por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, a alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS) é 0,01%,⁵⁰ e que a União desonerou os tributos da folha de pagamento das empresas de ônibus, além de reduzir as alíquotas de CIDE⁵¹ – combustíveis e de energia elétrica, o que permitiu a redução dos custos das tarifas em 7% para os ônibus, e 10% para o metrô.

⁵⁰ Até o ano de 2010, a alíquota era de 2%.

⁵¹ CIDE é a abreviação de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.

A página 4 também segue na dissecação da composição das tarifas de ônibus, e denuncia que há pouca ou nenhuma transparência nos números que envolvem o negócio. O jornal informa que o lucro anual das empresas pode chegar à impressionante cifra de 2,6 bilhões de reais, notícia essa que foi possível por causa da informação de que o município deixou de arrecadar 51,8 milhões de reais só com a renúncia fiscal a essas atividades, o que se contrapõe à fala do prefeito Paes, que indica ter de cortar investimentos em outras áreas para poder justificar o não aumento das tarifas. Bastaria, por exemplo, retomar a cobrança de ISS, tributo pago por todos aqueles que prestam serviços e que foi escandalosamente anistiado para empresas de ônibus por iniciativa do próprio prefeito Paes.⁵² Denuncia também que, ao contrário da cidade de São Paulo, que possui um órgão da prefeitura que controla o sistema de transporte, no Rio de Janeiro a Federação de Transportes de Passageiros do Estado (Fetranspor) opera praticamente sozinha esse serviço público. Segundo a reportagem, a Fetranspor “tem a liberdade inclusive de embolsar os valores pagos pelos usuários, independentemente de o serviço ter sido prestado ou não”. Essas informações reforçam o que foi ressaltado no início dessa dissertação, da lógica mercadológica na qual está inserido um direito básico de todas as pessoas.

A página 6 traz um grande mapa das manifestações que estão previstas para ocorrer na noite do dia 20 de junho, que abrangerá mais de 80 cidades, mesmo após os anúncios de revogação dos reajustes das tarifas. Para os organizadores dos movimentos, as passeatas convocadas também seriam em comemoração à revogação dos aumentos. Destaca, mais uma vez, que os manifestantes estariam preocupados com os atos de vandalismo, e ressaltavam nas convocações o caráter pacífico das manifestações.

Outra reportagem da mesma página traz a seguinte informação sobre a liberação, pelo STF, dos protestos em Belo Horizonte: “O ministro Luiz Fux (...) deu autorização para manifestantes de Minas Gerais bloquearem vias de acesso ao estádio do Mineirão”. Uma completa distorção do que foi a decisão do ministro, que enfatizava o absurdo da medida autorizada anteriormente pelo desembargador mineiro Barros Levenhagem, de proibir o “legítimo direito de reunião e manifestação”. Em que pese a importância da decisão do ministro, a liminar também diz que são “legítimas as manifestações realizadas sem vandalismo” (grifos nossos), e ressalta que os atos violentos não são “capazes de transmitir qualquer tipo de mensagem útil ao debate democrático”, tornando-se mais uma voz de uma instituição

⁵² A alíquota paga pelas empresas de ônibus é simbólica, de 0,01%. Para mais informações, acesse: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/09/camara-do-rio-aprova-reducao-no-iss-para-onibus-de-2-para-001.html/>>. Acesso em 22 abr. 2017.

indispensável à governamentalidade a qualificar o perigoso e insistindo em não observar o caráter político das ações violentas.

A página 8 mostra uma foto de um homem de máscara anti-gás em frente à prefeitura de São Paulo. O título da reportagem é: “Rapaz que protagonizou cenas de vandalismo em SP é detido”. Identificado como Ramon Alves de Oliveira, foi acusado de dano contra o patrimônio público, lesão corporal e formação de quadrilha. Outras duas reportagens da página relatam a soltura de três jovens detidos no Rio de Janeiro em virtude dos supostos saques na manifestação do dia anterior.

Na página 9, a principal manchete traz uma notícia de manifestações na região metropolitana do Rio de Janeiro com o seguinte título: “Niterói: vandalismo e Ponte fechada”. O início da reportagem tem o seguinte teor: “a manifestação de ontem em Niterói, que começou pacífica e ordeira, descambou para vandalismo (...)”. A reportagem segue a abordagem adotada pelo jornal, de classificação dos manifestantes entre os pacíficos e aqueles que, desde o início da cobertura desse magnífico evento, são criminalizados e diminuídos, cunhados de vândalos. Após o início das ações dos manifestantes, que conseguiram fechar a ponte Rio-Niterói por uma hora, o prefeito da cidade de Niterói, Rodrigo Neves, do PT, também anunciou a revogação do aumento das tarifas dos ônibus. A página também traz informações sobre protestos nas cidades de Fortaleza, São Luis, Macapá e Brasília.

Na página 21, destinada a artigos de opinião, destaca-se um texto do sociólogo Demétrio Magnoli, que parece fazer um resumo das notícias veiculadas até o momento pelo jornal pesquisado. Destilando críticas ao que chama de “seitas de esquerdistas indignados que se movem à margem da esquerda oficial” e ao “bando de punks” que esperam oportunidades em protestos para atacar a polícia, entende que passe livre, o pleito inicial das manifestações, configurava “uma utopia socialmente reacionária”, repetindo a mesma mensagem de reportagens já analisadas por essa pesquisa. Também critica a polícia militar, mas por causa de atitudes de “violência contra manifestantes pacíficos”, deixando claro que para os não pacíficos a violência poderia ser utilizada.

A mesma página 21 traz um interessante artigo de pesquisadores do Instituto de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fazendo um paralelo importante entre o custo econômico do tempo de deslocamento nos transportes públicos na região metropolitana do Rio de Janeiro e o impacto no produto interno bruto das cidades. Ressaltando que a região “apresenta os piores indicativos de mobilidade no Brasil”, os estudos nos permitem verificar que o impacto no PIB da região metropolitana é de -3,8%. Os números dos municípios analisados isoladamente são ainda mais impactantes, com -7,2% no PIB de São Gonçalo, -6,9%

de Belford Roxo e -6,5% de Nilópolis, por exemplo. O texto ainda realça a pesquisa, que demonstra que “quanto menor o nível de educação formal, maior o tempo gasto em deslocamento, criando um círculo vicioso, pois esse trabalhador tem menos tempo para retornar aos estudos”, sendo o transporte, como já afirmado anteriormente, uma questão sensível, principalmente para a população mais pobre, que não tem esse serviço assegurado na prática como um direito. (YOUNG; AGUIAR, 2013)

Na sessão “Economia”, na página 24, a colunista Míriam Leitão apresenta um texto que aborda a questão do transporte e as políticas governamentais para o setor. Enumera ações governamentais dos últimos anos no sentido de estimular o uso do transporte individual, traduzido em bilhões de reais de incentivos fiscais a montadoras de automóveis, subsídios ao preço de combustíveis, redução dos valores da CIDE, o que ajudou sobremaneira para o colapso da mobilidade nas grandes regiões urbanas no país, sendo, para a analista, “o gatilho que levou o povo às ruas”.

A cobrança simbólica de tributo por parte das prefeituras e demais esferas de governo, bilhões de reais em renúncias e incentivos fiscais para empresas, não trouxe para as cidades e para a grande parte da população que utiliza o transporte público qualquer melhoria em suas rotinas. Ao contrário, o impacto do péssimo serviço prestado pelas concessionárias de transporte público representa uma profunda violência praticada cotidianamente contra a população mais pobre das grandes cidades, que continua presa na lentidão dos grandes engarrafamentos em seus deslocamentos para o trabalho. Sem contar a falta de outros serviços de qualidade que toda essa renúncia de recursos acarreta, tais como saúde, educação e cultura. A questão é tão importante que influencia diretamente até na ocupação urbana. Por isso, Maricato (2013, p.18) entende ser impossível dissociar as razões da revolta à condição precária da vida urbana das grandes cidades no Brasil, expostas “à reprodução da força de trabalho”, numa “disputa básica entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair lucros”. (MARICATO, 2013, p.20) Assim, agravado pela lógica neoliberal, Vainer (2013, p.39) entende que

A cidade neoliberal aprofundou e agudizou os conhecidos problemas que nossas cidades herdaram de quarenta anos de desenvolvimentismo excludente: favelização, informalidade, serviços precários ou inexistentes, desigualdades profundas, degradação ambiental, violência urbana, congestionamento e custos crescentes de um transporte público precário e espaços urbanos segregados. Nesse contexto, o surpreendente não é a explosão, mas que ela tenha tardado tanto.

Na mesma sessão, na página 26, a colunista Flávia Oliveira, relata que entidades que representam empresas – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Sindicato de Bares e Restaurantes, orientaram os estabelecimentos que representam a fecharem seus negócios durante as manifestações. O texto declara que o sindicato “declarou apoio aos estudantes, não ao vandalismo”. Uma curiosidade é o destaque à notícia de que a AgeRio, agência de fomento fluminense, vai financiar empresários que tiveram lojas depredadas nos protestos do dia 17 de junho, o que a coluna chamou de “Crédito Antivândalos”.

A primeira página do jornal do dia 21 de junho é a que mais destaque deu às manifestações. Inteiramente dedicada às manifestações, salienta, com letras garrafais, que as manifestações da noite anterior foram “Sem Controle”. Há destaque dos atos no palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores de Brasília, que foi atacado por manifestantes, e na prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, outrora fora do circuito convencional das manifestações, que também foi alvo de ataques.

Figura 21 – Capa da edição do dia 21 de junho de 2013



Fonte: acervo *O Globo*

“Manifestantes radicais venceram a maioria pacifista e deram o tom dos protestos em série que tomaram ontem as ruas do país”. Assim começava a reportagem de página inteira da página 3, da sessão “País”. Seguindo o fio puxado na capa, o jornal destaca os grandes protestos da noite do dia 20 de junho em mais de 80 cidades pelo Brasil. Enfatizam que “vândalos” atacaram o palácio do Itamaraty, “numa das mais graves demonstrações de vandalismo do dia”.

Enfatizam que mais uma vez os partidos políticos e organizações sindicais foram hostilizados pelos demais manifestantes e que em Salvador manifestantes marcharam em direção ao estádio de futebol Fonte Nova, onde haveria um jogo de futebol válido pela Copa das Confederações entre Uruguai e Nigéria, mas foram barrados pela PM e houve confronto.

Observa-se na reportagem que o jornal continua na organização do fluxo dos acontecimentos com objetivos que ficaram bastante claros com esta pesquisa. O primeiro, mais importante, e agora com mais força, é a produção do sujeito “vândalo” como o perigoso. Desde o início da cobertura do jornal, o manifestante que utiliza métodos de violência simbólica como instrumento de luta política, tem diminuída sua potência e seus atos são veiculados como se fossem crimes comuns. Outro objetivo é a desqualificação dos partidos políticos, principalmente os de esquerda, tanto que o colunista Merval Pereira, na página 4 da sessão “País”, destacou que “o fato de militantes petistas com suas bandeiras terem sido rechaçados nas manifestações (...) é um bom indício de que o movimento que chegou aos corações da classe média não se deixou contaminar por partidarismos”.

Assim, assiste razão Coimbra (2001, p.36), quando enfatiza que “à medida, portanto, que organiza os múltiplos fluxos de acontecimentos, a mídia hierarquiza os temas, selecionando o que deverão ser de conhecimento público e, dentre estes, os que deverão ser necessariamente ser discutidos, debatidos, pensados” e o que deve ter a simpatia ou a antipatia dos leitores.

Nesse sentido, e servindo de exemplo, Chomsky (2013, p.24-25), comenta sobre uma técnica utilizada por empresários americanos que controlavam grandes veículos de comunicação para conter uma greve, no ano de 1937, na cidade de Johnstown:

Nada de capangas contratados nem violência contra os operários; essa tática já não vinha funcionando muito bem. Em vez disso, apelaram para os recursos mais sutis e eficazes da propaganda. O plano era imaginar formas de colocar a população contra os grevistas, apresentando-os como desordeiros, nocivos à população e contrários ao interesse geral (...) grevistas malvados e desordeiros, causando confusão, quebrando a harmonia (...).

Além da aplicação massiva de técnicas de produção do consenso em torno do “sujeito vândalo”, “capangas” oficiais do Estado agem infligindo violência àqueles que insistem em se comportar fora do padrão do rebanho, tudo isso com a anuência das autoridades e de boa parte da “população de bem” doutrinada a consentir com tudo isso, em nome da segurança.

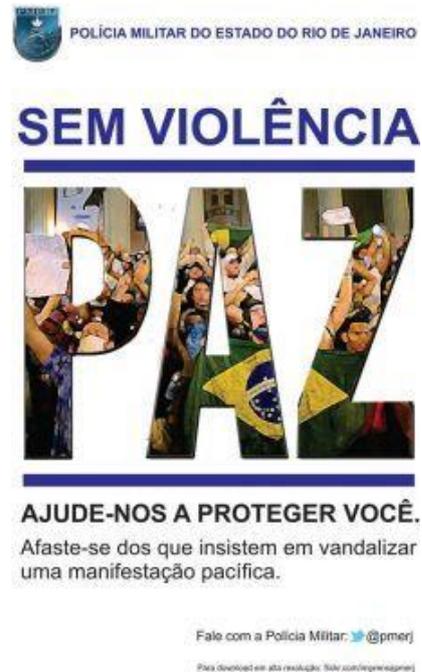
Continuando com a nefasta técnica, Merval Pereira ainda teve tempo de utilizar a antipática palavra “vandalismo” mais uma vez associada ao termo “baderneiros”, chamou de “utopia do bem” o pleito da tarifa zero, fez uma exaltação ao agronegócio ao sentenciar que “o

latifúndio improdutivo desapareceu” no Brasil, comentando o pleito de reforma agrária que apareceu nas ruas, e ainda criticou a Presidente Dilma Roussef por ter se encontrado com o ex-Presidente Lula para tratar das manifestações. Tudo isso no mesmo texto.

Ao lado da coluna, uma reportagem de página inteira tratava dos conflitos na imensa manifestação que ocorreu na Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro. Dizendo que grupos isolados começaram a criar confusão, não menciona a atuação da PM, acusada de fechar previamente várias ruas transversais à avenida, o que evidencia o caráter deliberado de encurralar os manifestantes. Em vários vídeos disponíveis nas redes sociais,⁵³ é possível ver a utilização do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), armados com fuzis, participando das operações naquela noite, além do veículo blindado apelidado de “Caveirão” e o Batalhão de Choque em atuação contra os manifestantes. A reportagem informa que um carro de uma emissora de televisão foi incendiado e que repórteres foram atingidos por balas de borracha. Informa, também, que houve hostilidade contra partidos, mas só noticia que um militante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi rechaçado quando distribuía um panfleto cujo título era “abaixo a máfia da Fetranspor”, demanda totalmente ligada aos movimentos de rua contra o aumento das tarifas de transporte, a gênese dos movimentos daquele período. A reportagem também traz uma curiosidade. Reporta que a PM paradoxalmente distribuía panfletos com os dizeres: “Sem violência. Paz. Ajude-nos a proteger você”. O paradoxo do panfleto é o fato dele ter sido distribuído justamente no dia que a PM do Rio de Janeiro foi mais violenta. Conforme mencionado, o BOPE atuou junto com o “Caveirão”, as luzes da via foram apagadas para dificultar a identificação dos policiais, dentre outras violências perpetradas.

⁵³ É possível ainda ver os vídeos em: <<https://www.facebook.com/photo.php?v=212211325594653/>>, acesso em 21 dez. 2016; <<https://youtu.be/d9dbzVbGbsc/>>, acesso em 21 dez. 2016; <<https://youtu.be/S0UhwO3gu3M/>>, acesso em 21 dez. 2016; <<https://www.facebook.com/photo.php?v=610004079024558/>>, acesso em 21 dez. 2016.

Figura 22 – Panfleto distribuído pela PM no dia 20 de junho de 2013



Como não poderia ser diferente, o panfleto da PM menciona o termo “vandalizar”, em oposição ao também mencionado “pacífica”, tal como o jornal pesquisado e os discursos das autoridades constituídas.

A reportagem da página 6, da mesma sessão, também menciona os conflitos ocorridos no centro do Rio de Janeiro, cujo título é “Radicais espalham destruição no Centro”. Menciona que os “mais radicais” que tomaram conta dos protestos “pulverizaram suas ações”, e que o palco do “vandalismo” foi uma área da cidade onde fica o Comando Militar do Leste. Cita, também, que um prédio público foi pichado com a frase “Ditadura não!!!”. A palavra “vândalo” também foi utilizada mais duas vezes na reportagem para se referir aos manifestantes.

A página 7 tem duas reportagens. Uma traz uma declaração do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, do PT, contrária à do Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, do PMDB, de que haviam indícios de que uma facção criminosa aproveitaria os protestos para atacar prédios públicos.⁵⁴ A outra reportagem trata do desdobramento da prisão de várias pessoas que participaram do protesto da última segunda-feira.

Já na página 8, duas reportagens tratam das manifestações em Brasília, que culminaram com o ataque ao palácio do Itamaraty. Com o título “Vândalos atacam e depredam Itamaraty”, a reportagem relata a tentativa dos manifestantes de ocupar a Esplanada dos Ministérios e que

⁵⁴ Fato utilizado para justificar a presença do BOPE e do Caveirão nas ruas naquela noite.

foram proibidos de acessar o local por causa de bloqueios policiais, o que acirrou os ânimos. Informa que o contingente de policiais utilizado foi de 3.500 (três mil e quinhentos) homens, quase um quarto do efetivo da PM do Distrito Federal. Além dos policiais, a guarda presidencial também cercou o Palácio do Planalto, o Batalhão de Guarda do Exército e os Fuzileiros Navais foram acionados.

A página 9, com uma reportagem de página inteira, trata dos protestos na cidade de São Paulo. Sob o título “SP: partidos hostilizados em protesto pacífico”, a reportagem diz que o PT foi o partido mais atacado “em meio à comemoração pela suspensão de tarifa do transporte”. Destaca que além do PT, a ofensiva dos manifestantes era contra o PSOL, PSTU, PCO e “movimentos sociais como MST, CUT e UNE”, e que “objetos foram atirados contra o grupo ao longo de todo o percurso” e “bandeiras foram arrancadas dos militantes e destruídas”, o que denota claramente um perigoso viés totalitário de parte dos novos manifestantes que, ao que parece, absorveram a intenção dos veículos de mídia.

A reportagem ressalta ainda que um manifestante foi agredido e relata uma frase da vítima: “foi o PT quem me atacou”. De um modo geral, o texto realça o clima de hostilidade da maioria dos manifestantes contra aqueles que eram identificados como militantes partidários. Uma fala de um manifestante militante do PSOL é interessante: “O Estado é democrático e o espaço é de todos. O PSOL está nesses protestos desde o início”, em uma manifestação de contraposição aos que cerraram fileiras apenas quando as manifestações tomaram corpo e deram vazão a vários pleitos que estavam contidos na sociedade. A reportagem, de forma tímida, também registrou o êxito do Movimento Passe Livre na redução da tarifa de transporte e que isso levou muitos novatos para as manifestações.

A reportagem da página 10 trata da saída do MPL dos protestos e, dentre outras informações, traz um importante relato de uma manifestante, identificada como Fátima Sandalhel, que afirmava “(...) desde o protesto de segunda-feira, já sentíamos que a manifestação estava ganhando características conservadoras. A direita instrumentaliza pessoas que não têm informação, infelizmente. Estão organizados para expelir as organizações”.

E foi exatamente o que a pesquisa demonstrou, mormente a partir da data destacada pela manifestante, dia 17 de junho. Aqui é importante ressaltar, mais uma vez, que as análises das reportagens e dos editoriais permitiram demonstrar que o jornal pesquisado sempre adotou um viés negativo, uma cobertura com tom de reprovação, quando se referia aos manifestantes que eram identificados como militantes partidários, até mesmo quando as manifestações eram organizadas pelo MPL, e que nitidamente alterou o seu discurso quando novos atores começaram a participar das manifestações.

O que é importante na reportagem é a menção, pela primeira vez desde o início da cobertura das manifestações de junho de 2013, à presença dos grupos que se organizaram pela internet, como o Revoltados Online e Pátria Minha. O registro é importante, visto que alguns grupos que obtiveram maior visibilidade nos protestos de junho de 2013, além de outros que surgiram no rastro dos desdobramentos dos acontecimentos das Jornadas de Junho, foram para as ruas com massivo apoio da grande mídia e de partidos políticos com ideias liberais, neoliberais e conservadoras, nos anos de 2015 e 2016, e foram atores importantes na pressão de uma parcela da sociedade para a queda da presidente eleita Dilma Rousseff.

A página 11, por sua vez, traz reportagens sobre protestos em três capitais: Porto Alegre, Belém do Pará e Belo Horizonte. Já a página 12 informa sobre protestos na cidade de Recife, Salvador, Campinas, Piracicaba e Ribeirão Preto, onde foi registrada a morte de um estudante por atropelamento. De acordo com a reportagem, um motorista, inconformado com o bloqueio de uma via, lançou seu carro sobre os manifestantes, vindo a matar o estudante Marco Delefrate, de 18 anos de idade.

A página 13 enfatiza a opinião de cientistas políticos que criticavam o antipartidarismo que tomou conta das manifestações. Todos os analistas citados não vislumbravam uma saída democrática que não passasse pelas instituições estabelecidas, mas admitiam um distanciamento entre as ações dos políticos e os anseios da população. A página também tem uma reportagem que ressalta a condenação, por meio da internet, das ações que culminaram com danos ao Terreirão do Samba, no Rio de Janeiro, e contra o palácio do Itamaraty, em Brasília. A mesma reportagem enfatiza a crítica, também pelas redes sociais, à tentativa do presidente do PT de convocar a militância para ir também para as ruas reforçar as agendas da esquerda.

A página 14 já foca nos efeitos das manifestações pelo Brasil e, também, da vitória do pleito do MPL. Com o título “Quase 60 cidades já reduziram o preço da tarifa”, reporta que várias cidades espalhadas por todo o Brasil baixaram os valores dos transportes por conta da pressão exercida pelos movimentos das ruas.

O editorial, na página 22, trata do que intitula “Desdobramentos da mobilização”. Na análise, critica duramente o governo do PT, a quem acusa de ter um “poder de cooptação” quando se refere a sindicatos, partidos e organizações sociais, e também ao pleito do passe livre, que reputa, mais uma vez, de se tratar de uma “impossibilidade fiscal e aritmética”. Ao final, exorta que “é necessário não deixar dissipar a energia mobilizada em todas essas manifestações”, para que se possa fazer as reformas para a melhoria do quadro político e da administração pública.

A capa da edição do dia 22 de junho de 2013 repercute o discurso da Presidente da República,⁵⁵ realizado na véspera, em cadeia de rádio e televisão, que menciona a palavra vândalo/vandalismo em cinco oportunidades. Dá destaque, em letras garrafais, que a presidente propunha que se realizasse um pacto político e que chamaria os líderes dos protestos. Também há ênfase de que em seu discurso a presidente reforçou a condenação à violência e que não aceitava “vandalismo”, fazendo coro às ideias propaladas pelos veículos de mídia e, em especial, pelo jornal pesquisado. Aliás, em seu discurso, a chefe do executivo nacional, uma ex-integrante da luta armada contra o regime militar e tendo integrado organizações como o Comando da Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR Palmares), chama os manifestantes que praticam ação direta de arruaceiros, que as manifestações devem ocorrer dentro do primado da “lei e da ordem” e que:

o governo e a sociedade não podem aceitar que uma minoria violenta e autoritária destrua o patrimônio público e privado, ataque templos, incendeie carros, apedreje ônibus e tente levar o caos aos nossos principais centros urbanos. Essa violência, promovida por uma pequena minoria, não pode manchar um movimento pacífico e democrático. Não podemos conviver com essa violência que envergonha o Brasil. Todas as instituições e os órgãos da Segurança Pública têm o dever de coibir, dentro dos limites da lei, toda forma de violência e vandalismo.

É importante que se perceba que o discurso da presidente se alinha aos das demais autoridades e também desconsidera, de forma deliberada, o caráter político das ações diretas praticadas por manifestantes, que atacam prédios e danificam bens que representam os alvos contra os quais se insurgem. Também desconsidera as evidências trazidas por inúmeros veículos de mídia independente e pelas redes sociais, que mostram a violência praticada pelas forças policiais, muitas delas deflagradoras dos tais tumultos e violências, que são legitimadas quando justificadas na defesa da sociedade, da lei e da ordem.

Defender a sociedade se torna um princípio funcional comum à polícia, aos procuradores, aos magistrados instrutores e aos juízes. Os controles mútuos, os balanços, as indispensáveis divergências entre os diferentes elementos da instituição se esfumam em benefício de uma continuidade aceita, reivindicada. Do homem com capacete a matraquear àquele que julga em sua alma e consciência, todo mundo, em um movimento solidário, se entende a fim de desempenhar um mesmo papel. (FOUCAULT, 2012, p.134)

Voltando à capa, a foto central mostra uma barreira de policiais impedindo que manifestantes tivessem acesso à rua onde morava o Governador do Rio de Janeiro, Sérgio

⁵⁵ Disponível no anexo C deste trabalho.

Cabral Filho,⁵⁶ no bairro nobre do Leblon, zona sul do Rio. O texto ainda fala de protestos em outros bairros da cidade, como Barra da Tijuca, e também em municípios da região metropolitana, que chegaram até a interditar o tráfego na Via Dutra, importante rodovia que liga os estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Em chamada para o editorial intitulado “Passou dos Limites”, o jornal se posiciona: “pensar em alguma tramitação ao largo dos partidos é enveredar por atalhos golpistas”, como se através dos partidos e do poder instituído golpes não pudessem ser praticados.

Abaixo da foto maior, sob o título “Procura-se”, o jornal publica a foto de quatro manifestantes que estariam sendo procurados pela polícia, digna dos antigos filmes americanos de faroeste. O texto diz: “Com arruaça e violência, vândalos transformaram protestos pacíficos, convocados pelas redes sociais, em batalhas nas ruas das principais capitais do país”.

A capa noticia também que o secretário estadual de segurança pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, ameaça utilizar as Forças Armadas contra os “vândalos”. Outra notícia importante é a de que o Movimento Passe Livre deixava as ruas.

A página 3 é toda dedicada ao comentário do discurso da Presidente Dilma. No meio do texto há uma opinião formal do jornal, na qual há uma manifestação positiva ao discurso da mandatária. Na opinião do periódico pesquisado, a presidente fez uma “correta distinção entre vândalos e manifestantes”, seguindo o próprio discurso do jornal e de outras autoridades.

A página 4 traz reportagens sobre a preocupação das autoridades com a possibilidade das manifestações se estenderem até o fim do mês de julho, quando teria início a Jornada Mundial da Juventude, evento da religião católica que reuniria fieis de todo o mundo e que contaria com a presença do Papa. A coluna da página, assinada pelo jornalista Merval Pereira, com as costumeiras críticas aos partidos de esquerda, em especial ao Partido dos Trabalhadores, qualifica como positivo o discurso da Presidente Dilma Roussef, principalmente quando foi “firme na condenação dos arruaceiros”.

A página 6 relata manifestações que ocorreram em diferentes pontos da cidade do Rio de Janeiro. Destaca que em Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Ipanema foram registradas passeatas. O texto principal da página realça que as manifestações em Jacarepaguá “tiveram cenas de militância pacífica e de vandalismo”, quando um “bando” quebrou vidros e danificou carros de uma concessionária de automóveis, e que a maioria dos “vândalos” usavam mochilas e camisas

⁵⁶ Sérgio Cabral Filho, hoje ex-governador do Rio de Janeiro, foi preso no final do ano de 2016 acusado da prática de vários atos ilícitos quando ocupava o posto de mandatário do executivo fluminense, dentre eles, o que mais avulta é a acusação de corrupção passiva e a formação de quadrilha. Até a data da defesa da presente dissertação, em maio de 2017, o ex-governador continuava preso.

para esconderem os seus rostos. Outra reportagem, no pé da página, retrata a manifestação nos bairros do Leblon e Ipanema, em especial nas imediações da residência do governador, que frisou que não toleraria excessos, de vândalos ou de policiais.

NA página 8 mostra no centro um infográfico intitulado “o rastro de destruição”, com um desenho da avenida Presidente Vargas, desde a igreja da Candelária até o prédio da Prefeitura do Rio de Janeiro, e todos os pontos de depredação. Ao todo, o gráfico aponta quarenta e três pontos de depredação, sendo que treze eram indicações de danos em agências bancárias, oito em prédios de órgãos públicos, dois em estabelecimentos comerciais, onze em pontos de parada de ônibus, e outras indicações de pichações em monumentos e danos a bancas de jornais.

A chamada da reportagem principal da página retoma uma chamada da página inicial, que enfatiza que o secretário de segurança do Rio de Janeiro “não descarta a ação do exército”. Ao comentar o que denominou de “ação de vândalos”, o secretário José Mariano Beltrame aproveita para defender a desastrada ação da polícia, ao dizer que “demonizar a polícia só favorece os vândalos” e que seria necessário repensar a ideia de que os “vândalos” seriam uma minoria. Segundo o secretário:

Minoria não produziria o que se viu hoje (ontem) na cidade. Temos imagens e uma série de fotografias, mas precisamos catalogar e trabalhar para buscar a materialidade para as prisões. Há que se prender mais pessoas, mas temos que cumprir os requisitos necessários. (grifos nossos)

Sobre o absurdo da possibilidade de uso das Forças Armadas no contexto das manifestações e a corriqueira e indiscriminada atuação do exército como força policial, Augusto (2013, p.34) alerta que a atuação externa das Forças Armadas como braço do Estado e a contenção interna que deveria ser realizada pela polícia “tornou-se cada vez mais dissolvida”, visto que “o exército é regularmente convocado para intervir em questões internas como agente de segurança pública”, expandindo, assim, o controle dos corpos da população.

A imagem que colamos abaixo mostra a magnitude da manifestação na avenida Presidente Vargas no dia 20 de junho e tem o condão de comprovar a impropriedade da fala do secretário Beltrame, reproduzida acima. Há quem diga que havia mais de um milhão de pessoas nas ruas. Se a maioria daqueles que lá estiveram se pusessem a praticar ações violentas, certamente teríamos muito mais do que quarenta e poucos pontos de “destruição”.

Figura 23 – Passeata do dia 10 de junho de 2013 na Avenida Presidente Vargas/Rio de Janeiro



Fonte: acervo *O Globo*

Ao todo, a página 8 cita a palavra “vândalo” em oito oportunidades, e mostra, ainda, duas pequenas reportagens laterais. Uma na qual a Fundação Getúlio Vargas estima, sem detalhar os números, que o prejuízo na cidade seria de mais de cem milhões de reais e outra, bem menor e no fim da página, que traz a opinião de especialistas em segurança pública reprovando a ação da polícia nas manifestações do dia anterior.

As páginas 10 e 12 também mencionam as manifestações que ocorreram, além das capitais, em outras cidades menores. Há registros impressionantes de que 438 (quatrocentos e trinta e oito) municípios brasileiros apresentaram manifestações no dia 21 de junho.

A página 14 pode ser considerada a mais emblemática na construção metódica do sujeito perigoso “vândalo” pelo jornal pesquisado. A ordem e a disposição dos textos, bem como as nove imagens espalhadas pela página, com 11 (onze) menções à expressão “vandalismo”, “arruaceiros” e outras palavras correlatas, comprovam a manifesta intenção do jornal em criminalizar aquele que vem sendo denominado de “vândalo” desde o início dos protestos e também os militantes dos partidos de esquerda. Mais uma vez não se verifica nenhuma linha que atribua qualquer sentido político a essas ações, mesmo que seja para analisar ou discordar delas. Também não há qualquer suposta relação das ações da PM com os atos reportados como de vandalismo. Há sim o manifesto interesse de “incutir o medo dos inimigos”. (CHOMSKY, 2013, p.44)

Figura 24 – Página14 do jornal



Fonte: acervo *O Globo*

A página 16 foi totalmente destinada a repercutir os atos na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e a tentativa de invasão do prédio do Ministério das Relações Exteriores (MRE). A reportagem principal destaca os atos praticados contra o prédio do MRE, e aproveita para evidenciar que “dois rapazes, um de camisa vermelha”, “golpeiam uma das janelas de vidro da entrada (...)”, em um manifesto movimento de associar os atos que resultaram em “60 janelas quebradas” e também “destruiu 13 placas sinalizadoras, quebrou 15 holofotes”, a partidos de esquerda.

Na página 18, há destaque para a reportagem que informava a saída do MPL-SP da organização dos atos em São Paulo. Após ato no dia 21 de junho, o movimento emitiu nota que exaltava a vitória do movimento, que resultou na revogação do aumento das tarifas de transporte urbano. A nota também repudiava a violência praticada por grupos que se diziam “apartidários” contra os militantes partidários, além das várias pautas conservadoras que tomaram as ruas. A reportagem também cita algumas falas de representantes do MPL-SP, de que o movimento não deveria mais convocar manifestações, “levando em conta algumas pautas conservadoras que foram levantadas como a redução da maioria penal”. Há também a reprodução de uma colocação de uma liderança do Bloco de Luta pelo Transporte Público, de Porto Alegre, de crítica pela saída do MPL-SP da organização dos atos em São Paulo. Para Matheus Gomes, o movimento havia conseguido uma importante autoridade conquistada nas ruas e que deveria utilizar dessa autoridade para “combater fortemente a direita nas manifestações, os grupos

neonazistas que estão atacando os partidos (...)” e que estaria “abdicando de disputar o movimento de massas (...)”.

No artigo de opinião do jornal, publicado na página 26, intitulado “Ultrapassou os limites”, o jornal expressa que “limites legais e políticos foram ultrapassados” e que as manifestações dos “vândalos” estariam sem controle. Critica a horizontalidade dos movimentos, pois entende que “na hora em que foi necessário um comando para evitar as manipulações das manifestações por outros interesses”, não havia uma figura central, uma liderança a quem recorrer. Outra ponderação, realizada pelo texto, é a de que seria “ilusória” a ideia de que haveria possibilidade de “atingir objetivos políticos à margem dos partidos”. A afirmação se mostra claramente em contradição com as reportagens do jornal, durante toda a cobertura das Jornadas de Junho, tendo em vista que realizou, de maneira direta ou indireta, críticas duras à participação da militância dos partidos políticos nas manifestações, conforme pôde ser verificado com essa pesquisa. Ao final, o artigo dizia que era preciso proteger os movimentos da ação dos vândalos e que as ruas “são apenas uma parte dos processos de mobilização política. Uma etapa que se esgota, como a atual se esgotou”.

Na mesma página 26, a escritora Rosiska Darcy de Oliveira também escreve sobre os movimentos de rua e não deixa de exortar que “gente encapuzada, bestas-feras que agredem o patrimônio público”, devem ser investigadas e punidas. Tal como a escritora, o também articulista Zuenir Ventura dedica sua coluna às Jornadas de Junho e não se esquece dos sujeitos perigosos ao dizer que “não adianta mais alegar que esses marginais predadores constituem uma minoria, porque é uma minoria disposta a só produzir estragos”. (grifos nossos) Insistem na miopia de que esses contestadores que extrapolam os limites impostos pela governamentalidade são meros arruaceiros e “rebeldes sem causa”. Para os articulistas o crime de dano ao patrimônio é uma infâmia inominável.

Essa edição foi a que mais investiu contra a figura do que foi definido como o vândalo, o arruaceiro, o baderneiro. Coimbra (2001, p.58) chama a atenção desse fenômeno, que pode ser observado em várias outras situações, da produção de bandidos e vilões. A autora enfatiza que:

Da mesma forma que se construíram perigosos “inimigos da pátria” nos anos 60 e 70, em nosso país – e em muitos momentos da história da humanidade, foram sendo concebidos por diferentes equipamentos sociais os perniciosos, os indesejáveis – também hoje, principalmente via meios de comunicação de massa, estão se produzindo novos inimigos internos (...).

As formas que a mídia produz o real, verdades, fantasias, falas autorizadas, história e memória também atravessam os temas sobre violência quando estão sendo marcados

e identificados, por esses mesmos meios de comunicação, os “suspeitos”, os “enfermos”, os “discrimináveis”, os “perigosos”, os “infames”. (grifos nossos)

A edição de domingo, dia 23 de junho, focou no tema da desilusão da juventude. Logo na capa, em letras garrafais, o título “Juventude desiludida” trata do descrédito dos partidos políticos que não mais conseguiriam responder aos anseios da sociedade, sobretudo dos jovens. Mas como não poderia deixar de ser, o subtítulo diz que o “vandalismo desafia o futuro das manifestações”. A questão da precariedade do transporte público e os seus desdobramentos na situação urbana das grandes cidades, toda a violência que daí decorre, e que foi o elemento deflagrador de todo o movimento, não é mencionada na capa do jornal.

Seguindo na análise dessa edição, tanto as páginas 3, quanto a 4 e a 5 tratam do assunto destacado na capa, de uma suposta desilusão dos jovens com a classe política estabelecida. Para isso, na página 3, uma reportagem cita o número de eleitores que se abstiveram de votar nas últimas eleições: “Tem aumentado a cada eleição o número de pessoas que prefere não ir às urnas, vota em branco ou anula o voto. Foram 37 milhões na eleição municipal do ano passado (2012). É quase um terço do eleitorado de 141 milhões de brasileiros”.

A reportagem da página 4 trata da reação dos partidos ao antipartidarismo das manifestações, notadamente após o dia 17 de junho. Cita vários parlamentares e políticos, dentre eles Ivan Valente, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, que via no antipartidarismo um perigoso combustível para a direita.

Digno de nota, como sempre, é o texto do colunista Merval Pereira, também na página 4, que tecia duras críticas ao MPL-SP, a quem chamou de “organização política ligada a movimentos de esquerda radical” que defende uma “pauta esquerdista”. O texto do colunista critica centralmente a decisão do MPL-SP de sair das ruas após várias pautas conservadoras se juntarem aos atos convocados pelo movimento. O texto não menciona em nenhum momento a relevância do que chama de “pautas esquerdistas”, como é a questão em torno da melhora no transporte público e também não menciona a grande vitória que obteve o MPL-SP com a redução das tarifas em várias capitais do país. É notória a má-vontade do articulista, bem como de todo o jornal, como vem sendo colocado em análise por essa pesquisa, com o que denominam amplamente de “esquerda” e todas as suas pautas. O texto lembra que foi o MPL-SP o responsável por retirar do confinamento, mesmo sem desejar isso, as diversas pautas que se seguiram à questão da precariedade do transporte público. Para fechar, como poderia se esperar, o artigo faz clara ligação do MPL-SP com o “vandalismo”, sem querer enxergar, mais uma vez, o claro conteúdo político das ações praticadas por parte dos manifestantes.

A página 6 é totalmente dedicada à análise dos movimentos por intelectuais. Todos, em uníssono, entendem que a solução não pode passar ao largo da representação político-partidária. De todas as opiniões, salta aos olhos a do sociólogo Ignácio Cano, professor da UERJ, que sustenta o uso da Força Nacional de Segurança, desde que para defender as vidraças de “lugares emblemáticos”, como o palácio do Itamaraty. O sociólogo vai além ao endossar a opinião comum de que “uma minoria provoca a violência” nos protestos.

A página 8 apresenta respostas de várias pessoas para duas perguntas formuladas pelo jornal: qual seria o futuro do movimento e se conter a violência é o principal desafio? Apesar de várias respostas de juízes, historiadores, cientistas políticos, que caem na vala comum e condenam a “violência praticada por uma minoria”, destaca-se a resposta de Mayara Vivian, do MPL-SP, que captando a verdadeira intenção das perguntas, principalmente da segunda, que trata da violência, assim respondeu: “(...) As pessoas querem criar o maniqueísmo do bonzinho e do malvado, do vândalo e do ordeiro”. A intenção desta técnica é incutir modos de vida, no caso, modos de se manifestar. A governamentalidade não tolera “pontos fora da curva”, exalta os sujeitos do rebanho e exorta ao controle daqueles que não se enquadram no padrão estabelecido. O que pôde ser percebido pelas análises desta pesquisa foi o jornal como um potente produtor dessas subjetividades, sempre incriminando os manifestantes que não se comportavam como se estivessem em uma procissão, comportamento este que sempre foi estimulado e produzido.

A página 9 tem uma pequena reportagem cujo título é maior do que o próprio texto. Reporta que uma concessionária de veículos teve “45 veículos depredados por vândalos”. As páginas 11, 12 e 13 também fazem menção aos protestos com reportagens com temas variados. A página 14 é toda destinada à repercussão da “depredação do Itamaraty”, e realça que os moradores de Brasília ficaram de “baixo astral” com os “danos a um patrimônio brasileiro”.

A edição do dia 24 de junho tem como manchete principal a reação do governo federal à série de protestos. Anuncia que a presidente discute um plano de ação com governadores e que deverão ser anunciadas medidas na área da saúde. Sem ter destaque, o pequeno texto abaixo da manchete principal informa que no dia anterior houve manifestações em mais de vinte cidades e que as pautas se diversificaram ainda mais. Não houve qualquer menção à questão da violência e nem o uso das expressões vândalo/vandalismo.

A página 3 da edição realça uma reunião convocada pela Presidente da República com os governadores e prefeitos das capitais que, segundo o jornal, teria o objetivo de traçar uma linha de ação conjunta para melhorar os serviços públicos. A reportagem de página inteira traz

várias propostas e questões que seriam discutidas no encontro, como a melhoria na mobilidade urbana, combate à corrupção, transparência nas contas públicas, reforma política etc.

Na página 4 uma reportagem destaca que os protestos que ocorreram em mais de 20 cidades foram pacíficos. O corpo da reportagem relata que no Ceará “uma minoria de vândalos” pichou carros de emissoras de televisão. A página também tem outras reportagens sobre protestos na cidade japonesa de Tóquio, e na Bahia, onde a OAB acusa a polícia de agressão a manifestantes “que protestavam pacificamente”. Também menciona que a polícia de Minas Gerais já identificou outros “30 suspeitos de vandalismo na cidade” e transcreve uma nota da PM do estado que diz:

A Polícia Militar não vai permitir que um bando de vândalos se aproveite do ambiente criado por momentos de grandes aglomerações populares para cometer ações criminosas que são repudiadas por todos os cidadãos de bem, como depredações de patrimônios públicos e privados, saques, arremessos de pedras e bombas caseiras. (grifos nossos)

Augusto (2013, p.92), ao tecer comentários sobre o poder disciplinar em Foucault, nos alerta sobre essa produção de ilegalismos, que fabrica “tanto o indivíduo normal como o anormal”, e como a fabricação do indivíduo tido como normal, se presta a engendrar a “fabricação dos delinquentes” a serem devidamente controlados, tal como ocorre nas diversas abordagens discursivas do jornal e nas falas ali reportadas, que vão desde respeitados intelectuais até os representantes dos poderes constituídos a respeito dos manifestantes tidos como baderneiros, arruaceiros e vândalos. Sobre os intelectuais, relevante é o alerta de Augusto (2015, p.154-159) ao ressaltar o absurdo daqueles que “escudados no cientificismo atestado por certificações universitárias, exercitam seus autoritarismos sob o discurso das liberdades democráticas e do Estado de direito”, e que “as vozes progressistas, ou identificadas com o campo da esquerda, mostraram-se conservadoras quando se tratou de julgar as ações do que a imprensa nomeou como minoria de vândalos no protestos” como, por exemplo, o fato da professora da USP e importante filósofa Marilena Chaui acusar os praticantes da tática *black-bloc* de serem fascistas.⁵⁷

A página 5 traz uma reportagem que informa que a justiça negou a prisão de pessoas detidas por vandalismo. O texto menciona a expressão “vandalismo” em quatro oportunidades. Tanto o juiz do plantão judiciário do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro quanto o

⁵⁷ Editorial do jornal *Folha de S.Paulo* cita as críticas da filósofa aos *black-blocs* em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/126068-black-blocs-agem-com-inspiracao-fascista-diz-filosofa-a-pms-do-rio.shtml/>>. Acesso em 28 abr. 2017.

representante do Ministério Público entenderam que o inquérito que acusava especificamente uma pessoa acusada de lesão corporal, ameaça, dano ao patrimônio, incitação ao crime e formação de quadrilha, não trazia provas que garantiriam que o acusado teria cometido esses crimes.

Com a análise das páginas 6 e 7, todas da sessão “País”, pôde-se comprovar o fato alertado pelos dirigentes do MPL-SP de que movimentos “reacionários de direita” teriam se apropriado dos movimentos que foram iniciados pelo MPL-SP. Pelas reportagens, que tratam de protestos ocorridos no domingo no Rio de Janeiro e São Paulo, tem-se notícia de que movimentos como “União Contra a Corrupção”, “Mexeu com o Brasil, Mexeu Comigo”, “Pátria Minha”, “Ordem e Progresso” e “Revoltados Online”, agora organizavam os protestos nessas cidades, com bandeiras, pleitos, cânticos e estéticas distintas daquelas do início dos protestos.

A capa da edição do dia 25 de junho repercutiu a reunião convocada pela presidente da república com os governadores e os prefeitos das capitais e a sua proposta da realização de um plebiscito para aprovação da instalação de uma constituinte específica para tratar da reforma política, tema esse tratado também nas páginas 3, 4, 6 e 8. Especificamente sobre protestos, a capa do jornal noticia a morte de duas manifestantes por atropelamento, em Goiás.

Somente na página 11 é que se mudou o teor das reportagens. Uma tratava de uma reunião do MPL-SP com a Presidente Dilma Rousseff. Os representantes do movimento declararam ao jornal que a presidência estava completamente despreparada para a discussão da questão do transporte e que a questão da tarifa zero foi considerada inviável. Ao final do texto, o periódico mais uma vez faz questão de vincular o MPL-SP aos partidos de esquerda ao noticiar que o movimento participaria de atos nas periferias da cidade de São Paulo com o “objetivo de deixar claras as bandeiras de esquerda”.

Outra reportagem da página retratava declarações do ex-ministro da justiça do Governo Fernando Henrique Cardoso, o jurista José Carlos Dias, à época membro da Comissão Nacional da Verdade,⁵⁸ reconhecendo a possibilidade de movimentos de direita terem se apropriado das manifestações.

Na página 12, uma grande reportagem tratava de manifestações ocorridas em várias partes do país. Ao retratar a manifestação ocorrida em Cubatão, São Paulo, que fechou uma rodovia importante de acesso ao porto de Santos, o jornal informava que dois homens foram

⁵⁸ Segundo seu *site*, a Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012 e tinha por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Mais informações em: www.cnv.gov.br. Acesso em 21 fev. 2017.

acusados de cometer atos de vandalismo, sem qualquer detalhamento sobre qual foi o ato e contra o quê foi praticado. O texto ressaltava ainda que em Brasília, “passageiros atearam fogo e depredaram vários ônibus”, e em Porto Alegre um “agrupamento de vândalos promoveram quebra-quebra” e que a tropa de choque gaúcha teve que “entrar em ação para dispersar os vândalos”. Ao todo, o texto utiliza as expressões “vândalo”, “baderneiros” e “arruaceiros” em sete oportunidades.

A página 13 informa, em letras grandes, que “a justiça do Rio decreta prisão de 10 vândalos”. Sob essa manchete, o texto da reportagem informava que a justiça fluminense decretou a prisão preventiva de dez pessoas acusadas de atos de vandalismo. O texto trazia a fala de um delegado de polícia que declarava que os atos de vandalismo praticados na Barra da Tijuca foram ordenados por traficantes da comunidade da Cidade de Deus, na Zona Oeste da cidade. A reportagem descrevia ainda que, segundo informações da Polícia Civil, pelo menos cinco grupos vêm cometendo atos de vandalismo se aproveitando de manifestações pacíficas. A reportagem, então, aliada à fala de um representante da polícia, coloca na mesma categoria de arruaceiros e oportunistas, sem qualquer contextualização ou outra consideração que os possa diferenciar, os anarquistas, militantes de partidos políticos mais radicais, “brigões” de torcidas organizadas, neonazistas e bandidos de facções criminosas.

Augusto (2015, p.156), comenta a não adesão dos anarquistas aos modelos pré-determinados para uma manifestação, e a crítica que sofrem seus adeptos, quando diz que:

Nessa crítica romântica aos anarquistas, há uma negligência da potência da resistência que habita o gesto de recusa. A tática black-bloc é a expressão de uma forma de recusa, em ação, da tese de que todos estão hipnotizados pela sobredeterminação ideológica. Expressa a força das minorias que impedem que as manifestações e os protestos democráticos se transformem em espetáculo de deslocamento pastoral, irritando inclusive os chamados manifestantes pacíficos.

A página 14 reporta os protestos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro na noite anterior. Faz questão de frisar que as passeatas ocorridas no centro do Rio foram pacíficas e que, “temendo atos de vandalismo”, muitos escritórios e repartições públicas encerraram os expedientes mais cedo. O texto também realça que o batalhão de choque foi chamado para “conter os vândalos” no bairro de Bonsucesso, e que a polícia jogou bombas em “baderneiros” na região próxima à favela da Maré, no mesmo bairro.

Na mesma página, uma pequena reportagem relata que a comunidade acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), divulgou uma moção⁵⁹ “repudiando a violência

⁵⁹ Moção disponível no anexo D desta dissertação.

generalizada e descontrolada” por parte de policiais contra estudantes que tiveram que buscar abrigo em dependências da UFRJ, no centro da cidade, no prédio da Faculdade Nacional de Direito e no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), durante as manifestações do dia 20 de junho. Aliás, a atuação da polícia nessa fatídica data nos permite concordar com a afirmação de que, “a polícia não é um efeito colateral do cuidado, da prevenção, da proteção e da segurança. Ela é a expressão e tradução literal das práticas de governo, dissimuladas até mesmo como ‘arma de efeito moral’”. (NU-SOL, 2013, Flecheira Libertária nº 299)

As páginas 20 e 21 contemplam a sessão de opinião do jornal. Os editoriais falam dos protestos de maneira indireta, com o periódico opinando contra a proposta da constituinte exclusiva elaborada pela Presidência da República e também traçando um paralelo raso entre as manifestações no Brasil e na Turquia. Curiosamente, dessa vez, não falam em vandalismo. Entretanto, a tarefa de realçar a questão da violência dos “vândalos” e a exortação da penalização ficou para dois colunistas. Luiz Garcia, experiente jornalista, começa seu texto avaliando como tendo sido de “bom senso” a saída do MPL-SP dos protestos para que não fossem confundidos com os grupos de direita que foram às ruas. Mais abaixo, diz que “uma caminhada pacífica foi tumultuada por radicais” que tentaram invadir a Prefeitura do Rio de Janeiro, “entre outros atos de violência gratuita contra prédios públicos”. Ao final, a apoteose do texto, que ainda diz que os “baderneiros são tão numerosos quanto ferozes”, ao pontuar que as manifestações que descambam para atos violentos seriam “manifestações terroristas”. (GARCIA, 2013, p.21) Nenhum jornalista, articulista, cientista social ou qualquer outro ator que acompanhou e analisou os movimentos de junho de 2013 ousou chegar a tanto – comparar as manifestações e os atos de violência contra alvos claramente simbólicos a atos terroristas.⁶⁰

Seguindo a mesma toada, outro artigo de opinião, do economista liberal Rodrigo Constantino, em uma leitura bem peculiar dos protestos, chega a dizer que “há grupos radicais de esquerda tentando se apropriar dos protestos”.⁶¹ Em sua análise, faz críticas aos partidos e movimentos de esquerda ao dizer que “é só isso o que eles sempre fizeram, incitar as massas e criar baderna”. Além disso, estimula que “separar o joio do trigo é fundamental”, seguindo naquela cantilena adotada pelo jornal de divisão dos manifestantes entre pacíficos e vândalos. Ao avaliar que há um clima “anárquico” nas manifestações, o articulista crava que “manter a ordem é fundamental” (CONSTANTINO, 2013, p.21), discurso uníssono da grande mídia e

⁶⁰ Por isso é importante a análise da tramitação PL 2016/2015, e a sua consequente aprovação na lei 13.260/2016, que tipifica o crime de terrorismo.

⁶¹ A afirmação chega a ser curiosa, pois o MPL-SP sai das manifestações justamente por conta dos movimentos conservadores terem se aproveitado das manifestações para divulgar suas pautas.

endossado pelas autoridades de segurança pública e pelos chefes de governo de todas as esferas federativas.

A edição do dia 26 de junho noticia que a Câmara dos Deputados derrubara a PEC 37, proposta de emenda constitucional que retiraria os poderes de investigação do Ministério Público, e que a presidente havia recuado da proposta da reforma política através de uma constituinte exclusiva. Mas abaixo da primeira página, o jornal noticia que “Rocinha e Vidigal vão ao Leblon e voltam em paz”, enfatizando a ideia da violência dos protestos mesmo quando não houve qualquer evento violento a ser registrado.

As páginas 3, 4, 5, 6, 7 e 8 repercutem negativamente a proposta da constituinte exclusiva para reforma política, que chegou a ser classificada como “golpe de Estado” pelo então Senador Francisco Dornelles, do Partido Progressista do Rio de Janeiro. As páginas 9, 10 e 11 também tratam dos inúmeros pleitos realizados nas manifestações e os desdobramentos na esfera política nacional.

Só na página 12 é que se tratou das manifestações ocorridas no dia anterior. A reportagem principal fala da preparação da PM de Minas Gerais para uma “operação de guerra contra atos em Belo Horizonte”, tudo por causa da realização do jogo envolvendo as seleções de Brasil e Uruguai pela Copa das Confederações. Ao todo, estimou-se que mais de 7.000 (sete mil) agentes de segurança, entre policiais, integrantes da Força Nacional de Segurança e do Exército, estavam envolvidos no esquema de policiamento. Outras reportagens menores também noticiavam que manifestações fecharam duas importantes rodovias, a Presidente Dutra, que liga o Rio de Janeiro à São Paulo, e a BR-251, em Goiás.

Na página 13, destaque para a foto de uma grande assembleia realizada em frente ao IFCS, no Largo de São Francisco. No título da reportagem, o jornal destaca que um grupo pacífico seguiu da Rocinha até o Leblon, repetindo os sentidos da capa do jornal. Na mesma reportagem, há um realce para uma manifestação ocorrida em Niterói que seguiu do centro da cidade até a saída da ponte Rio-Niterói. A reportagem enfatiza que “apesar do ato ter seguido tranquilo, grupos de mascarados tentaram tumultuar o protesto, dando pontapés e murros em porta de lojas fechadas, além de lançarem bombas tipo “cabeças de negro”.

A reportagem do final da página 13 informa que a Polícia Civil do Rio de Janeiro já possui um relatório reservado sobre a atuação de vândalos. A reportagem ainda cita que dos oito pedidos de prisão realizados, apenas um foi deferido pelo juiz de plantão e que o próprio Ministério Público discordara da prisão dos “vândalos”. O jornalista autor do texto, de forma pouco usual para uma reportagem, contesta a decisão judicial e cita que a lei 7960/89, que trata da prisão temporária, e prevê a prisão de indivíduos não devidamente identificados. Esta

opinião já foi formulada pelo jornal em editorial mencionado nesse trabalho, dizendo que seriam necessárias mais prisões “para averiguação”. Não custa lembrar que com a Constituição de 1988 a prisão passa a ser uma medida de exceção, comando esse que infelizmente ainda não é obedecido pelas forças policiais e também pelo poder judiciário no Brasil. O final do texto diz que o disque-denúncia do Rio de Janeiro estava recebendo informações sobre vândalos, e que já havia 107 (cento e sete) denúncias “sobre ações de vandalismo, sendo 22 (vinte e duas) sobre infiltração de traficantes”, e uma cita a participação de um grupo “denominado União Punk Independente” nas ações violentas. Repare que, mais uma vez são colocados sob o manto semântico da palavra “vandalismo” os punks e traficantes.

A edição do dia 27 de junho ainda menciona, com destaque, em sua capa, os desdobramentos na esfera política dos protestos. Com o título “Sob pressão, Senado torna corrupção crime hediondo”,⁶² a Casa inclui no rol dos crimes hediondos a concussão, a corrupção passiva e a corrupção ativa. Também noticia com menor destaque que em Belo Horizonte uma passeata levava 50.000 (cinquenta mil) pessoas às ruas, mas que “um grupo de baderneiros entrou em confronto com a PM e atacou carros e lojas”, seguindo, mais uma vez, o itinerário já ressaltado por Dupuis-Déri (2014) de desconexão das ações violentas ao conteúdo político.

As páginas 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, todas da sessão “País”, tratam das possíveis respostas estatais a partir das inúmeras demandas surgidas das ruas. Repercutem a aprovação, pelo Senado do projeto de lei que tornou crime hediondo a corrupção, o fim do voto secreto nas votações de cassação de parlamentares, a morosidade do Poder Judiciário no julgamento de crimes contra a administração pública, a rejeição da proposta de emenda constitucional 37 etc.

Somente na página 11 é que o jornal, sempre atento às possibilidades de exploração discursiva, vai utilizar a palavra “vândalo”, agora associando os atos de vandalismo a grupos neonazistas. Com o título “Polícia acha bandeira com suástica em caça a vândalo”, a reportagem trata da busca na casa do acusado Arthur dos Anjos Nunes, que não fora encontrado. Ao lado, outra reportagem informa que um fotógrafo fora agredido gratuitamente por um grupo que atirava pedras contra um coletivo, associando sutilmente um ato de violência fútil ao que o jornal tratou de chamar de manifestantes violentos.

⁶² Trata-se do projeto de lei 204/2011, que tramitava no Senado Federal desde 2011, e que subitamente, no dia 26/06/2013, teve retomada sua discussão, tendo sido aprovado no mesmo dia, com uma velocidade sem igual para o processo legislativo. No dia 04/07/2013 o PL foi remetido à Câmara dos Deputados, onde jaz até hoje. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/100037/>>. Acesso em 3 de mar. 2017.

A página 12 repercute as manifestações destacadas na capa da edição, ocorridas em Belo Horizonte. A grande manifestação, nos arredores do estádio do Mineirão, que recebera jogo da Copa das Confederações, terminou em violência. O título da reportagem dizia que “Vândalos provocam destruição em Minas”, e que um grupo aproveitou “marcha pacífica” para atacar a PM e incendiar carros e comércios. Era óbvio para qualquer leigo que a manifestação daquele dia iria descambar em violência, tendo em vista as declarações do comandante da PM mineira, relatadas no jornal pesquisado no dia anterior aos protestos, de que estariam preparados para uma guerra. Some-se a isso o fato de mais de 7.000 (sete mil) agentes de segurança estarem mobilizados, tudo por causa do jogo da Copa das Confederações, no estádio do Mineirão. A reportagem cita a palavra “vândalo” em seis oportunidades.

Figura 25 – Belo Horizonte, dia 26 de junho de 2013



Foto: Vitor R. Caiva
Fonte: acervo *O Globo*

A mesma página ainda noticiou protestos realizados em São Paulo, Recife, Olinda e em Palmas, no estado do Tocantins. Também foram noticiados protestos em Brasília, onde foi reportado que “um grupo de vândalos” atacou a PM, a qual revidou com jatos de *spray* de pimenta.

Já com as manifestações perdendo um pouco da sua magnitude inicial, a capa do dia 28 de junho ainda menciona protestos ocorridos pelo país. A foto que ilustra a chamada é de uma manifestação na avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, com a estimativa de 5.000 (cinco mil) presentes contra a corrupção e a violência policial.

A página 3 retrata as manifestações que ocorreram em várias partes do país. Há um realce para a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE,) e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) que, de acordo com o jornal, “resolveram mostrar a cara duas semanas após o início da onda de manifestações”, em uma clara crítica às entidades acusadas

de estarem cooptadas pelo Governo Federal e por partidos políticos de esquerda alinhadas ao governo.

Logo abaixo, na mesma página, reportagem intitulada “Manifestação pacífica ocupa centro do Rio”, faz questão de destacar que os manifestantes militantes políticos e membros de organizações sindicais puderam se manifestar sem que fossem hostilizados. Ainda assim, sem qualquer necessidade, o texto retoma o discurso do sujeito perigoso ao mencionar que as imediações da ALERJ foram palco de confrontos entre “vândalos e a PM”.

A página 4 também tem uma grande reportagem destacando a prisão de 84 (oitenta e quatro) manifestantes acusados de vandalismo. O curioso, como ocorrera em Belo Horizonte, onde a polícia reagiu com violência contra os manifestantes, é que a manifestação ocorrida em Fortaleza se deu nos arredores do estádio de futebol Castelão, onde estava acontecendo o jogo válido pela Copa das Confederações entre Espanha e Itália. A confusão, segundo a reportagem, começou quando a passeata se deparou com uma barreira da PM do Ceará, postada a uma distância de 3 (três) quilômetros de onde a partida estava sendo realizada. A reportagem também noticia que pequenas passeatas foram realizadas em Salvador e Maceió.

Enquanto a página 6 trata dos prejuízos dos comerciantes que tiveram que baixar as portas dos estabelecimentos nos dias de protesto, a página 9 retoma a crítica às entidades como UNE e UBES, com reportagem sob o título “UNE e UBES mostram a cara, enfim, em ato próprio”, enfatizando que as entidades não estiveram oficialmente em nenhum dos atos anteriores. Já a página 10 fala das seis pessoas mortas em decorrência de atropelamentos, queda de viaduto e até em decorrência de reações aos gases das bombas atiradas pela PM.

As páginas 11, ainda na sessão “País”, e 16, inaugurando a sessão “Rio”, falam da instalação de possíveis Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), para investigação sobre a atuação das empresas de ônibus nas duas grandes cidades.

O texto do jornalista Luiz Garcia, na página 23, analisa as atitudes e propostas da Presidente Dilma Roussef após o recrudescimento das manifestações. No meio do texto, mais uma vez faz questão de ressaltar que “a ação de baderneiros produziu manifestações de cidadãos honestos que ganharam as ruas”, enfatizando a produção de sentidos trabalhada incansavelmente pelo jornal.

Interessante foi que nessa edição do jornal houve uma reportagem de página inteira sobre manifestações que aconteceram em outros países da América Latina. O que é digno de destaque é que em nenhum momento a reportagem utiliza o termo “vândalo”, “vandalismo”, “arruaceiros”, “baderneiros” ou outra correlata. Para o jornal os manifestantes que praticam atos de violência política em outros países são diferentes dos brasileiros. A foto, que segue

abaixo, de manifestantes atirando coquetéis molotov em uma instituição pública, mereceu a seguinte legenda do jornal: “Manifestantes atiram coquetéis molotov e pedras contra um instituto de tecnologia durante protesto realizado esta semana em Santiago, capital do Chile”. Frase curiosa para um periódico que por atitudes menores dos manifestantes no Brasil fez questão de associá-los a vândalos irracionais e baderneiros e a criminosos comuns.

G 26 – Manifestantes atirando coquetéis molotov, no Chile



Fonte: acervo *O Globo*

A capa da edição do dia 29 de junho dá destaque ao encontro da Presidente Dilma Rousseff com entidades representativas de jovens, que o jornal denominou de “afinadas com o governo”. O encontro foi detalhado em uma grande reportagem na página 4.

Com menos protestos, a página 6 ainda encontra tempo para acusar de vandalismo manifestações na prefeitura de Guarulhos. Também há menção de manifestações em Brasília e Natal, onde o texto destaca que “vândalos” tentaram depredar uma lanchonete. Também há reportagem que destaca uma manifestação em Porto Alegre, onde o jornal diz que um grupo de “vândalos avançou sobre o policiamento” e que os “arruaceiros atiraram pedras nos policiais, que reagiram com bombas de efeito moral”.

Na página 22, o editorial também trata dos desdobramentos políticos das manifestações e questiona, basicamente, se haverá “PIB para todos”, dinheiro para que todas as reivindicações sejam atendidas pelas esferas governamentais. A página seguinte apresenta um texto do jornalista Zuenir Ventura, que alerta para os perigos, o “risco de desvirtuamento das manifestações causado pela infiltração de vândalos, arruaceiros e demais bandidos encapuzados”, que seria uma preocupação dos líderes dos movimentos. Segue dizendo que “já

está virando praxe: as passeatas começam pacíficas, ordeiras, vão engrossando e acabam em arrastões, com quebra-quebra, bombas, saques e conflitos”, e que “seis pessoas já morreram”, em clara associação das violências dos “arruaceiros” com as mortes. Aqui se tem mais um daqueles textos tendenciosos e totalmente descolados da realidade dos fatos que só se presta à formação do sujeito perigoso, intenção manifesta do jornal. É um verdadeiro absurdo tentar atrelar as mortes dessas pessoas com a violência dos manifestantes. O próprio jornal, em reportagem do dia 29 de junho, acima mencionada, fala da causa das mortes dessas seis pessoas. Quatro foram atropeladas, uma caiu de um viaduto e outra faleceu devido à uma reação alérgica aos gases utilizados em bombas da PM. Nenhuma delas faleceu por implicação direta dos atos qualificados como de vandalismo.

Por fim, a capa do dia 30 de junho, último dia de análise das reportagens por essa pesquisa, divide o assunto das manifestações e seus desdobramentos com a final da Copa das Confederações, entre as seleções do Brasil e Espanha. A preocupação do periódico pesquisado, conforme apontado no editorial do dia anterior, era o custo das promessas realizadas pelos governantes.

Na página 3, uma grande reportagem informa que o custo das propostas do Governo Federal chega à cifra de 50,8 bilhões de reais. As páginas 4, 5 e 6 também tratam das obras, viárias paradas, e da reação da classe política às diversas manifestações de rua. A página 8 apresenta outra grande reportagem sobre a origem dos protestos no Brasil, o transporte público e suas falhas, tema abordado também nas páginas 9 e 10.

A página 14 destaca que aquele dia, 30 de junho, era dia de final da Copa das Confederações e que as manifestações mais emblemáticas das últimas décadas aconteceram concomitantemente aos jogos da competição organizada pela FIFA, o que gerou reações mais violentas da polícia na repressão às passeatas que aconteciam nos arredores dos estádios. A reportagem menciona que os gastos governamentais com a Copa através da construção de estádios de futebol e infraestrutura viária foram, também, assuntos catalisadores da insatisfação popular. Abaixo desse texto, uma outra reportagem falava sobre o perfil dos jovens que se manifestavam, e que agora eles se rendiam à seleção e não viam conflito entre o engajamento nas manifestações e a consciência política. A foto, que ilustra a reportagem, mostra jovens com os rostos pintados, com camisas da seleção brasileira de futebol e enrolados na bandeira do Brasil, estética muito similar àquela que ficou bastante conhecida em 2015 e 2016 durante as grandes manifestações capitaneadas por movimentos e partidos políticos de pautas nitidamente conservadoras, apoiados pela grande mídia, e que culminou com a queda da Presidente da República em 31 de agosto de 2016.

Figura 27 – Estética dos manifestantes após a saída do MPL-SP das manifestações



Foto: Fábio Seixo
Fonte: acervo *O Globo*

O nítido contraponto à essa estética verde-amarela foi dado pelo próprio jornal, na página 15, onde relata a retomada do papel de resistência exercido pelo IFCS nas manifestações e no abrigo dado aos manifestantes, que foram caçados pelas forças policiais nas manifestações do dia 20 de junho, tal qual o foi a Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, localizada também no centro da cidade. Outra reportagem trata do papel do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília na vanguarda das manifestações na capital federal.

A página 16 apresenta uma interessante tabela que informa os dias, locais e quantidade aproximada de manifestantes de todas as manifestações ocorridas no mês de junho. Reporta que o dia 20 de junho foi o dia mais emblemático de todo o mês de junho, com manifestações ocorridas em mais de 120 cidades e mais de 1.400.000 (um milhão e quatrocentas mil pessoas) envolvidas nos protestos, e o dia 17 de junho como a data que marcou a grande virada nas ruas com adesão de novos atores e o início da multiplicidade de bandeiras e pleitos no cenário das manifestações.

Para finalizar o capítulo que trata da pesquisa das reportagens do jornal *O Globo* do mês de junho, nada melhor do que citar o texto do colunista e escritor João Ubaldo Ribeiro, publicado no mesmo dia 30 de junho. Ao comentar, com a argúcia que lhe era peculiar, sobre as manifestações, e com a ironia fina de sua literatura, nos alerta que na mídia não se pode confiar. E, através da convicção forjada por essa pesquisa, podemos concordar com João Ubaldo, quando ele nos adverte que vivemos

[...] uma situação terrível, porque, por mais que não se queira, a mídia sempre nos alcança. Mesmo que não atentemos em qualquer noticiário ou comentário, o vizinho, o colega de trabalho e o pessoal do boteco não fazem o mesmo e terminamos vítimas indiretas da má-informação. Claro, se não podemos acreditar na mídia, também não podemos acreditar no vizinho, porque ele, como os amigos do boteco, tiram da mídia suas informações e, não raro, até suas opiniões. Não podemos acreditar cegamente nem em nós mesmos, porque é muito difícil, ou impossível, fugir da influência do que circula na mídia e não há como avaliar o que, em nossa maneira de pensar sobre fatos como as manifestações de rua, não terá tido origem na mídia.

5 A PRODUÇÃO LEGISLATIVA PUNITIVA

Após a exaustiva análise das reportagens do jornal, pôde-se perceber a sua insistente atuação na modelização dos comportamentos dos manifestantes. Para isso, abusou de práticas discursivas que objetivavam a criminalização daquele que saía do que se produz como um estado de normalidade e utilizava o que se define como violência contra alvos simbólicos, o vândalo. De tal modo, reiterando notícias que buscavam sempre diminuir a potência daquele manifestante que insistia em extrapolar suas insatisfações com ações que foram criminalizadas pelo jornal e pelas autoridades instituídas, ao vinculá-las a crimes comuns, despidos de qualquer conteúdo político, *O Globo* contribuiu fortemente para produzir a sensação de insegurança típica das sociedades ditas de seguridade.

Assim, para instrumentalizar os órgãos do Poder Judiciário e as forças policiais a exercerem sua função nesta sociedade, que Foucault chamou de “justiça de seguridade ou de proteção”, o Poder Legislativo federal precisava criar ou aumentar a pena de crimes ocorridos no meio das manifestações de rua. Como exaustivamente dito, juridicamente só é possível prender alguém pela prática de algum crime previsto no Código Penal ou na legislação penal esparsa. Além disso, para manter os “vândalos” em prisões, suas condutas necessitariam ser apenadas mais gravemente, tendo em vista que o crime ao qual eram enquadrados era o de dano, previsto no artigo 163 (cento e sessenta e três) do Código Penal, prevendo como sanção máxima seis meses de detenção. Ressalte-se que os crimes com pena máxima de 2 (dois) anos, são considerados de menor potencial ofensivo⁶³ e, assim, não são passíveis da pena de prisão.

Então, surge a necessidade para o Estado brasileiro, inserido na governamentalidade neoliberal, de adequar suas normas penais às circunstâncias sociais. Para a grande imprensa e para os governantes, de todas as vertentes políticas, conforme foi constatado pela pesquisa, os vândalos eram como um vírus a contaminar toda uma “manifestação pacífica”, de incautos brasileiros com camisas da seleção brasileira e com os rostos pintados.

Instados que foram durante todo o mês de junho pelos veículos de mídia, nossos ilustres parlamentares não tardaram na resposta. Seguindo a lógica apontada por Lemos, Bicalho, Alvarez e Brício (2015, p.335), para quem “o dispositivo de segurança é forjado por meio de uma inflação legal gigantesca”, e que quanto mais lei houver, maior é a possibilidade de regulação das relações, vários projetos de lei foram propostos envolvendo a temática do

⁶³ São crimes sujeitos ao que vulgarmente se chama de tribunal de “pequenas causas”.

vandalismo em manifestações, nos vários níveis da federação. Desde singelos que propunham multas àqueles manifestantes que cobriam os rostos nas passeatas, a outros que tornavam o crime de dano praticado em manifestações apenado mais gravemente do que o crime de homicídio culposo, ou o igualando à pena do crime de lesão corporal seguida de morte, deixando claro que para alguns parlamentares, a defesa do patrimônio é de maior relevo do que outros bens jurídicos, como a incolumidade física e a vida.

O próprio Foucault (2012, p.134) já demonstrava sua preocupação com o que veio a chamar de “legislação antidepredação” pois, para o filósofo, “ela torna delito o simples fato de participar de uma manifestação, ao longo da qual atos delituosos são praticados”, preocupação bastante relevante quando se sabe que ficará a cargo da polícia apontar quem são os criminosos e quais os crimes que serão cometidos.

Vários dos projetos comentados abaixo foram apensados a outros em suas tramitações legislativas. Entretanto, escolheu-se observá-los individualmente para que se pudesse analisar suas justificativas com as informações destacadas na pesquisa, o que nos permite verificar a influência do jornal *O Globo* como produtor de subjetividades na condução das políticas, e nesse caso específico, profundo influenciador das proposições legislativas na esfera criminal.

O primeiro PL a ser analisado é o 6198/2013, de autoria do deputado Jorge Tadeu Mudalen, do partido Democratas, de São Paulo, que busca incluir o art. 40-A ao Decreto-lei 3.688, de 3 de outubro de 1941, que trata das Contravenções Penais, para proibir o uso de máscaras e outros materiais usados para esconder o rosto durante manifestações populares, definidas como a união de três ou mais pessoas que têm o intuito de perturbar a paz pública. A este PL foi apensado dois outros, o 6277 e o 6307, mencionados abaixo.

O PL 6277/2013 busca alterar o parágrafo único do art. 163 do Código Penal Brasileiro, que trata do crime de dano qualificado. A autoria é do Deputado Jair Bolsonaro, do Partido Social Cristão (PSC). O parlamentar, já conhecido por suas posturas violentas e antidemocráticas,⁶⁴ deseja, com essa proposta, que o crime de dano qualificado tenha mais duas figuras qualificadoras. A primeira qualificadora proposta pelo deputado prevê que o dano praticado durante o desenvolvimento de manifestações públicas de qualquer natureza tenha uma pena de 2 a 4 anos de detenção, além de multa. A outra, que o agente causador do dano que utilizar de meios que dificultem sua identificação tenha a pena de 3 a 5 anos de detenção, além de multa.

⁶⁴ No ano de 2016, o Deputado Jair Bolsonaro se tornou réu perante o Supremo Tribunal Federal pelo crime de incitação ao crime de estupro e por injúria. Mais informações em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=319431/>>. Acesso em 13 jun. 2017.

Outro projeto de lei apensado é o PL 6307/2013, que também busca alterar o parágrafo único do art. 163 do Código Penal Brasileiro, acrescentando um parágrafo para que seja dado tratamento penal diferenciado ao agente que pratica atos de vandalismo em manifestações públicas. Com autoria do Deputado Eduardo Cunha⁶⁵ (PMDB/RJ), o texto do artigo teria o seguinte teor:

Se o crime é cometido contra o patrimônio privado e/ou da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista, sob a influência de multidão em tumulto, provocado deliberadamente.
Pena – reclusão, de oito a doze anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Aqui é necessária uma contextualização, tamanho é o absurdo e a falta de proporcionalidade dessa proposição. O PL propõe que as penas para um crime cometido contra o patrimônio sejam semelhantes às de homicídio, que tutela o direito à vida e do crime de lesão corporal seguida de morte. Para se ter uma ideia, a pena para homicídio simples, previsto no artigo 121 do Código Penal, é de 6 a 20 anos de reclusão, e para homicídio culposo, no parágrafo 3º do mesmo artigo, há pena prevista de 1 a 3 anos.

O PL 6307/2013 traz como justificativa que:

As manifestações públicas ocorridas recentemente, que deveriam representar a ordem constitucional, o Estado democrático e o exercício da cidadania, trouxeram atos de vandalismo e a presença de baderneiros que atentaram contra o patrimônio público e privado, de forma anárquica e deliberada.
A atual legislação não prevê um tipo penal com pena mais rigorosa. A presente proposta cria nova forma qualificada para o tipo penal de dano, tornando mais rígida a pena para quem praticar o crime sob a influência de multidão em tumulto, provocado deliberadamente. Atribui tratamento diferenciado para o agente que pratica atos de vandalismo em manifestações públicas. Dessa forma, trará uma resposta à sociedade que não se conforma em ficar refém dessa violência despropositada. (grifos nossos)

Aqui fica tão evidente a influência do jornal na produção legislativa e na tão necessária sensação de insegurança, que o texto parece ter saído diretamente de uma das páginas de *O Globo*. A lógica da proteção à sociedade também está presente quanto se justifica o PL para que a sociedade não fique refém do que denomina de "violência despropositada".

Aqui, dado a ausência de proporcionalidade desejada pelo legislador, precisas são as palavras de Zaffaroni (2007, p.11) para quem:

⁶⁵ O Deputado Eduardo Cunha, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, teve atuação destacada no *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, tendo sido considerado por analistas políticos peça-chave na queda da mandatária. Poucos meses após o afastamento definitivo da presidente eleita, o Deputado foi preso por ordem do Supremo Tribunal Federal acusado de vários crimes, dentre eles o de evasão de divisas e de corrupção.

O poder punitivo sempre discriminou os seres humanos e lhes conferiu um tratamento punitivo que não correspondia à condição de pessoas, dado que os considerava apenas como entes perigosos ou daninhos. Esses seres humanos são considerados como inimigos da sociedade e, por conseguinte, a eles é negado o direito de terem suas infrações sancionadas dentro dos limites do direito penal liberal, isto é, das garantias que hoje o direito internacional dos direitos humanos estabelece universal e regionalmente. (grifos do autor)

A afirmação do ilustre penalista argentino pode ser confirmada pela pesquisa realizada nas páginas do jornal. Todo o tempo da cobertura jornalística das Jornadas de Junho, os manifestantes que não se enquadravam no conceito de “pacíficos”, tinham seus pleitos diminuídos, tinham suas reivindicações menosprezadas e suas atuações censuradas. A lógica discursiva do periódico, e também amplamente utilizada pelos governantes, era da construção da figura do sujeito perigoso, do inimigo da sociedade, do vândalo que não se comportava como o Estado desejava.

Outro PL, de número 6347/2013, que também busca incluir um parágrafo ao art. 163 do Código Penal Brasileiro, propõe aumentar a pena daqueles que se aproveitam do anonimato para provocar danos ao patrimônio público ou privado, tem autoria do Deputado Carlos Sampaio, do PSDB/SP. O texto do PL, além de destacar a periculosidade do sujeito perigoso fabricado pela mídia, também traz a lógica do binarismo, que foi utilizada pelo jornal pesquisado em diversas ocasiões. Assim, destaca que:

O que se tem observado é que indivíduos com o único fim de depredar e vandalizar patrimônio alheio usam a própria massa como proteção, tanto a sua identidade, quanto contra a ação da polícia. Assim, acabam transformando os manifestantes pacíficos em verdadeiro escudo humano involuntário para seus próprios objetivos egoístas. É possível, inclusive, que esses indivíduos venham a convocar manifestações públicas apenas para contar com esses escudos humanos. Isso é inaceitável. (grifos nossos)

O PL de número 5964/2013, de autoria do Deputado Rogério Peninha Mendonça, do PMDB/SC, também tem como foco o anonimato do manifestante. O PL buscava proibir o uso de objeto ou substância que dificultasse a identificação do usuário. Na justificativa do PL, o deputado enfatiza que a prescrição legal se faz necessária por causa dos "muitos baderneiros infiltrados nas manifestações populares", e para conferir aos órgãos policiais "mais um instrumento de controle social". Aqui se confirma a preocupação de Foucault com as leis antidepredações. E percebe-se que o deputado sequer esconde suas intenções de dotar a polícia de mais um instrumento de “controle social”.

Ela [a legislação antidepredação] torna delito o simples fato de participar de uma manifestação, ao longo da qual atos delituosos são cometidos. Participar quer dizer

estar presente, nos locais, permanecer nas paragens... Quem não vê que, ao aplicar o procedimento do flagrante delito em uma infração definida de maneira tão imprecisa, qualquer pessoa, desde que tenha passado pelo local pode ser apresentada ao tribunal como depredador? A prova: a polícia o viu e o prendeu. (FOUCAULT, 2012, p.134)

O PL número 6461/2013, de autoria do Deputado Junji Abe, do PSD/SP, tem o objetivo semelhante ao do anterior, de tornar contravenção penal o uso de máscaras em manifestações públicas. Na justificativa, o deputado acredita que as pessoas encapuzadas estão oportunamente utilizando-se das manifestações para depredar patrimônios e que se "bandidos infiltrados" estão ali para praticar vandalismo, "devem ser banidos e colocados em prisão para que o legítimo protesto não seja maculado".

No mesmo sentido é o PL 6532/2013, proposto pelo Deputado Eliene Lima, do PSD/MT. Deseja o parlamentar que todos possam se reunir sem máscaras e que ajam pacificamente. O parágrafo 2º do artigo 3º do PL intenciona alargar o conceito de arma, considerando pedras, bastões, tacos e similares como armas, para efeitos do PL. A justificativa vai também na linha discursiva dos demais já mencionados e também na adotada pelo jornal pesquisado. Diz que "pessoas oportunistas e baderneiros" se aproveitam da boa-fé dos "manifestantes pacíficos" para "cometerem toda a sorte de delitos".

A justificativa do PL 6614/2013, de autoria do deputado Costa Ferreira, do PSC/MA, que também busca proibir o uso de máscaras, capacete de motociclista ou outra cobertura que dificulte a identificação de manifestantes não utiliza expressões como "baderneiros" ou "vândalos". Defende que acrescentando um artigo à esvaziada lei de contravenções penais, estaria respaldando as forças de segurança para que pudessem exigir a retirada das coberturas.

No Senado Federal, outros projetos de lei foram apresentados. O de número 404/2013, de autoria do Senador Lobão Filho, do PMDB/MA, também deseja proibir o uso de máscaras nas manifestações públicas. Nesse sentido, também deseja acrescentar um artigo à lei de contravenções penais. Justifica o PL tendo em vista que a beleza cívica das manifestações não poderia ser prejudicada por uma minoria de "vândalos", que utilizam máscaras para dificultar suas identificações. Cita que outros países como França, Bélgica e Estados Unidos também alteraram suas legislações penais para inserir a punição aos "vândalos".

Relevante retomarmos o pensamento de Foucault, citado por Lemos, Bicalho, Alvarez e Brício (2015, p.335), que sustenta que o dispositivo de segurança é moldado e escorado por meio de uma imensa teia de leis.

Quanto mais leis, maior o raio de punição e de penas a administrar por uma regulamentação das relações cada vez maior. As tensões, disputas e os pequenos

desvios rapidamente podem ser capturados por uma rede judiciária e judicializante intensificada.

E é isso o que podemos vislumbrar através das análises das justificativas desses projetos. Há uma manifesta intenção dos legisladores, claramente influenciados pelos veículos de mídia, em dotar o Estado policial de mais mecanismos criminalizantes, capturando variadas condutas e tornando-as ilícitas. Por exemplo, o simples fato de uma pessoa com o rosto coberto andar calmamente em uma passeata poderia ser considerado um ilícito penal, caso algum dos projetos de lei fossem aprovados. Além de desejar punir aqui virtualmente por uma possível conduta criminosa futura, que pode nem vir a acontecer, há também a intenção de modelizar as condutas a serem seguidas pelos indivíduos.

Zaffaroni (2007, p.21, grifos nossos) outra vez nos alerta que:

Uma sociedade que aspire à segurança como relação à conduta posterior de cada um de nós como valor prioritário, projetada para o futuro e até suas últimas consequências, aspiraria a converter-se em uma sociedade robotizada e, por conseguinte, despersonalizada. Certamente, esta distopia por sorte é e será falsa, porque a segurança com relação à nossa conduta futura, como se sabe, não é nada além de um pretexto a mais para legitimar o controle social punitivo.

Mesmo não tendo sido proposto em 2013, e nem ter entre suas justificativas a menção a expressões como vandalismo ou outras correlatas, amplamente utilizadas pelo jornal pesquisado e pelos parlamentares nos projetos de lei acima mencionados, é muito importante realizar uma breve análise de um projeto de lei encaminhado à Câmara dos Deputados no ano de 2015. Trata-se do PL 2016/2015, encaminhado pelo governo federal, que desejava dispor sobre o conceito de terrorismo e organizações terroristas.

Mesmo “imediatamente contestada por movimentos sociais e organização de direitos humanos, a lei se caracteriza pela elasticidade inerente a qualquer tentativa de tipificação do ato de terrorismo” (AUGUSTO, 2015, p.161), apesar do texto apresentado originalmente haver ressalva expressa de que a futura lei não se aplicaria à conduta de pessoas envolvidas em “manifestações políticas, movimentos sociais ou sindicais movidos por propósitos sociais ou reivindicatórios, visando a contestar, criticar, protestar ou apoiar, com o objetivo de defender ou buscar direitos, garantias e liberdades constitucionais”. Ainda assim, e tomando como exemplo as Jornadas de Junho e o tratamento dispensado àqueles manifestantes que praticavam ações violentas contra alvos claramente simbólicos e com intuito manifestamente político, não há como não temer que aqueles sujeitos poderiam vir a ser enquadrados como terroristas pelo texto da nova lei. Não se pode esquecer que um importante articulista do jornal, o jornalista

Luiz Garcia, se referiu aos manifestantes de junho como terroristas. Em toda a pesquisa realizada nas páginas dos jornais durante os trinta dias do mês de junho, não houve nenhum agente político ou da segurança pública que tenha considerado o intuito político naqueles atos, fato esse constatado, como mencionado por Dupuis-Dèri (2014, p.23-33) ao descrever as opiniões, ao redor do mundo, sobre os adeptos das táticas *black-blocs*.

A tramitação desse PL também merece um realce. Ao ser encaminhado pela Câmara dos Deputados à apreciação do Senado Federal, seguindo o trâmite normal para a aprovação de leis federais, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB/SP, relator do texto nessa Casa, apresentou um texto para substituir o original, buscando incluir aquilo que foi propositalmente deixado de lado, a qualificação das manifestações de cunho político como terroristas. Na justificativa do substitutivo, o Senador destaca que “em um Estado democrático de direito, as manifestações e reivindicações sociais, sejam elas coletivas e individuais, não têm outra forma de serem realizadas senão de maneira pacífica e civilizada”. (grifos nossos) Os termos utilizados pelo Senador parecem terem sido extraídos direto de um dos editoriais do jornal *O Globo* durante o período de junho de 2013.

Para o relator, as ações reivindicatórias de uma sociedade democrática só podem ocorrer com a manutenção da ordem da segurança e do bem-estar do povo. Nesses termos, o substitutivo tipificava como crime até o que denominou de “terrorismo contra coisa”, que consistia na “destruição ou inutilização de bem ou serviço social, por qualquer meio”, e previa pena de oito a vinte anos de reclusão, em clara intenção de proteção ao patrimônio. Não é difícil imaginar que tal texto, que ao final não foi aprovado, era endereçado aos sujeitos perigosos do jornal.

O texto do ilustre Senador ainda definia ato de extremismo político “como aquele que atentar gravemente contra os princípios fundamentais do Estado democrático de direito”, conceito extremamente vago e perigoso para a utilização do Direito Penal, pois ao não descrever taxativamente o que se deseja incriminar, delega ao aplicador da lei essa tarefa, e é justamente aí que reside o problema.⁶⁶

No final da tramitação, foi aprovada a Lei 13.260/2016, tipificando o crime de terrorismo, e os textos propostos pelo Senador Aloysio Nunes não foram incorporados. O artigo segundo da lei acabou tornando crime :

⁶⁶ Como, por exemplo, a prisão de um casal de manifestantes em São Paulo, durante as Jornadas de Junho, que foram processados com base na caquética Lei de Segurança Nacional. (Augusto, 2015, p.160)

O terrorismo [que] consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública. (BRASIL, 2016)

O parágrafo segundo do artigo segundo, traz a ressalva que

O disposto neste artigo não se aplica à conduta individual ou coletiva de pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional, direcionados por propósitos sociais ou reivindicatórios, visando a contestar, criticar, protestar ou apoiar, com o objetivo de defender direitos, garantias e liberdades constitucionais, sem prejuízo da tipificação penal contida em lei. (BRASIL, 2016)

Mesmo com todas as ressalvas, existem autores que entendem que a lei 13.260/2016 foi especialmente concebida para a repressão aos diversos movimentos sociais. Ao ser questionada sobre a utilidade da lei, a jurista e professora da Universidade de Brasília, Beatriz Vargas responde que:

Primeiro, porque nós não temos terrorismo. Segundo, porque o ordenamento penal vigente dá conta de repressão, violência à pessoa e violência ao patrimônio. Terceiro, porque acho que essa Lei Antiterrorismo acabou sendo concebida pra reprimir os movimentos sociais. O texto dela não tem nem clareza suficiente, então, acaba que, na prática, a legislação pode ser usada pra que se cometam arbitrariedades contra os movimentos. (SAMPAIO, 2016)

Por sua vez, Augusto (2015, p.161) considera que:

[...] a lei se caracteriza pela elasticidade inerente a qualquer tentativa de tipificação ao ato de terrorismo. A ameaça da violência e instalação do terror e da exceção é uma prerrogativa do Estado Moderno. De maneira que, mais do que a lei, o imperativo de garantir a ordem e defender a propriedade que recai sobre o aparato repressivo do Estado se move por estratégias de normalização, muito mais do que sob a regulamentação legal normativa da lei. De maneira que, diante do sistema criminal, somos todos virtuais terroristas a serem neutralizados pela ação do Estado caso as circunstâncias de manutenção da ordem exijam.

Até o momento, se tem notícia de que a lei 13.260/2016 foi aplicada unicamente na obscura prisão de dez suspeitos acusados de praticarem atos preparatórios para a prática do crime de terrorismo, que seria realizado durante as Olimpíadas do Rio de Janeiro. Neste caso específico, os terroristas virtuais, tal qual destacado por Augusto (2015), visto que não

chegaram a praticar quaisquer atos que pudessem ser considerados como terroristas, foram devidamente neutralizados pelo aparato Estatal.⁶⁷

⁶⁷ Para mais detalhes sobre a aplicação de lei nesse caso, acesse: <<http://oglobo.globo.com/rio/policia-federal-prende-dez-suspeitos-de-prepararem-atos-terroristas-durante-olimpiada-do-rio-19757769/>>. Acesso em 24 abr. 2017.

CONCLUSÃO

Realizar a análise dessas magníficas manifestações populares que foram as Jornadas de Junho e a influência da mídia, especificamente do jornal *O Globo* na produção de sentidos sobre os levantes, possibilitou que se pudesse confirmar a incrível capacidade de moldar comportamentos e produzir subjetividade por parte do periódico pesquisado.

As Jornadas de Junho podem ser inseridas em um movimento global de contestação que espocou por todo o globo a partir da grave crise econômica gerada pela falência do banco norte-americano Lehman Brother's, no ano de 2008. A quebra da instituição gerou uma série de crises nos mercados financeiros de diversos países, tornando-se a maior crise do capitalismo mundial após a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929. Mesmo sem ocorrer simultaneamente, a economia de vários países foram caindo como dominós emparelhados uns frente aos outros. E, no rastro da crise econômica, e também das crises peculiares de cada país, vieram as insurreições.

No Brasil, conforme já apontado neste trabalho, os movimentos de rua foram iniciados pela questão do transporte, serviço público extremamente precário e constantemente pautado em outras manifestações de rua durante os anos que antecederam as Jornadas. Duas dessas manifestações merecem destaque, as revoltas do Buzu e da Catraca, essenciais na influência para a criação do Movimento Passe Livre (MPL). E foi justamente o MPL-SP que organizou os primeiros protestos de junho de 2013 contra o aumento das tarifas de transportes públicos na cidade de São Paulo.

Inicialmente, *O Globo* tratou de criminalizar as condutas dos manifestantes. Em uníssono, criticavam o MPL e seu modo de atuação, sua organização horizontalizada, sua suposta vinculação com partidos de esquerda, apesar do movimento se intitular apartidário, e também seus pleitos. Depois, sempre dirigiu o sentido de suas reportagens, artigos, fotos e editoriais para a diminuição da potência dos protestos do MPL, para a criação do sujeito perigoso, apelidado de vândalo, e para a exaltação e exortação da atuação das forças de segurança para a contenção dos “arruaceiros” e “baderneiros”.

Mas foi a partir das manifestações de 17 de junho, dia que houve protestos em mais de 11 capitais espalhadas pelo Brasil, que a abordagem do periódico aos movimentos se alterou radicalmente. A partir dessa data, aqueles pleitos que se encontravam socialmente contidos, finalmente extravasaram, com o jornal noticiando com efusividade que “diferentes tribos” agora tomavam as ruas. Foi a partir desse momento que surgiu na narrativa do jornal um outro

sujeito, o manifestante pacífico, aquele que não era vinculado a “organizações esquerdistas”, que fez o contraponto com o já conhecido e temido “vândalo”, fato que o jornal explorou sistematicamente a partir de então, empobrecendo as discussões e relegando apenas aos “pacíficos” e aos “vândalos” toda uma gama de multiplicidades de sujeitos e singularidades, esvaziando, com essa técnica, toda a potência e plenitude das diferenças que estavam agora nas ruas. Quando isso predomina, “priva-se o leitor do discurso matizado, argumentativo. Ou seja, empobrecem-se os acontecimentos, as multiplicidades das diferenças estão ausentes, impondo-se/produzindo-se formas de pensar, sentir e perceber maniqueístas, dicotômicas”. (COIMBRA, 2010, p.37)

Nesse sentido, e com o importante auxílio das ferramentas conceituais eleitas para instrumentalizar a realização da pesquisa, além do procedimento metodológico adotado, foi possível que o amplo material jornalístico fosse esquadrihado e se pudesse dissecar e atestar a atuação de *O Globo* como grande produtor de subjetividade capaz de influenciar fortemente na proposição de projetos de lei que incriminassem os sujeitos perigosos das manifestações.⁶⁸ A repetição incansável de conceitos e de ideias por parte do jornal, que podem criar um certo enfado ao leitor deste trabalho, foram imprescindíveis sob o ponto de vista do procedimento arqueogenealógico, por exemplo, com a análise minuciosa das linhas e entrelinhas, do dito e do não dito, e que, em conclusão, nos permite afirmar que *O Globo* organizou com maestria o fluxo dos acontecimentos para dirigir as compreensões dos leitores e foi fonte de inspiração de diversos parlamentares na proposição de projetos de lei com o intuito manifesto de sempre diminuir a potência do diferente, do insurgente, daquele que não foi possível arrebanhar e, assim, criminalizar ainda mais suas condutas. E, situando o jornal claramente em um dos muitos possíveis lados da luta, lembramos mais uma vez Foucault (2016, p.43), para quem “a lei nasce das batalhas reais das vitórias, dos massacres, das conquistas que têm sua data e seus heróis de horror (...)”, e que “a lei não é pacificação, pois, sob a lei, a guerra continua a fazer estragos no interior de todos os mecanismos de poder, mesmo os mais regulares”.

Dessa maneira, o que pôde se observar da leitura atenta das manchetes, reportagens, colunas e editoriais foi o modo como se move uma máquina produtora de sensações e de modelização de opiniões. Além da direção da percepção para a criminalização dos ditos vândalos, ficou claro que *O Globo* também orientou a leitura para que se pudesse legalizar e legitimar uma ação contundente das forças repressivas estatais contra os sujeitos indesejáveis.

⁶⁸ Mesmo tendo os manifestantes presos sido acusados de um sem número de crimes já previstos no Código Penal ou em leis penais, como por exemplo dano, furto, desacato, formação de quadrilha, incêndio, dentre outros.

Viu-se como o veículo agiu como forte indutor de opiniões e potente produtor de subjetividades. De acordo com Lemos (2014, p.11):

Os documentos monumentos são artifícios engendrados por práticas discursivas e não discursivas, de saber e de poder, geram efeitos no campo das governamentalidades sobre os corpos com prescrição de condutas, em nome da proteção dos direitos, da garantia e da promoção dos mesmos, muitas vezes.

E, nesse sentido, a construção da figura do vândalo nas manifestações foi um trabalho realizado com maestria, em sua função de instrumento da governamentalidade burguesa, para a produção da insegurança que este sujeito infame representava para os manifestantes pacíficos e para o resto da população. Entretanto, não se produz a insegurança sem motivo, mas para orientar e fundamentar, por exemplo, as práticas de segurança. (SCHEINVAR, 2014, p.482)

Ao destacar diariamente, de forma manifestamente reiterada e exacerbada as condutas daqueles manifestantes que receberam a alcunha de vândalos, o jornal produz o perigo e cumpre seu ofício na sociedade de seguridade. Ao fabricar o perigo e a sensação de insegurança, surge imediatamente para o Estado a necessidade de combatê-lo em nome de uma sociedade que se tornou obsessiva por segurança e, “por razões de segurança justifica-se quase tudo”. (AUGUSTO, 2016)

Sobre o tema, Foucault (2012, p.135, grifos nossos) esclarece:

Mas defender a sociedade contra quem? Contra as infrações? Sem dúvida. Contra os perigos, sobretudo. São os perigos que marcam a importância relativa das infrações: grande perigo de uma pedra jogada, pequeno perigo de uma grande fraude fiscal. (...) A justiça deve reagir ao perigo real mais ainda do que ao delito estabelecido. E como se proteger disso? Perseguindo os autores da infração real? Sim, talvez, se fosse possível. Todavia, a estratégia do contorno é mais eficaz: fazer medo, fazer exemplo, intimidar. Agir sobre essa “população alvo” como se diz com uma palavra tão expressiva, que é movediça, friável, incerta e que poderia, um dia, se tornar inquietante: jovens em greve, estudantes, liceanos.

Para se ter um exemplo, a odiosa “prisão para averiguação” foi utilizada de forma corriqueira pela PM nas manifestações, fato que não poderia ter acontecido, pois esta prisão não faz parte do ordenamento jurídico brasileiro. A prisão de alguém só deveria acontecer por ordem escrita e devidamente fundamentada de um juiz ou se o autor do fato delituoso estiver em flagrante de uma conduta considerada criminosa. Mas, para que se tenha uma noção do que ocorre na prática, só no dia 13 de junho mais de 130 (cento e trinta) manifestantes foram conduzidos para as delegacias policiais somente por estarem se manifestando.

No mais, mesmo com toda repressão por parte do poder instituído, que se manifestou com força e exibiu suas várias faces através da grande mídia, dos discursos das autoridades

constituídas, e até de parte da academia, a grandeza dos insurgentes ainda pôde aflorar e a insistência daquele sujeito criminalizado como “vândalo” em resistir contra todas as tentativas de modelização de comportamentos deve ser destacada. O exemplo dos manifestantes que utilizaram da tática *black-bloc* é emblemático. Foram alvos de toda uma campanha de difamação por parte daqueles que não conseguiram ou não desejaram vislumbrar naqueles atos uma potência política incrível, capazes de incomodar efetivamente o poder estabelecido. Sobre o assunto, é interessante a opinião do Nu-Sol, para quem:

À confusão proporcionada pelo vazamento da moderação, expressos por marchas e passeatas consentidas, a tática Black Bloc imantada em certos contestadores explicita que ainda há uma ponta de vida que questiona os partidos e não se contenta com o conforto das redes sociais e eletrônicas, mas as atravessam para alertar (...). (NU-SOL, 2013, Flecheira Libertária nº 303)

A imoderação dos manifestantes do bloco negro alerta que ainda há resistências e que há vida fora das produções realizadas pelas diversas máquinas de agenciamento, que nunca desligam suas esteiras de produção de homogeneização em série.

Foucault (2006, p.80) não concordava com aquele que dizia que era inútil revoltar-se, de que a despeito de todas as coisas, a vida seria sempre a mesma coisa. Para o filósofo:

Insurge-se, é um fato: é por isso que a subjetividade (não a dos grandes homens, mas a de qualquer um) se introduz na história e lhe dá seu alento. Um delinquente arrisca a vida contra os castigos abusivos; um louco não suporta mais estar preso e decaído; um povo recusa o regime que o oprime. Isso não torna o primeiro inocente, não cura o outro, e não garante ao terceiro os dias prometidos. Ninguém, aliás, é obrigado a ser solidário a eles. Ninguém é obrigado a achar que aquelas vozes confusas cantam melhor a essência do verdadeiro. Bastam que elas existam e que tenham contra elas tudo o que se obstina a fazê-las calar, para que faça sentido escutá-las e buscar o que elas querem dizer. (grifos nossos)

REFERÊNCIAS

- ADBUSTERS. *Occupy Wall Street*. Disponível em: <<https://www.adbusters.org/occupywallstreet/>>. Acesso em 03 mar. 2016.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS. *Os maiores jornais do Brasil de circulação paga, por ano*. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em 14 mar. 2016.
- ALBUQUERQUE, H. *O que disparou a Revolução do Jasmim*, 2011. Blog Outras Palavras. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/o-que-disparou-a-revolucao-do-jasmim/>>. Acesso em 23 fev. 2016.
- ALVES, G. Ocupar Wall Street... e depois?. In: HARVEY, D. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012. 87p.
- AMORIM, P. H. *O quarto poder. Uma outra história*. São Paulo: Hedra, 2015.
- AUGUSTO, A. *Qual democracia? Sobre como a busca por segurança está solapando a liberdade*, 2016.
- _____. Protestos contra a copa do mundo de 2014 no Brasil: quando o enfrentamento coloca as posições de força. *Revista Esferas*, Ano 4, p.153-162, 2015.
- _____. *Política e polícia: cuidados, controles e penalização de jovens*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.
- BATISTA, V. M. *O Medo na Cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- BRASIL. *Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV. Portal do Palácio do Planalto, Presidência da República*. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv/>>. Acesso em 12 jan. 2017.
- _____. *Lei 13.260/2016*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm/>. Acesso em 22 mar. 2017.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 5964/2013*. Proíbe a utilização de objeto ou substância que dificulte a identificação do usuário em local público. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=585125/>>. Acesso em 13 fev. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 6198/2013*. Inclui o art. 40-A ao Decreto-lei 3.688, de 3 de outubro de 1941, que trata das Contravenções Penais para proibir o uso de máscaras e outros materiais usados para esconder o rosto durante manifestações populares definidas como a união de três ou mais pessoas que têm o intuito de perturbar a paz pública. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=589500/>>. Acesso em 13 fev. 2017.

_____. *Projeto de Lei 6277/2013*. Altera a redação do parágrafo único do art. 163, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal Brasileiro. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=590851/>>. Acesso em 13 fev. 2017.

_____. *Projeto de Lei 6307/2013*. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=591175/>>. Acesso em 13 fev. 2017.

_____. *Projeto de Lei 6347/2013*. Acrescenta o § 2º ao art. 163, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=591911/>>. Acesso em 13 fev. 2017.

_____. *Projeto de Lei 6461/2013*. Torna contravenção penal o participar de manifestações públicas com máscaras, capuzes ou similares. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=594080/>>. Acesso em 13 fev. 2017.

_____. *Projeto de Lei 6532/2013*. Dispõe sobre o exercício do direito à realização de reuniões públicas. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=595805/>>. Acesso em 15 fev. 2017.

_____. *Projeto de Lei 6614/2013*. Proíbe a utilização de máscaras, capacete de motociclista ou cobertura que impeça a identificação da pessoa durante manifestações públicas. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597828/>>. Acesso em 15 fev. 2017.

_____. *Projeto de Lei 2016/2015*. Altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para dispor sobre organizações terroristas. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1514014/>>. Acesso em 15 fev. 2017.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei 404/2013*. Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), para punir o uso de máscaras ou outros objetos que impeçam a identificação da pessoa em locais públicos. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/114613/>>. Acesso em 15 fev. 2017.

CASTELO BRANCO, G. *Michel Foucault: filosofia e biopolítica*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CAMPOS, M. *O longo ano que começou em junho*, 2014. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/o-longo-ano-que-comecou-em-junho/>>. Acesso em 16 abr. 2016.

CANDIOTO, C. *Foucault e a crítica da verdade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Curitiba: Champagnat, 2010.

CARNEIRO, H. S. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, D. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012. 87p.

CARVALHO, I. MPL: “Não vamos permitir que parasitem a nossa pauta”. Portal Fórum. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2013/06/18/exclusivo-mpl-nao-vamos-permitir-que-parasitem-na-nossa-pauta/>>. Acesso em 24 nov. 2016.

CARVALHO, J. M. de. A guerra do vintém. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 9/9/2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/a-guerra-do-vintem>>. Acesso em 17 fev. 2015.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271p.

CHOMSKY, N. *Mídia: propaganda política e manipulação*. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

COIMBRA, C. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Niterói: Oficina do Autor, 2001.

COLETIVO NIGÉRIA. *Com vandalismo*. 2013. Documentário. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KktR7Xvo09s/>>. Acesso em 18 abr. 2016.

CONSTANTINO, R. Indignai-vos nas urnas. *O Globo*. RJ, 25 jun. 2013, p.21.

CORREA, V. 1% mais rico de SP abocanha 20% da renda da cidade; há dez anos eram 13%. *Revista da Folha S.Paulo*. Ed. Folha, 2014. Disponível em: <<http://folha.com/no1494444/>>. Acesso em 01 jul. 2016.

DA COSTA, R. Sociedade de Controle. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.8, p.161-167, 2004.

DE OLIVEIRA, R. D. O legado das ruas. *O Globo*. RJ, 22 jun. 2013. Opinião, p.26.

DIEESE. Dados sobre greves em 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>>. Acesso em 08 abr. 2016.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

DUPUIS-DÉRI, F. *Black Blocs*. São Paulo: Veneta, 2014.

FACHIN, P. *Monstro e multidão: a estética das manifestações*. Entrevista especial com Barbara Szaniecki, 2013. Instituto Humanas Unisinos. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/521910-monstro-e-multidao-a-estetica-das-manifestacoes-entrevista-especial-com-barbara-szaniecki/>>. Acesso em 19 abr. 2016.

FONSECA, F. *O Consenso Forjado. A grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 11ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004b.

_____. A evolução da noção do indivíduo perigoso na psiquiatria legal do século XIX. In: MOTTA, M. B. (Org.). *Ditos e escritos V – Ética, Sexualidade, Política*, p.1-25. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

_____. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *Segurança, Penalidade e Prisão*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012.

GASPARI, E. A PM começou a batalha. *O Globo*. RJ, 14 jun. 2013. País, p.3.

GARCIA, L. Perigosa perplexidade. *O Globo*. RJ, 25 jun. 2013. p.21.

_____. Que se cuidem. *O Globo*. RJ, 28 jun. 2013. p.23.

G1. *Quarteto de diálogo nacional da Tunísia vence Nobel da Paz 2015*. 2015. Portal Globo.com. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/10/grupo-da-tunisia-vence-nobel-da-paz-2015.html>>. Acesso em 24 fev. 2016

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica. Cartografias do desejo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996, p.22-39, 77-85.

GUZZI, D. *O cuidado de si e o mundo distribuído: a apropriação dos meios de comunicação e as novas práticas políticas em rede*. 2014. 385 f. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.

HARAZIM, D. A fervura é geral. *O Globo*. RJ, 16 jun. 2013. Opinião, p.14.

HARVEY, D. Os rebeldes na rua: o partido de Wall Street encontra sua Nêmesis. In: HARVEY, D. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012. 87p.

_____. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012. 87p.

_____. A liberdade da cidade. In: MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p.27-34.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IDG NEWS SERVICE. *Corte da Internet no Egito custou US\$90 milhões à economia do país*. Disponível em: <<http://idgnow.com.br/internet/2011/02/03/corte-da-internet-no-egito-custou-us-90-milhoes-a-economia-do-pais/>>. Acesso em 26 jun. 2016

LEITÃO, M. É preciso ouvi-los. *O Globo*. RJ, 19 jun. 2013. Economia, p.26.

LEMOS, F.; CARDOSO JÚNIOR, H. R. A genealogia em Foucault: uma trajetória. *Psicologia & Sociedade*. São Paulo, 21, 353-357, 2009.

LEMOS, F.; CRUZ, F.; SOUZA, G. Tecendo a trama histórica de análise dos documentos com Michel Foucault, Gilles Deleuze e Felix Guatari. *Artifícios*. Belém, v.4, n.7, jun. 2014.

LEMOS, F.; BICALHO, P.; ALVAREZ, M.; BRÍCIO, V. Governamentalidades neoliberais e dispositivos de segurança. *Psicologia & Sociedade*. Belo Horizonte, v.27, n.2, 2015.

LIMA, J. A. No Egito a primavera árabe acabou. 2014. *Revista Carta Capital*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/no-egito-a-primavera-arabe-acabou-4458.html/>>. Acesso em 29 fev. 2016.

LOPES, M. Revolta do Vintém, o passe livre do século 19. *Revista Aventura na História*, 2013. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/revolta-vintem-versao-passe-livre-seculo-19-748808.shtml/>>. Acesso em 10 fev. 2016.

MAGALHÃES, S. A rua não quer apito. *O Globo*. RJ, 22 jun. 2013. Opinião, p.27.

MAGNOLI, D. Protesto. *O Globo*. RJ, 20 jun. 2013. Opinião, p.21.

MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. 112p.

_____. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p.19-26.

MORAES, A. et al. *Junho: potência das ruas e das redes*. São Paulo: FES, 2014.

MORAES, W. *A revolta dos governados de inverno: primavera de 2013 no Brasil e suas interpretações*, 2015. Disponível em: <<http://www.otal.ifcs.ufrj.br/>>. Acesso em 15 mar. 2016.

MPL-SP. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. (Org.). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p.13-18.

NOBRE, M. *Choque de democracia: Razões da Revolta*. São Paulo: Cia das Letras, 2013. E-book.

NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária. *Flecheira Libertária*, São Paulo, n. 299, 2013.

_____. *Flecheira Libertária*, São Paulo, n. 300, 2013.

_____. *Flecheira Libertária*, São Paulo, n. 301, 2013.

_____. *Flecheira Libertária*, São Paulo, n. 302, 2013.

_____. *Flecheira Libertária*, São Paulo, n. 303, 2013.

_____. *Flecheira Libertária*, São Paulo, n. 304, 2013.

OTAL – Observatório de Trabalho na América Latina. *A revolta dos governados do inverno-primavera de 2013 no Brasil e suas interpretações*, 2015. Disponível em: <<http://www.otal.ifcs.ufrj.br/a-revolta-dos-governados-do-inverno-primavera-de-2013-no-brasil-e-suas-interpretacoes/>>. Acesso em 05 abr. 2016.

OUREIRO, J. L. *Origem, causas e impacto da crise*. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/500801-origem-causas-e-impacto-da-crise/>>. Acesso em 23 fev. 2016.

PEREIRA, M. Direitos e deveres. *O Globo*. RJ, 16 jun. 2013. País, p.4.

_____. Os políticos em xeque. *O Globo*. RJ, 18 jun. 2013. País, p.4.

_____. Corrupção é o foco. *O Globo*. RJ, 19 jun. 2013. País, p.4.

RIBEIRO, A. C. Avenida Paulista, vitrine democrática de São Paulo. *O Globo*. RJ, 16 jun. 2013. País, p.7.

ROHR, A. *Saiba como o Egito se desligou da web, e o que é feito para furar bloqueio*, 2011. Portal Globo.com. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/02/saiba->

como-o-egito-se-desligou-da-web-e-o-que-e-feito-para-furar-bloqueio.html/>. Acesso em 26 fev. 2016.

SAMPAIO, C. *Entrevista com Beatriz Vargas*, 2016. Portal Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/07/23/lei-antiterrorismo-foi-concebida-para-reprimir-os-movimentos-sociais-avalia-jurista/?platform=hootsuite/>>. Acesso em 22 mar. 2017.

SCHEINVAR, E. A indústria da insegurança e a venda da segurança. *Psicologia em Estudo*. Maringá, v.19, n.3, p. 481-490, jul/set. 2014.

SCOFIELD JR., G. Ocupando o Rio de Janeiro. *O Globo*. RJ, 15 jun. 2013. Rio, p.14.

SOARES, L. B.; MIRANDA, L. L. Produzir subjetividades: o que significa. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro, v.9, n.2, p.408-424, 2009.

TÓTORA, S. Foucault: Biopolítica e Governamentalidade Neoliberal. *Revista de Estudos Universitários – REU*. Sorocaba, v.37, n.2, p.81-100, dez. 2011.

VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p.35-40.

VAZ, P. Vítima Virtual e Mídia. *Vigilância e Controle Social na América Latina*. Curitiba, p.51-69, 2009.

VENTURA, Z. Lembrando 68. *O Globo*. RJ, 19 jun. 2013. País, p.23.

_____. Foco na infiltração. *O Globo*. RJ, 29 jun. 2013. País, p.23.

_____. Protesto sim, arrastão não. *O Globo*. RJ, 22 jun. 2013. País, p.26.

VILLA, M. A. O centro do debate. *O Globo*. RJ, 18 jun. 2013. País, p.18.

YOUNG, C.; AGUIAR, C. O lado oculto do transporte público. *O Globo*. RJ, 21 jun. 2013. Opinião, p.21.

ANEXO A - Carta de princípios do Movimento Passe Livre

[A Carta de Princípios é o documento que estabelece os pontos de unidade dos coletivos federados nacionalmente ao MPL. Ela foi redigida e aprovada na Plenária Nacional pelo Passe Livre, no V Fórum Social Mundial, em 28 de janeiro de 2005; alterada no III Encontro Nacional do Movimento Passe Livre, no dia 30 de julho de 2007; alterada por consenso no IV ENMPL em 2013]

Princípios organizativos do Movimento Passe Livre Nacional

O Movimento Passe Livre é um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. A independência do MPL se faz não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras etc.

Nossa disposição é de Frente Única, mas com os setores reconhecidamente dispostos à luta pela Tarifa Zero dentro das nossas perspectivas estratégicas. Os documentos assinados pelo Movimento devem conter o nome Movimento Passe Livre, evitando, assim, as disputas de projeção de partidos, entidades e organizações.

A via parlamentar não deve ser o sustentáculo do MPL, ao contrário, a força deve vir das ruas. Os princípios constitutivos do MPL serão definidos somente pelo método do consenso. Nas deliberações não referentes a princípios, deve-se buscar propostas consensuais, na impossibilidade, deve-se ter previsto o recurso à votação.

Perspectivas estratégicas

O MPL não tem fim em si mesmo, deve ser um meio para a construção de uma outra sociedade. Da mesma forma, a luta pela Tarifa Zero não tem um fim em si mesma. Ela é o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, como direito para o conjunto da sociedade; por um transporte coletivo fora da iniciativa privada, sob controle público (dos trabalhadores e usuários).

O MPL deve ter como perspectiva a mobilização dos jovens e trabalhadores pela expropriação do transporte coletivo, retirando-o da iniciativa privada, sem indenização, colocando-o sob o controle dos trabalhadores e da população. Assim, deve-se construir o MPL com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente. Portanto, deve-se participar de espaços que possibilitem a

articulação com outros movimentos, sempre analisando o que é possível fazer de acordo com a conjuntura local.

Os projetos reivindicados para a implementação do passe livre para uma categoria não devem implicar em aumento das tarifas para os demais usuários.

O MPL deve fomentar a discussão sobre aspectos urbanos como crescimento desordenado das metrópoles, relação cidade e meio ambiente, especulação imobiliária e a relação entre drogas, violência e desigualdade social.

O MPL deve lutar pela defesa da liberdade de manifestação, contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais. Nesse sentido, lutar contra a própria repressão e criminalização de que tem sido alvo.

Organização e constituição

O apoio mútuo deve ser a base que garante a existência do movimento em nível movimento nacional.

O MPL se constitui através de um pacto federativo, isto é, uma aliança em que as partes obrigam-se recíproca e igualmente e na qual os movimentos nas cidades mantêm a sua autonomia diante do movimento em nível federal, ou seja, um pacto no qual é respeitada a autonomia local de organização.

As unidades locais devem seguir os princípios federais do movimento. Ressalta-se que o princípio da Frente Única deve ser respeitado, estando acima de questões ideológicas.

O MPL em nível federal é formado por representantes dos movimentos nas cidades, que constituem um Grupo de Trabalho (GT). O GT é formado por pelo menos 1 e no máximo 3 membros referendados pelas delegações presentes no Encontro. Os grupos locais de luta não presentes devem ter o aval dos movimentos que fizerem parte do GT. Deve-se garantir a rotatividade dentro do GT de acordo com as decisões do MPL local.

Semana Nacional de Luta pelo Passe Livre

A semana do dia 26 de outubro fica definida como Semana Nacional de Luta pelo Passe-Livre. Preferencialmente, as mobilizações devem ocorrer no dia 26 de outubro, e se possível no mesmo horário. Os MPLs locais devem ter autonomia para definir as atividades a serem realizadas. O GT deve procurar obter a programação de todas as cidades para divulgar por meios eletrônicos e outros.

Outras resoluções

- O MPL deve utilizar mídias alternativas para a divulgação de ações e fomentar a criação e expansão destes meios. Já o contato com a mídia corporativa deve ser cauteloso, entendendo que estes meios estão diretamente atrelados às oligarquias do transporte e do Poder Público.
- O MPL se coloca contra todo tipo de preconceito (racial, sexual, gênero etc.).

ANEXO B - Mensagem de Giuliana Vallone, repórter do jornal *Folha de S.Paulo*, atingida por uma bala de borracha enquanto cobria as manifestações do dia 13 de junho de 2013, na capital de São Paulo.

14 de junho de 2013.

Queridos,

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todas as manifestações de carinho e preocupação recebidas dos amigos e também de pessoas que não tive a oportunidade de conhecer. Vocês são incríveis.

Agora, o boletim médico: passei a noite no hospital em observação. A tomografia mostrou que não há fraturas nem danos neurológicos. A maior preocupação era o comprometimento do meu olho, que sofreu uma hemorragia por causa da pancada. Felizmente, meu globo ocular não aparenta nenhum dano. E agora, ao acordar, percebi a coisa mais incrível: já consigo enxergar com o olho afetado, o que não acontecia quando cheguei aqui. Fora isso, estou muito inchada e tomei alguns pontos na pálpebra.

Sobre o aconteceu: já tinha saído da zona de conflito principal --na Consolação, em que já havia sido ameaçada por um policial por estar filmando a violência-- quando fui atingida. Estava na Augusta com pouquíssimos manifestantes na rua. Tentei ajudar uma mulher perdida no meio do caos e coloquei ela dentro de um estacionamento. O Choque havia voltado ao caminhão que os transportava. Fui checar se tinham ido embora quando eles desceram de novo. Não vi nenhuma manifestação violenta ao meu redor, não me manifestei de nenhuma forma contra os policiais, estava usando a identificação da Folha e nem sequer estava gravando a cena. Vi o policial mirar em mim e no querido colega Leandro Machado e atirar. Tomei um tiro na cara. O médico disse que os meus óculos possivelmente salvaram meu olho.

Cobri os dois protestos nesta semana. Não me arrependo nem um pouco de participar desta cobertura (embora minha família vá pirar com essa afirmação). Acho que o que aconteceu comigo, outros jornalistas e manifestantes, mostra que existem, sim, um lado certo e um errado nessa história. De que lado você samba?

ANEXO C - Discurso da Presidente Dilma Roussef, proferido no dia 21 de junho de 2013, em cadeia nacional de rádio e televisão

Minhas amigas e meus amigos,

Todos nós, brasileiras e brasileiros, estamos acompanhando, com muita atenção, as manifestações que ocorrem no país. Elas mostram a força de nossa democracia e o desejo da juventude de fazer o Brasil avançar.

Se aproveitarmos bem o impulso desta nova energia política, poderemos fazer, melhor e mais rápido, muita coisa que o Brasil ainda não conseguiu realizar por causa de limitações políticas e econômicas. Mas, se deixarmos que a violência nos faça perder o rumo, estaremos não apenas desperdiçando uma grande oportunidade histórica, como também correndo o risco de colocar muita coisa a perder.

Como presidenta, eu tenho a obrigação tanto de ouvir a voz das ruas, como dialogar com todos os segmentos, mas tudo dentro dos primados da lei e da ordem, indispensáveis para a democracia.

O Brasil lutou muito para se tornar um país democrático. E também está lutando muito para se tornar um país mais justo. Não foi fácil chegar onde chegamos, como também não é fácil chegar onde desejam muitos dos que foram às ruas. Só tornaremos isso realidade se fortalecermos a democracia – o poder cidadão e os poderes da República.

Os manifestantes têm o direito e a liberdade de questionar e criticar tudo, de propor e exigir mudanças, de lutar por mais qualidade de vida, de defender com paixão suas ideias e propostas, mas precisam fazer isso de forma pacífica e ordeira.

O governo e a sociedade não podem aceitar que uma minoria violenta e autoritária destrua o patrimônio público e privado, ataque templos, incendeie carros, apedreje ônibus e tente levar o caos aos nossos principais centros urbanos. Essa violência, promovida por uma pequena minoria, não pode manchar um movimento pacífico e democrático. Não podemos conviver com essa violência que envergonha o Brasil. Todas as instituições e os órgãos da Segurança Pública têm o dever de coibir, dentro dos limites da lei, toda forma de violência e vandalismo.

Com equilíbrio e serenidade, porém, com firmeza, vamos continuar garantindo o direito e a liberdade de todos. Asseguro a vocês: vamos manter a ordem.

Brasileiras e brasileiros,

As manifestações dessa semana trouxeram importantes lições: as tarifas baixaram e as pautas dos manifestantes ganharam prioridade nacional. Temos que aproveitar o vigor destas manifestações para produzir mais mudanças, mudanças que beneficiem o conjunto da população brasileira.

A minha geração lutou muito para que a voz das ruas fosse ouvida. Muitos foram perseguidos, torturados e morreram por isso. A voz das ruas precisa ser ouvida e respeitada, e ela não pode ser confundida com o barulho e a truculência de alguns arruaceiros.

Sou a presidenta de todos os brasileiros, dos que se manifestam e dos que não se manifestam. A mensagem direta das ruas é pacífica e democrática.

Ela reivindica um combate sistemático à corrupção e ao desvio de recursos públicos. Todos me conhecem. Disso eu não abro mão.

Esta mensagem exige serviços públicos de mais qualidade. Ela quer escolas de qualidade; ela quer atendimento de saúde de qualidade; ela quer um transporte público melhor e a preço justo; ela quer mais segurança. Ela quer mais. E para dar mais, as instituições e os governos devem mudar.

Irei conversar, nos próximos dias, com os chefes dos outros poderes para somarmos esforços. Vou convidar os governadores e os prefeitos das principais cidades do país para um grande pacto em torno da melhoria dos serviços públicos.

O foco será: primeiro, a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que privilegie o transporte coletivo. Segundo, a destinação de cem por cento dos recursos do petróleo para a educação. Terceiro, trazer de imediato milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento do Sistema Único de Saúde, o SUS.

Anuncio que vou receber os líderes das manifestações pacíficas, os representantes das organizações de jovens, das entidades sindicais, dos movimentos de trabalhadores, das associações populares. Precisamos de suas contribuições, reflexões e experiências, de sua energia e criatividade, de sua aposta no futuro e de sua capacidade de questionar erros do passado e do presente.

Brasileiras e brasileiros,

Precisamos oxigenar o nosso sistema político. Encontrar mecanismos que tornem nossas instituições mais transparentes, mais resistentes aos malfeitos e, acima de tudo, mais permeáveis à influência da sociedade. É a cidadania, e não o poder econômico, quem deve ser ouvido em primeiro lugar.

Quero contribuir para a construção de uma ampla e profunda reforma política, que amplie a participação popular. É um equívoco achar que qualquer país possa prescindir de partidos e,

sobretudo, do voto popular, base de qualquer processo democrático. Temos de fazer um esforço para que o cidadão tenha mecanismos de controle mais abrangentes sobre os seus representantes.

Precisamos muito, mas muito mesmo, de formas mais eficazes de combate à corrupção. A Lei de Acesso à Informação, sancionada no meu governo, deve ser ampliada para todos os poderes da República e instâncias federativas. Ela é um poderoso instrumento do cidadão para fiscalizar o uso correto do dinheiro público. Aliás, a melhor forma de combater a corrupção é com transparência e rigor.

Em relação à Copa, quero esclarecer que o dinheiro do governo federal, gasto com as arenas é fruto de financiamento que será devidamente pago pelas empresas e os governos que estão explorando estes estádios. Jamais permitiria que esses recursos saíssem do orçamento público federal, prejudicando setores prioritários como a Saúde e a Educação.

Na realidade, nós ampliamos bastante os gastos com Saúde e Educação, e vamos ampliar cada vez mais. Confio que o Congresso Nacional aprovará o projeto que apresentei para que todos os royalties do petróleo sejam gastos exclusivamente com a Educação.

Não posso deixar de mencionar um tema muito importante, que tem a ver com a nossa alma e o nosso jeito de ser. O Brasil, único país que participou de todas as Copas, cinco vezes campeão mundial, sempre foi muito bem recebido em toda parte. Precisamos dar aos nossos povos irmãos a mesma acolhida generosa que recebemos deles. Respeito, carinho e alegria, é assim que devemos tratar os nossos hóspedes. O futebol e o esporte são símbolos de paz e convivência pacífica entre os povos. O Brasil merece e vai fazer uma grande Copa.

Minhas amigas e meus amigos,

Eu quero repetir que o meu governo está ouvindo as vozes democráticas que pedem mudança. Eu quero dizer a vocês que foram pacificamente às ruas: eu estou ouvindo vocês! E não vou transigir com a violência e a arruaça.

Será sempre em paz, com liberdade e democracia que vamos continuar construindo juntos este nosso grande país.

Boa noite!

ANEXO D - Moção de repúdio da Plenária de Decanos e Diretores da UFRJ à violência promovida pelas forças policiais do Estado do Rio de Janeiro contra os manifestantes reunidos no Centro do Rio no dia 20 de janeiro de 2013

A Plenária de Decanos e Diretores, reunida na última segunda (24/06), no Salão Pedro Calmon, aprovou, por aclamação, a moção de repúdio à violência promovida pelas forças policiais do Estado do Rio de Janeiro contra os manifestantes reunidos no Centro do Rio, no último dia 20. Na ocasião, cerca de 700 pessoas refugiaram-se nos prédios da Faculdade Nacional de Direito (FND) e do campus do Largo de São Francisco, de forma a refugiar-se da violência cometida pelas tropas do Estado.

Decanos e diretores manifestam “integral apoio às reivindicações” e declaram-se “orgulhosos de nossos estudantes, professores e servidores técnico-administrativos”. Por fim, a nota adverte para “os graves riscos que a democracia e o direito de manifestação correm quando agentes de forças públicas, que deveriam garantir a ordem pública e os direitos constitucionais dos cidadãos, deflagram violência generalizada e descontrolada”.

No momento em que milhões de cidadãos, e sobretudo, de jovens vão às ruas para manifestar seu protesto contra as políticas vigentes nas áreas de transporte, saúde, educação, direitos humanos, segurança pública, democracia nos processos decisórios, desperdício de recursos públicos em obras suntuárias e inúteis, tentativas de restringir os poderes de investigação do Ministério Público, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, fiel a sua tradição de alinhamento com as lutas e esperanças do povo brasileiro, vem a público para manifestar seu integral apoio às reivindicações e manifestações.

Estamos orgulhosos da ação de nossos estudantes, professores e servidores técnico-administrativos, que destacam uma vez mais a importância da Universidade Pública na formação da cidadania e na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Nós Decanos e Diretores da UFRJ, queremos, neste momento tão rico de nossa vida política e social, advertir para os graves riscos que a democracia e o direito de manifestação correm quando agentes de forças públicas, que deveriam garantir a ordem pública e os direitos constitucionais dos cidadãos, deflagram violência generalizada e descontrolada, obrigando centenas de nossos estudantes e de outras universidades a se refugiarem nos prédios da Faculdade de Direito e do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. O quadro que se constituiu no centro da cidade e no entorno de nossas unidades de ensino e pesquisa, resultado da ação violenta de agentes provocadores e policiais, são motivo de preocupação e nossa Universidade

se mantém alerta para defender, como sempre fez, a liberdade de expressão, fundamento da democracia.

Praia Vermelha, Rio de Janeiro, 24 de junho de 2013

Diretores e Decanos da UFRJ.